



UFPB
CCHLA – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PPGA – PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

SOCIABILIZANDO NA CASA: Uma análise antropológica das
sociabilidades de crianças e adolescentes em situação de acolhimento
institucional em tempos de pandemia de Covid-19

Roberta do Nascimento Mello

Orientadora: Prof^a Dr^a Marcia Reis Longhi

Coorientadora: Prof^a Dr^a Monica Franch

João Pessoa/Rio Tinto

2022

ROBERTA DO NASCIMENTO MELLO

SOCIABILIZANDO NA CASA: Uma análise antropológica das sociabilidades de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em tempos de pandemia de Covid-19

Dissertação submetida ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Linha de Pesquisa: Corpo, Saúde, Gênero e Geração.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Marcia Reis Longhi

Coorientadora: Prof^ª Dr^a Mónica Gutierrez Franch

João Pessoa/Rio Tinto
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M527s Mello, Roberta do Nascimento.

Sociabilizando na Casa : uma análise antropológica das sociabilidades de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em tempos de pandemia de Covid-19 / Roberta do Nascimento Mello. - João Pessoa, 2022.
123 f.

Orientação: Marcia Reis Longhi.

Coorientação: Mónica Gutierrez Franch.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Sociabilidades - Crianças e adolescentes. 2. Acolhimento institucional - Crianças e adolescente. 3. Covid-19. I. Longhi, Marcia Reis. II. Franch, Mónica Gutierrez. III. Título.

UFPB/BC

CDU 392.73(043)

Elaborado por RUSTON SAMMEVILLE ALEXANDRE MARQUES DA SILVA -
CRB-15/0386



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCA/E)
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



ROBERTA DO NASCIMENTO MELLO

**SOCIABILIZANDO NA CASA: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DAS
SOCIABILIDADES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DE
COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da
Universidade Federal da Paraíba.

Resultado: APROVADA

Em: 25 de AGOSTO 2022 de 2022.

Banca examinadora

Profa. Dra. Marcia Reis Longhi
(Orientadora)
PPGA/UFPB

Profa. Dra. Mónica Franch Gutierrez
(Examinadora Interna)
PPGA/UFPB



Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro
(Examinadora Externa)
PUCRS



Prof. Dr. Pedro F. Guedes do Nascimento
(Examinador Externo)
PPGA/UFPB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, preciso agradecer à Deus.

Em segundo lugar preciso agradecer a minha família, minha base aqui na terra. Minha mãe, meu pai e meu irmão que me deram forças cada vez que eu achava que não era capaz de terminar uma dissertação, que me incentivou desde os meus primeiros anos de vida a nunca desistir dos meus sonhos e dos meus objetivos. Obrigada por se preocuparem comigo e por me escutarem quando eu precisava desabafar. E um agradecimento especial ao meu pai e a minha mãe por um motivo que é essencial por eu estar aqui: obrigada por ter me dado a oportunidade de poder me manter focada nos meus estudos, muitos não têm esse privilégio e eu reconheço o que eu tenho e agradeço a vocês por ele. Ah, e não posso esquecer do agradecimento mais especial: à minha mãe por servir de ouvido para as minhas lamentações e de ombro quando eu só quis chorar por conta do cansaço e das crises. Eu só tenho a agradecer por ter vocês na minha vida, me dando forças e acreditando em mim mesmo quando eu duvidei.

Tenho que agradecer também as minhas amigas Ray, Flávia, Dani, Drielly, Aline e Ju. Vocês me ajudaram de uma forma que eu não tenho nem palavras para retribuir, me ajudaram nas crises de ansiedade, comemoraram comigo nas vitórias, foram ouvidos para as lamentações e perrengues do campo (principalmente Drielly). Vocês, de forma presencial e online, me ajudaram quando eu estava precisando e eu só tenho a agradecer a amizade de cada uma!

A minha orientadora, a prof^a dr^a Marcia Reis Longhi e a minha coorientadora, a prof^a dr^a Mônica Franch. Vocês me ajudaram muito nesta caminhada, sou muito grata por terem vocês duas na minha jornada acadêmica, obrigada por cada contribuição feita e por cada conversa.

A banca examinadora que se dispôs a ler, contribuir e examinar esta dissertação desde a pré-banca. É uma honra para mim ser examinada por pesquisadores da área que eu admiro muito!

Ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFPB e a todos os docentes que de uma forma ou outra contribuíram nesta caminhada da elaboração, pesquisa e escrita desta dissertação. Agradeço também ao financiamento da CAPES que foi essencial tanto para a elaboração desta pesquisa como pela minha permanência no programa de pós-graduação.

À Rede Antropocovid, aos coordenadores do projeto e aos pesquisadores. Obrigada pelas reuniões, trocas e seminários tão essenciais para a construção desta pesquisa. É uma honra compartilhar um espaço tão importante com pesquisadores tão eficientes.

Aos grupos de orientações – tanto da prof^a Márcia quanto os da prof^a Mônica – cada um dos meus colegas pertencentes a ambos os grupos me ajudaram muito na escrita da dissertação, tanto com as orientações, comentários, dicas, acolhimento e também pelo companheirismo nessa dura jornada da vida acadêmica. Mesmo distante de vocês – só nos vendo pela tela do celular ou do PC – me sinto próxima de cada um de vocês.

E, por último, aos coordenadores, funcionários e crianças e adolescentes da Casa de Acolhimento por acolherem uma antropóloga estrangeira em seu ambiente familiar e por permitirem que eu acompanhasse o seu cotidiano. E claro, sou muito grata pelos ensinamentos que cada um me trouxe quando eu estava em campo.

LISTA DE SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
SGD – Sistema de Garantia de Direitos
CT – Conselho Tutelar
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
SAM – Serviço de Atendimento ao Menor
OMS – Organização Municipal de Saúde
CEP – Conselho de Ética em Pesquisa
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
CAOP – Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Criança e do adolescente e da Educação
MPPB – Ministério Público da Paraíba
NECA – Associação de Pesquisadores e Formadores da área da criança e do adolescente
FICE – Federação Internacional das Comunidades Educativas do Brasil
PNCFC – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar as formas de sociabilidades que as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional constroem dentro deste contexto em tempos de pandemia de Covid-19 em uma instituição de acolhimento no estado da Paraíba. A pesquisa etnográfica que resultou nesta dissertação, foi realizada em uma Casa de Acolhimento na Região Metropolitana de João Pessoa, na Paraíba, teve enquanto interlocutores principais 15 crianças e adolescentes e foi realizada durante todo o ano de 2021. Os dados produzidos em campo mostraram que as crianças e adolescentes da instituição criam em seu cotidiano formas de sociabilidades – manifestadas através das afetividades e conflitos – e formas de agenciamentos e táticas de resistência – como a manipulação da ordem hierárquica como as transgressões. O campo culminou também na categoria de “isolamento em dobro”, que foi pensada a partir do pressuposto de que o isolamento social não foi uma novidade para as crianças e adolescentes que vivem em uma instituição de acolhimento institucional, visto que apesar do que é previsto em lei pela promoção do direito à convivência familiar e comunitária, a verdade é que as crianças e adolescentes apesar de estarem inseridas na cidade, estão isoladas dela. Para terminar, outro dado revelado em campo foi que apesar de que a instituição de acolhimento é um lugar de “ausência da família”, ela se faz presente naquele espaço, através da memória, relatos e falas das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: criança, adolescente, covid-19, sociabilidades, acolhimento institucional.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the forms of sociability that children and adolescents in institutional shelter build within this context in times of the Covid-19 pandemic in a shelter institution in the state of Paraíba. The ethnographic research that resulted in this dissertation, was carried out in a Casa de Acolhimento in the Metropolitan Region of João Pessoa, in Paraíba, had as main interlocutors 15 children and adolescents and was carried out throughout the year 2021. The data produced in the field showed that the institution's children and adolescents create forms of sociability in their daily lives – manifested through affectivities and conflicts – and forms of assemblages and tactics of resistance – such as the manipulation of the hierarchical order as transgressions. The field also culminated in the category of “double isolation”, which was conceived from the assumption that social isolation was not new for children and adolescents living in an institutional shelter, since despite what is foreseen in law for the promotion of the right to family and community coexistence, the truth is that children and adolescents, despite being inserted in the city, are isolated from it. Finally, another data revealed in the field was that although the host institution is a place of “absence of the family”, it is present in that space, through the memory, reports and speeches of children and adolescents.

Keywords: child, adolescent, covid-19, sociability, institutional reception.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1 – TRILHANDO METODOLOGIAS	20
1.1 Adequando métodos, redesenhando pesquisas: o fazer antropológico em tempos de pandemia.....	22
1.2. Não apenas o diário, mas a máscara e o álcool em gel me acompanham à campo.....	25
1.3. As dificuldades além da pandemia: será o “não” um dado?.....	30
1.4. Ganhar o status de “tia da pesquisa”	34
Capítulo 2 – AS RAÍZES HISTÓRICAS PRESENTES NA ATUALIDADE: A Casa de Acolhimento e a medida protetiva de acolhimento institucional:	42
2.1. A história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil.....	43
2.2. Os serviços de acolhimento institucional: legislações e diretrizes na atualidade.....	48
2.3. A Casa da Acolhida: apresentando a instituição.....	51
2.4. Das regras à rotina: a “falta de rotina” e o isolamento em dobro	57
Capítulo 3 – Socializando na Casa: afastamentos e aproximações.....	65
3.1. As idas, vindas e permanências.....	65
3.1.1. As mudanças na coordenação.....	69
3.1.2. Reintegrações, chegadas e saídas.....	71
3.2. Conflitos e afetividades: as relações que a Casa constrói.....	80
3.2.1. Os grupos de irmãos.....	81
3.2.2. Os conflitos existentes: “não estou falando com você”.....	83
3.2.3. As “melhores amigas”	89
Capítulo 4 – Agenciamentos e táticas de resistências: as relações de poder na Casa.....	91
4.1. É conhecendo que se pode mudar o jogo: as táticas de resistências.....	93
4.2. As transgressões	100

4.3. Uma disputa de poder: a presença da família na instituição.....	104
--	-----

Considerações	 finais
.....	109

Referências	116
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, fruto de uma pesquisa etnográfica realizada em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de violação de direito, que lhe acarretou algum risco social e/ou pessoal tendo assim que ser afastada do convívio com a família, tem por objetivo investigar as sociabilidades que esses sujeitos desenvolvem dentro de um contexto institucional no período da pandemia de Covid-19.

Minha aproximação com o campo das políticas de proteção à infância e a adolescência teve início em 2017 quando ingressei em um emprego como recepcionista no Conselho Tutelar (CT) da cidade onde moro. Até aquele momento eu nunca havia tido nenhum tipo de contato com qualquer órgão que trabalhasse com os direitos das crianças e dos adolescentes, então eu era como um quadro branco sobre o tema que foi sendo preenchido inicialmente com as experiências enquanto uma funcionária do órgão, conforme os expedientes iam passando, as denúncias chegando, os atendimentos sendo feitos e as ocorrências sendo atendidas e logo depois enquanto pesquisadora sobre a temática.

Trabalhei por quase dois anos neste CT nas funções de digitadora e recepcionista e por diversas vezes tive que acompanhar alguma conselheira tutelar em alguma ocorrência e participar de estudos de caso junto com outros órgãos da Rede de Proteção do município, como o CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social); CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e Instituição de Acolhimento do Município – no caso de crianças e adolescentes que iam ser ou que já eram acolhida pela unidade.

Em várias das situações que vivenciei dentro do CT – tanto em meu período enquanto funcionária quanto quando retornei ao órgão em 2019 para a realização da pesquisa que gerou a minha monografia de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de licenciatura em Ciências Sociais na UFPB – sempre escutei comentários sobre a situação da família, sobre um outro órgão que trabalhava conjuntamente com o CT no caso, sobre a criança e o adolescente, sobre a falta de recursos municipais e etc., e esses comentários juntamente com as experiências que vivi foi o que construiu a percepção que eu acabei tendo do Sistema de Garantias de Direitos (SGD).

E uma das percepções que se construiu no meu imaginário a partir da minha experiência trabalhando em um CT foi a da Unidade de Acolhimento da cidade enquanto um lugar inadequado, com sérios problemas que afetavam direta e negativamente a vida das crianças e adolescentes ali residentes. E por quase dois anos que passei trabalhando no CT essa percepção foi se consolidando, tanto a partir dos comentários de Conselheiros e outros sujeitos adultos que tinham ligação direta com a Casa, como com alguns casos que tive contato, como ocorrências de fuga de crianças e adolescentes e reclamações de rebeldia dos acolhidos, culpa direta da “*falta de ordem*” e da “*falta de pulso firme*” para lidar com as crianças e adolescentes, como muitas vezes escutei. Porém, apesar de rodeada por comentários negativos sobre a instituição, também me via com inquietações sendo despertadas, querendo saber um outro lado da história e entender se aqueles comentários negativos realmente representavam a realidade da instituição.

Até o momento eu tinha pouco contato com a antropologia, apesar de ser uma estudante de Ciências Sociais. E foi só no meu último ano de curso, quando saí do emprego no CT e estava pensando na construção do meu TCC que tive um contato mais estreito com a teoria antropológica, o que despertou o interesse em trazer à tona o meu eu etnógrafo. Então eu, uma aprendiz de antropóloga, retornei ao Conselho Tutelar um ano depois de ter saído do emprego, para desbravar aquele local tão familiar e estranhar ele em um exercício antropológico de “transformar o familiar em exótico” (Damatta, 1978, p. 4). E isso resultou a minha monografia defendida no final de 2019 intitulada “Da violação à (tentativa de) proteção: análise antropológica da atuação de um Conselho Tutelar nos casos de abuso sexual infantil (Mello, 2019), obtendo assim o título de licenciada em Ciências Sociais pela UFPB.

Enquanto trabalhava na monografia – tanto na pesquisa etnográfica quanto na escrita – nos bastidores também me encontrava trabalhando na elaboração de um projeto de pesquisa para as seleções de mestrado que estavam por vir. E o início da idealização desse projeto teve início ainda quando eu estava fazendo campo no Conselho Tutelar, ao perceber que mesmo passado um tempo desde a minha saída do emprego no órgão, os comentários em relação a Unidade de Acolhimento ainda não tinham mudado. Isso fez ressuscitar aquelas indagações que eu tinha na época que era funcionária de lá, me despertando o “instinto etnográfico” a qual Peirano (2014) se refere. Sendo assim, amparada agora com leituras sobre o tema e munida de uma experiência da realização

de uma etnografia, me vi desenhando um projeto de pesquisa que buscasse investigar uma outra visão sobre a instituição, uma visão que rompesse com o “perigo de uma história única” (Adchie, 2019).

Antes do projeto de pesquisa ir para o papel, eu pretendia estudar a instituição em si, de uma forma geral abrangendo crianças, adolescentes, funcionários e rede de proteção como um conjunto, mas enquanto fazia leituras para o projeto e simultaneamente escrevia o meu TCC sobre o atendimento que o CT prestava a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual foi que tive contato pela primeira vez com a categoria de “criança atuante”, definida por Cohn (2005) como “aquela que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engata, não sendo, portanto, passiva na incorporação de papéis e comportamentos sociais.” (p. 27-28). E foi amparada nessa definição que passei a focar em minha pesquisa as crianças e adolescentes que estão atualmente em situação de acolhimento institucional, priorizando a visão e vivência desses sujeitos nesse contexto, não excluindo funcionários e corpo técnico do estudo, mas os deixando como coadjuvantes em detrimento do protagonismo das crianças e adolescentes na pesquisa.

E assim, no fim de 2019 sou aprovada na seleção de mestrado do PPGA/UFPB e então se inicia uma nova fase: planejamento e execução da pesquisa. Mas logo nos primeiros meses de 2020, como todos sabemos, fomos acometidos com a pandemia de Covid-19, o que nos confinou a nossos lares, acessando aulas e reuniões de trabalho a partir de *links* e vivendo a vida, muitas vezes, por uma tela de celular ou de computador. Isso, conseqüentemente, fez com que nós antropólogas e antropólogos repensássemos o modo como fazer pesquisa, visto que nosso principal método de coleta e produção de dados é a observação participante, que conforme Brandão (2007) diz é estando pessoalmente no lugar, observando e compreendendo aquilo que está acontecendo e participando da vida cotidiana das pessoas. E devido à pandemia, este contato direto e presencial ficou impossibilitado e, com isso tive que lidar com uma avalanche de catástrofes enquanto lidava com a árdua tarefa de repensar o projeto, metodologia de pesquisa e até enfoque de investigação.

Creio que nenhuma pesquisa antropológica realizada neste período pandêmico não tem a pandemia de Covid-19 como um dos eixos. Seja como tema central, seja como tema secundário, visto os impactos que a pandemia trouxe nos nossos modos de

fazer pesquisa. Com este trabalho, não foi diferente. Por conta da pandemia, algumas modificações foram necessárias no decorrer da execução da pesquisa, tanto em termos de enfoques como de metodologia.

Não obstante, as consequências da pandemia precederam o campo. Tendo seu início com os remanejamentos de objetivos e enfoques da pesquisa, assim como questões norteadoras. Além de não se poder de modo algum excluir a pandemia das pesquisas feitas neste período, foi necessário a inclusão do fenômeno nas análises dos dados obtidos em campo. Muito mais do que afetar as metodologias de pesquisa, a pandemia virou um tema a ser pesquisado, ainda mais por seu caráter eminentemente social (Maluf, 2020).

Em termos de enfoque de pesquisa, a pandemia trouxe uma consequência a esta pesquisa: a inclusão deste fenômeno já estabelecido enquanto um fato social (Durkheim, 2004), não apenas como um recorte temporal, mas como um dos temas da pesquisa, a partir da categoria “isolamento em dobro”. Esta categoria foi desenvolvida a partir da reflexão do cotidiano dessas crianças e adolescentes, que apesar do direito à convivência familiar e comunitária estabelecido no ECA, vivem em uma espécie de isolamento social muito antes da pandemia, posto que esses sujeitos sempre tiveram suas saídas da instituição limitada as idas à escola, às consultas médicas e psicoterapêuticas, às audiências e alguns passeios que a instituição e/ou voluntários organizavam.

Em termos de metodologia, as consequências foram principalmente no modo de *ir à campo*. Devido a impossibilidade de realizar uma pesquisa inteiramente *online*, por conta do campo – uma instituição de acolhimento institucional – e os interlocutores – crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente e tutelados pelo Estado – essa pesquisa se deu de modo presencial e com o decorrer do campo acabei tendo a possibilidade de realizá-la de forma híbrida, acompanhando as atualizações das redes sociais das crianças e adolescentes que tinham acesso ao uso de *smartphones* na instituição, assim como com conversas via *WhatsApp* e *Direct* do *Instagram* com essas garotas e garotos.

Além dessa adoção do modo híbrido, outras mudanças no *ir à campo* foram necessárias devido à pandemia e o risco que envolvia a atividade de campo presencial. Esta não foi uma pesquisa de campo típica, com idas regulares à instituição e contato

direto com os interlocutores. Eram necessários precauções para o autocuidado e o cuidado com o outro quando eu ia até a Casa: não comer junto às crianças e adolescentes para evitar retirar a máscara, o ato frequente de passar álcool em gel nas mãos, a preferência de sempre ficar em locais abertos como o terraço e o quintal, as suspensões das minhas idas se caso eu ou alguém da minha residência estivesse apresentando algum sintoma gripal e etc.

Ambas essas mudanças – metodológicas e de enfoque - vieram com os reajustes na pesquisa, consequência direta do meu ingresso ao projeto **“Estado, populações e políticas locais no enfrentamento à pandemia de Covid-19: análise social e diretrizes de ação e intervenção não farmacológica em populações em situação de vulnerabilidade e precariedade social”**¹ e das reflexões vindas de seminários internos e reuniões de orientação com os pesquisadores participantes do projeto.

Sendo assim, esta pesquisa que faz parte deste projeto maior, tem por objetivo investigar as formas de sociabilidades que as crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente desenvolvem dentro de uma instituição de acolhimento em tempos de pandemia de Covid-19.

Esta pesquisa se insere nos chamados novos estudos sociais da infância, a qual reúne esforços interdisciplinares de diversas áreas como a pedagogia, a psicologia, a sociologia, a antropologia e entre outras. Não obstante essa pesquisa não tem apenas crianças como interlocutoras principais – visto que a Casa acolhe crianças e adolescentes dos 0 aos 18 anos e durante a pesquisa de campo tive contato com sujeitos de 03 aos 17 anos de idade –, mas ainda assim ela ainda carrega um ponto crucial da antropologia da infância, que é a ideia de que crianças são também produtores de cultura (Pires, 2010), visto que, esses sujeitos criam novas elaborações de significados as relações sociais que elas estabelecem com o meio e com as pessoas que ela convive diretamente (Coutinho, 2019).

¹ O projeto chamado Antropocovid, tem por objetivo “analisar as diferentes respostas não farmacológicas praticadas através das políticas públicas de saúde e das políticas locais de diferentes populações em situações de precariedade social, em risco e vulnerabilidade” (MALUF; FRANCH; FLEISCHER, 2020, P. 10). O projeto integra um consórcio entre seis universidades (UFPB, UnB, UFSC, UFAM, UFPA e Unicentro/PR), coordenado por doze professoras e pesquisadoras, antropólogas da saúde, e estudantes de graduação, mestrado, doutorado, conformando equipes e temas locais (ALBINO; et al, 2020). Saiba mais sobre o projeto no site: <https://sites.google.com/academico.ufpb.br/antropo-covid/p%C3%A1gina-inicial?authuser=0> <Acesso em 12 de julho de 2022>

Além de se inserir nos chamados novos estudos sociais da infância esta pesquisa também se insere em um campo que tem sido alvo de estudos da antropologia desde a promulgação do ECA no início da década de 1990, que marcou a mudança na política de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil: o campo das políticas de proteção à infância e à adolescência. A maior concentração de estudos do tema – principalmente no que se refere ao acolhimento institucional – é da região sul com os trabalhos das antropólogas Cláudia Fonseca, Patrice Schuch e Fernanda Bittencourt Ribeiro. No Nordeste, as pesquisas sobre o tema ainda são poucas, tendo a de Correia (2013), Junior de Andrade (2010) e Brandão (2019) – esta última sendo uma pesquisa defendida no PPGA/UFPB.

A etnografia apresentada nesta dissertação foi realizada no período entre novembro de 2020 e dezembro de 2021 – com intervalos entre esses períodos que serão detalhados no primeiro capítulo – em uma instituição de acolhimento que fica localizada na Região Metropolitana de João Pessoa, no estado da Paraíba.² As minhas visitas à instituição eram semanais, tendo algumas vezes acontecido duas vezes por semana, sempre no turno da tarde. A unidade de acolhimento em questão será referida nesta dissertação principalmente como “Casa” ou como “Casa de Acolhimento”, visto que tanto as crianças e adolescentes como funcionários da instituição se referem a instituição desse modo. Esta instituição é totalmente pública, gerida de forma integral pela prefeitura, que é responsável pela manutenção da infraestrutura e materiais necessários para o funcionamento da instituição quanto pela contratação de funcionários e equipe técnica que trabalham na Casa.

A Casa, que apresenta características semelhantes a uma residência – tanto no imóvel, quanto na disposição dos cômodos e móveis, assim como a falta de qualquer tipo de identificação do que realmente funciona ali em qualquer parte externa a propriedade – acolhe crianças e adolescentes dos 0 aos 18 anos de idade e, assim como muitas instituições do tipo, é marcada pelo enorme fluxo de chegada e saída de novas crianças e adolescentes. Durante o meu período de campo tive contato com o total de 15 sujeitos, das idades de 03 aos 17 anos, sendo nove meninas e seis meninos. Sendo que

² Por motivos de acordo com a direção da instituição e por questões éticas por se tratar de uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes vítimas de alguma violação de direito a localização específica da unidade será mantida em sigilo.

deste número de 15 crianças e adolescentes, nove foram integrados à Casa no ano de 2021.

Ressalto aqui que apesar de optar por não trazer na dissertação uma análise das questões de raça e gênero – por conta da falta de tempo para se aprofundar nestas reflexões – o grupo pesquisado (crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente) e a acentuada desigualdade social existente no país, evidenciam que a realidade do acolhimento institucional e do universo da Casa de Acolhimento é perpassada pelos marcadores sociais da diferença raça, classe, geração e gênero. E não só no que se refere às crianças e às adolescentes, mas também aos funcionários, dado a maior presença de mulheres nas funções de cuidados com os/as acolhidos/as.

No Brasil, a principal legislação que rege a questão da garantia de direitos das crianças e adolescentes – incluindo a questão do acolhimento institucional – é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado a partir da lei 8.069/1990. A criação do documento marcou uma virada no que tange à política de atendimento às crianças e adolescentes, tendo uma de suas mais notáveis mudanças no que se refere ao acolhimento institucional, que antes era feito de forma um tanto arbitrária e tendo como alvo os “menores” que representavam risco à sociedade. Com a promulgação do ECA, houve uma mudança de nomenclaturas: o “menor” passa a ser a criança e o adolescente enquanto sujeito de direitos, o que antes era para proteger a sociedade do “menor perigoso” vira um serviço para proteger a criança e adolescente da sociedade (Rizzini, 2011; Fonseca, 2004; Fonseca e Cardarello, 1999), o que antes era institucionalização, passou a ser abrigo e hoje é acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco social e/ou pessoal.

O acolhimento institucional é uma modalidade de atendimento integral de proteção social especial de alta complexidade do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), com o objetivo de acolher e oferecer proteção integral às crianças e adolescentes quando estes necessitam ser afastados do convívio da família biológica (Valente, 2013). Atualmente a lei prevê que a medida protetiva de acolhimento institucional deve ser apenas aplicada quando esgotadas todas as possibilidades e ser provisória – não se estendendo do prazo de 18 meses de acordo com o Art. 19 do ECA – de modo que a criança e o adolescente não fique privado da convivência familiar e comunitária por um período estendido de tempo. Esta medida, assim como tantas outras,

devem ser aplicadas mediante a violação de direito das crianças e adolescentes por “(i) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; (ii) – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; (iii) por razão de sua própria conduta” (ECA, 1990, Art. 98)

Todavia, mesmo com a lei se fazendo presente em diversos trabalhos realizados na área da antropologia (Brandão, 2019; Prestes, 2010; Snizek, 2008; Gama, 2018; Junior de Andrade, 2010; Fonseca, Allebrandt e Ahlert, 2009; Brito, 2014; Cruz, 2014) mostram que muitas vezes a lei se afasta da prática e o que se detecta são crianças e adolescentes com longos períodos de permanência na instituição e com poucas chances de retorno à família de origem ou encaminhamento para família substituta, fazendo assim com que seu desligamento com a instituição seja apenas com o alcance da maioridade. Essas pesquisas mostram também como os motivos que levam ao acolhimento de crianças e adolescentes nem sempre são os amparados pela lei, como por exemplo, a questão da vulnerabilidade econômica, que mesmo não sendo considerado pela legislação um motivo pertinente para a institucionalização de crianças e adolescente, ainda acaba sendo em muitos casos uma realidade nos serviços de acolhimentos do país.

De acordo com os dados de 2021 do IPEA³ (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) atualmente há no Brasil mais de 31,7 mil crianças e adolescentes inseridas em programas de acolhimento institucional. Estes dados do IPEA trazem também que as maiores causas dos afastamentos das crianças e adolescentes das suas famílias de origem são negligência, violência e abandono dos pais.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo intitulado “Trilhando metodologias” me dedico a explicar os percursos metodológicos trilhados em uma pesquisa etnográfica que carrega três especificidades que perpassaram todo o fazer antropológico: (i) esta é uma pesquisa feita de modo híbrido em tempos de pandemia de Covid-19; (ii) os interlocutores principais são crianças e adolescentes tutelados pelo Estado; (iii) foi realizada em uma instituição pública de acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de alguma violação de direito. Neste capítulo estas três especificidades se entrelaçam em um relato sobre os manejos, mudanças, adaptações e execução da pesquisa de campo. No mesmo tópico, também apresento os interlocutores

³ Dados disponíveis em:
https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37435 <Acesso em 13 de julho de 2022>

principais da pesquisa: as crianças e adolescentes acolhidos na instituição no período de novembro de 2020 a dezembro de 2021.

No segundo capítulo nomeado “A Casa de Acolhimento e a medida protetiva de acolhimento institucional: as raízes históricas presentes na atualidade” inicio trazendo de forma sintetizada um breve percurso histórico da política de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil – como foco na política de institucionalização desse público – desde as criações dos Códigos do Menor, da FUNABEM até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Logo após, me dedico a elencar as legislações atuais que tangem a medida do acolhimento institucional, que tocam principalmente nas características e nos modos de funcionamento dessas instituições. Finalizo este capítulo trazendo informações sobre a Casa de Acolhida, em questões de funcionamento, número de funcionários, rotinas das crianças e adolescentes e o cotidiano da Casa, incluindo o “isolamento em dobro” que esses sujeitos vivenciam.

Já no terceiro capítulo intitulado “Sociabilizando *na Casa*: afastamentos e aproximações” discorro sobre as formas de sociabilidades que as crianças e adolescentes desenvolvem dentro da instituição, tendo como ponto de partida as chegadas, as saídas, os retornos e as permanências desses sujeitos – o que marca este ambiente enquanto um local permeado por esses movimentos de afastamentos e aproximações. Logo após a explanação dessas movimentações de idas e vindas que pude presenciar em meu tempo na Casa, apresento as duas principais expressões de sociabilidades produzidas pelas crianças e adolescentes em seu cotidiano: os conflitos – manifestado principalmente pela política do “*não estar falando com alguém*” – e as afetividades – manifestadas em especial pelos grupos de irmãos e pelas “*melhores amigas*”.

Já no quarto, e último capítulo, nomeado “Agenciamentos e táticas de resistência: às dinâmicas de poder na Casa” discorro sobre as formas de agências por parte das crianças e adolescentes que foram detectados no contato com elas. Essas táticas de resistências podem algumas vezes ser manifestadas através de transgressões, mas muitas vezes é feita de forma mais contida por meio do conhecimento que as crianças e adolescentes têm das regras, normas e relações de poder que regem a instituição que as permite manejar as dinâmicas de poder da Casa, se colocando em posições de poder que as beneficie. Com isso, as crianças e adolescentes – que em tese

são as que têm menos poder dentro da instituição – acabam conquistando a sua parcela de poder em algumas situações. Finalizo este capítulo trazendo uma discussão sobre a presença simbólica da família em uma disputa de poder com a instituição sobre o cuidado com as crianças e adolescentes, o que reflete a uma questão já trazida em alguns estudos sobre a moralização da família e a culpabilização desta (Donzelot, 1980; Sarti, 1994; Junior de Andrade, 2010).

Finalizo esta dissertação com as considerações finais onde ressalto as limitações deste trabalho – provenientes principalmente pelo período pandêmico a qual ela foi realizada – assim como trago questionamentos resultantes da minha vivência em campo e do meu contato com a instituição e com as crianças e adolescentes.

1. TRILHANDO METODOLOGIAS

Há três características que se fazem presentes nesta pesquisa e que afetaram não apenas a análise dos fenômenos observados, mas também os desafios éticos e percursos metodológicos do próprio fazer antropológico. Sendo essas as seguintes: 1) é uma pesquisa com crianças e adolescentes; 2) é uma pesquisa realizada dentro de um contexto institucional estatal com ligação com o judiciário; 3) é uma pesquisa realizada em tempos de pandemia da Covid-19. Essas três particularidades são centrais e se entrelaçam durante todo o andamento do trabalho de campo e seus entrecruzamentos, me colocando, assim, em constantes esforços de modelagem e remodelagem das técnicas e instrumentos metodológicos utilizados. O entrecruzamento dessas três particularidades irá nortear todo este primeiro capítulo, no qual trago o relato de um itinerário metodológico marcado pelas dificuldades já existentes em um campo como esse – uma instituição que acolhe crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social – e com o adicional de ser realizado em tempos pandêmicos.

A pandemia de Covid-19 afetou das mais diversas maneiras a vida das pessoas do mundo todo. De repente estávamos trancados em nossas casas enquanto um vírus circulava livremente na rua, que era então o lugar perigoso, onde havia maiores chances de contaminação. Sentimentos de medo e incertezas se apoderavam de nós a cada nova notícia veiculada nos meios de comunicação sobre o aumento de números de infectados e de mortes. Em uma semana a vida de todos os brasileiros mudou, as aulas e a maioria dos locais de trabalho passaram a ser acessados por um *link* de uma chamada de vídeo de nossas casas. Vivíamos então assim, a partir da segunda semana de março de 2020, o início do isolamento social enquanto principal medida de mitigação da disseminação da Covid-19.⁴

Com o primeiro decreto expedido no dia 13 de março de 2020 que decretou a situação de emergência em todo o estado da Paraíba, (PARAÍBA, 2020), passamos então a ansiar por outros decretos que poderiam trazer tudo de volta à normalidade ou

⁴ O primeiro decreto Estadual que dispõe sobre a situação de emergência em toda a Paraíba ter sido expedido no dia 13 de março de 2020 (PARAÍBA, 2020), porém foi só no dia 17 de março de 2020 que se iniciou a medida de isolamento social em todo o estado, alterando o funcionamento de diversos estabelecimentos e serviços, incluindo as aulas dos mais diversos níveis de ensino que tiveram férias antecipadas ou foi adotado o modo remoto para a realização das atividades escolares <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/03/17/coronavirus-como-ficam-os-servicos-na-paraiba-apos-medidas-para-conter-a-pandemia.ghtml> <Acesso em 10 de setembro de 2021>

estender mais ainda o período de situação de emergência. Mas devido ao fato de que aqui no Brasil não estarmos vivendo apenas a pandemia, pois tínhamos aliado a isso um governo genocida e negacionista, representado principalmente pela figura do presidente da república que realizou seu mandato no quadriênio 2019 a 2022, que demonstrou em diversas situações a total falta de cuidados mais básicos para evitar a contaminação (Toledo e Junior, 2020), a situação alarmante só se estendia com o decorrer dos meses.

Estamos convivendo há mais de dois anos com a presença de um vírus, que, principalmente nos primeiros meses após o decreto da OMS⁵ de uma pandemia mundial, circulava livre em detrimento de pessoas que passaram a se manter enclausuradas em suas casas. A pandemia acarretou sequelas das mais diversas possíveis na sociedade, tanto em seus corpos, como na saúde, nas questões financeiras, emocionais e em tantos outros aspectos da vida social que ainda nem foram detectados.

E pensando no caso da antropologia, ou mais precisamente no modo como fazemos ciência, o principal impacto da pandemia foi no que se refere ao fato de como podemos dar continuidade aos nossos modos habituais de fazer pesquisa. O fazer antropológico consiste no contato face a face, no estar no ambiente do outro, no observar o outro estando próximo a ele, acompanhando seu cotidiano, seus rituais. O “*estar lá*” (Geertz, 2009) ficou inviável em tempos de pandemia. Como então, nós, antropólogas e antropólogos, poderíamos então fazer pesquisa?⁶

Sabemos bem da impossibilidade de descolar a etnografia da empiria, posto que o trabalho etnográfico é um “saber ancorado no presente” (RIBEIRO, 2015, p.56). Com

⁵ No dia 11 de março de 2020, o diretor geral da OMS (Organização Mundial de Saúde), Tedros Adhanom Ghebreyesus, decreta que a pandemia de Covid-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic> <Acessado em 13 de junho de 2022>

⁶ Outros antropólogos e antropólogas do mundo inteiro se questionam o mesmo. No primeiro ano da pandemia de Covid-19 diversos pesquisadores concentraram esforços em uma reflexão sobre o trabalho do antropólogo em tempos pandêmicos, sem a possibilidade do contato face a face e tendo que adotar novos modos de se fazer antropologia. Em 03 de maio de 2020, o antropólogo Daniel Miller, em seu canal do *Youtube* realizou uma palestra sobre o tema intitulada “NOTAS SOBRE A PANDEMIA: Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social” (tradução de Camila Balsa e Juliane Bazzo). Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller/> <Acessado em 10 de junho de 2022>. O tema desafios éticos e metodológicos de pesquisas antropológicas em tempos de pandemia foi discutido no II Seminário Interno do AntropoCovid, onde diversos pesquisadores da área e de diversas instituições de ensino do país se reuniram para discutir, a partir das suas experiências de pesquisa, os desafios de se fazer pesquisas em tempos de pandemia. Os anais do II Seminário estão disponíveis em: <https://drive.google.com/drive/folders/1V-Hf4R1BmkGrMzaFIJmWHkFX1F5MMnDU> <Acessado em 10 de Junho de 2022>

isso, é inegável a importância das pesquisas antropológicas identificarem os contextos em que elas são construídas e executadas, e não é diferente nesse momento. Afinal, o fato de estarmos vivendo uma pandemia não afeta apenas o modo de se produzir e coletar dados, mas também de analisá-los. A pandemia de Covid-19 nos deixa em um estado de exceção, onde tudo é novo e onde tivemos que modificar nossas vidas de forma abrupta em esforços de mitigação da contaminação de um vírus. O que Peirano (2014) nos fala sobre toda/o antropóloga/o estar reinventando a antropologia nunca ficou tão explícito e demarcado como agora em tempos de pandemia, onde o fazer antropológico é diretamente afetado e cada etnógrafa/o precisa se adequar com essa nova realidade onde o “estar lá” não é mais o mesmo e até mesmo pensar novas formas de se “estar lá”.

Conforme já aludido, neste primeiro capítulo me dedico a descrever os caminhos metodológicos, em especial as especificidades de se fazer uma pesquisa de campo presencial em tempos de pandemia (exposto no primeiro e segundo tópico), entrecruzando com outras duas características essenciais nesta pesquisa: o campo – uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes (apresentado no terceiro tópico) –, e os interlocutores – crianças e adolescentes tutelados pelo Estado (exposto no quarto tópico). Além disso, me dedico a refletir acerca dos riscos imbricados nesta pesquisa, nas questões éticas e nos desafios metodológicos que atravessam todo o trabalho de campo.

1.1. Adequando métodos, redesenhando pesquisas: o fazer antropológico em tempos de pandemia

No início do ano de 2020, além de lidar com o medo constante de estar vivendo uma pandemia onde a cada dia mais aumentava o número de infectados e de vítimas fatais, chegando ao número de 664.750, no Brasil, e 6.258.356, no mundo⁷, tive que lidar também com alguns remanejamentos na minha vida pessoal, que afetaram a pesquisa. Rodeada de colegas da pós-graduação mudando seus temas de pesquisa – devido a pandemia que deixava alguns campos e temas inviáveis – o desejo de seguir essa onda e mudar também o tema e objeto da minha pesquisa por muitas vezes se fez presente. Mas diante de uma esperança de que a pandemia iria só durar alguns meses e

⁷ Dados de 12 de maio de 2022. Fonte: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>

de um apreço muito grande ao tema central da pesquisa, decidi manter o tema e a partir daí pensar em modificações e adequações.

Uma das maiores dificuldades no início da reelaboração do projeto de pesquisa era como eu iria conseguir efetivá-la, uma vez que estávamos vivendo um isolamento social mais rígido. Além de tudo, diferentemente de muitos campos, o meu não abria a possibilidade de ser integralmente *online*, isso porque os sujeitos principais da pesquisa, em sua maioria, são crianças e adolescentes com idades de 3 até os 17 anos tutelados pelo Estado. Havia também a questão de que eu era totalmente estranha para aqueles sujeitos.

E como com qualquer pesquisa, esse processo de reelaboração teve início com as pesquisas bibliográficas sobre o tema, que concomitante a elas, também dei início a uma busca de decretos federais, estaduais e municipais e recomendações da justiça que interseccionam a medida protetiva de acolhimento com a Covid-19. Ambas atividades foram essenciais neste processo de reflexão tanto sobre o campo quanto sobre as possibilidades de pesquisa, além do fato de que o meu “olhar etnográfico” (Cardoso de Oliveira, 1996, P. 16) já estava sendo moldado desde esse momento dedicado a essa pesquisa de cunho bibliográfico. Um exemplo disso foi a atenção que dei ao mural de avisos da instituição⁸ quando enfim pude ir ao campo, um objeto simples, porém que carrega um peso institucional muito grande e quebra com a ideia de uma casa comum, por mais que haja um esforço dos serviços de acolhimento de se aproximarem deste cenário.

Quando ainda estava imersa neste processo de leituras juntamente com reflexões acerca das possibilidades de pesquisa recebi o convite da Prof^a Dr^a Mônica Franch⁹, minha co-orientadora, para participar do projeto “Estado, populações e políticas locais

⁸ O principal quadro de avisos da instituição fica no corredor que liga a cozinha à sala de estar, em frente a mesa da sala de jantar, local onde todas as crianças e adolescentes realizam as suas refeições. O dito quadro está sempre com algum novo recado, seja por conta da temática da semana – como, por exemplo, quando era a semana da natureza e as crianças e adolescentes estavam plantando mudas de plantas no jardim da instituição –, mas, a maioria dos avisos afixados no quadro eram as regras de convivência, como o horário das refeições e a obrigatoriedade de todos fazerem a refeição juntos à mesa. O quadro de aviso refletia muito a coordenação que estava à frente da Casa, visto que a cada mudança novas regras eram afixadas no quadro.

⁹ Professora associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e em Sociologia da mesma universidade. Fundadora e líder do Grupessc - Grupo de Pesquisas em Saúde, Sociedade e Cultura (UFPB) e membro do MARC (Medical Anthropology Research Center) (Dados coletados no Lattes na data de 13 de junho de 2022)

no enfrentamento à pandemia de Covid-19: análise social e diretrizes de ação e intervenção não farmacológica em populações em situação de vulnerabilidade e precariedade social” coordenado pela prof^a Dr^a Sonia Weidner Maluf¹⁰. E foi a partir desse convite que me vi pensando em duas coisas: primeiro, que a Covid-19 não poderia ser excluída desta pesquisa – principalmente pelo contexto vivido; e em segundo lugar, que era preciso perceber como as crianças e adolescentes da Casa de Acolhimento estavam vivenciando a pandemia. Qual foi o impacto da perda das idas presenciais à escola – até então achava que as únicas saídas das/os acolhidos eram para a escola – em tempos de pandemia? Como era viver um isolamento quando tecnicamente já se está isolado da cidade, da comunidade? Como a instituição estava lidando com as dificuldades – em termos estruturais – nesse período pandêmico?

Diante disso, incorporei ao objetivo principal do projeto apresentado à seleção do mestrado do PPGA/UFPB, que seria investigar as formas de sociabilidades que crianças e adolescentes desenvolvem dentro de um contexto institucional e afastados da sua família de origem, a pandemia de Covid-19, o vivenciar o isolamento social dessas crianças e adolescentes, o que me levou a desenvolver posteriormente a categoria de “isolamento em dobro”, que será discutido mais adiante.

Investigar e refletir acerca dos impactos de um fenômeno social tal qual a pandemia de Covid-19 é um desafio por inúmeros motivos: a própria novidade da coisa já é uma dificuldade, é um vírus desconhecido, que não se tem cura – e a vacina só chegou um ano após o início da pandemia e mesmo assim com diversas dificuldades na sua aplicação na população brasileira – e ninguém da nossa geração havia vivido uma pandemia antes. Um outro desafio é que estamos investigando um fenômeno ao mesmo tempo que estamos vivendo ele, afinal nós também estamos sentindo os impactos de uma pandemia de níveis catastróficos – obviamente em níveis muito diferentes –, ou seja, uma “dupla inscrição”, como Maluf (2021, p. 260) tão bem aponta. Um conceito que nos auxilia a refletir bem sobre esse processo seria o de coetanidade (Fabian, 2013), o qual se refere a ideia de que todos nós (nós/outros) estamos compartilhando um mesmo momento histórico, nesse caso a pandemia de Covid-19. Porém temos que ter em mente que apesar de estarmos vivendo o mesmo momento histórico a forma como

¹⁰ Professora Titular aposentada e atualmente Voluntária na Universidade Federal de Santa Catarina, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC. Foi Professora Titular Visitante e atualmente voluntária da UFPB, atuando junto ao PPGA/UFPB. (Dados coletados no Lattes em 13 de junho de 2022)

estamos vivendo varia em diferentes graus conforme a nossa realidade social (Maluf, 2021).

Conforme já mencionado, é de extrema necessidade que as pesquisas antropológicas identifiquem as condições, os períodos e os contextos em que elas foram construídas. Em tempos de pandemia de Covid-19 essa necessidade nunca se fez tão presente, isto porque para além de recorte temporal “*estamos vivendo uma pandemia!*”, a Covid-19 entra também enquanto tema de diversas pesquisas, seja de forma central ou de forma coadjuvante – como no caso desta.

Além desses dois pontos, a pandemia atinge de forma muito direta a metodologia das etnografias e trabalhos antropológicos escritos nesse momento, até mesmo as feitas de modo híbrido ou presencial. De forma alguma podemos fazer pesquisa como antes, vindo da rua – o lugar perigoso – e entrando na casa das pessoas – o lugar “seguro”, não sem estarmos acompanhados de dois objetos indispensáveis em tempos pandêmicos que viraram tão essenciais: a máscara e o frasco de álcool gel. E ainda assim, mesmo que portando esses utensílios, convivemos com o risco.

Apesar das dificuldades iniciais em se conduzir uma pesquisa em tempos pandêmicos, principalmente pelas dificuldades de se “estar lá”, consegui realizar um campo presencial. No tópico a seguir me dedico a explicar o que foi essa minha experiência de um campo presencial em tempos de pandemia, as dificuldades, as mudanças, os riscos e as questões éticas envolvendo todo o processo de pesquisa de campo.

1.2. Não apenas o diário, mas a máscara e o álcool em gel também me acompanham à campo

Desde o momento que decidi que iria seguir com o tema das crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente também soube que não haveria a possibilidade de fazer uma pesquisa inteiramente pela via *online*. Isso porque não sabia se as crianças e adolescentes residentes na instituição tinham acesso ao celular, além do fato de por serem sujeitos tutelados pelo Estado haveria questões burocráticas que iriam se fazer presentes na pesquisa. Ou seja, sempre soube, que em algum momento eu precisaria *estar lá* em campo, visitar a Casa. Com essa certeza de que teria que ir ao campo, um dos meus maiores receios eram as questões de risco – e consequentemente

as de ordem ética – por conta de uma possível contaminação, tanto do meu lado quanto do lado dos meus interlocutores.

A possibilidade de ida ao campo só se apresentou quando o governo do estado da Paraíba começou a flexibilização com o decreto do Plano Novo Normal – PB¹¹. A minha primeira ida à Casa de Acolhimento aconteceu no dia 05 de novembro de 2020, seis meses após o meu “primeiro contato” com o campo – contato esse que foi pela via *online* com Milene¹², diretora da instituição na época. Fazendo proveito do meu capital social (Bourdieu, 2003) enquanto ex-funcionária do Conselho Tutelar (CT) consegui o contato de Milene com uma conselheira tutelar que foi a minha chefe na época que trabalhei no CT da cidade.

Com esse contato salvo no celular me restava pensar sobre como eu iria me apresentar, como eu iria estabelecer esse primeiro diálogo, que para mim era tão essencial, visto que esse era um campo novo, dado que meu último contato com ele tinha sido quando eu ainda carregava pendurado no pescoço o crachá de funcionária do Conselho Tutelar. Ter esse primeiro contato com alguém do campo pela via *online* era algo muito novo e me trazia muitas inseguranças, visto que na minha experiência de pesquisa anterior o meu primeiro contato havia sido em uma reunião presencial.

O medo de ser inconveniente, a cautela em escolher as palavras que iriam compor a primeira mensagem, o receio de ser ignorada foi algo que me tomou naquele intervalo entre ter o contato em mãos e enviar uma mensagem. Depois da mensagem enviada só me restava esperar, esperar a mensagem ser recebida, esperar a mensagem ser lida e esperar a mensagem ser respondida, os três estágios do contato *online*.

No mesmo dia que enviei a primeira mensagem para Milene recebi sua resposta com algumas dúvidas em relação a pesquisa, entre elas a dúvida sobre como eu pretendia coletar os dados, visto a pandemia. E, eu, muito agarrada naquele momento a uma esperança de que a pandemia iria durar apenas mais alguns meses, respondi que as visitas *in loco* a Casa iriam acontecer um pouco mais para frente e aquele contato inicial era um prelúdio para uma futura relação de campo.

¹¹ O Plano Novo Normal/PB consiste em um programa de retomada gradual e responsável de atividades de vários setores – como bancos, comércios e etc., O plano foi decretado através do Decreto Estadual de número 40.340 de 12 de Junho de 2020 (PARAÍBA, 2020). <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/novonormalpb> <Acesso em 13 de maio de 2022>

¹² Devido aos acordos de sigilos com os interlocutores e com a direção da instituição, todos os nomes contidos nesta dissertação são fictícios

Como dito, o contato presencial só veio acontecer seis meses após esse primeiro contato via *WhatsApp*. Minha primeira ida à Casa de Acolhimento foi marcada pela reunião que tive com Milene – na qual além das dúvidas em relação ao sigilo das informações da Casa e das crianças e adolescente acolhidos também entreguei o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), o qual ela assinou logo após ler. Nesse dia também tive um contato muito breve com duas garotas da Casa.

Depois dessa minha primeira ida à Casa, só pude retornar de forma presencial em janeiro de 2021 – mantendo durante esse tempo um contato esporádico pelo *WhatsApp* com Milene. Gosto de chamar esse meu retorno a Casa como o início do campo – tendo ciência de que minha pesquisa de campo teve seu começo com a primeira mensagem enviada a Milene – mas, foi em janeiro de 2021 que comecei a ser mais constante na Casa, que comecei vivenciar os desafios de se fazer uma pesquisa de campo em tempos pandêmicos e não só refletir acerca dessas adversidades.

Este retorno à instituição em janeiro foi marcado por dificuldades – tanto com a troca de direção da instituição que aconteceu logo no início do mês, quanto com as demandas pessoais e acadêmicas. Essas dificuldades se desdobraram durante todo o período de campo, o que fez com que eu adotasse o modo híbrido na minha pesquisa – ora presencial, ora *online*, porém sendo em sua maior parte presencial devido a diversos fatores¹³.

Uma palavra que poderia definir muito bem todo o meu trabalho de campo seria intermitência. Tive diversos momentos de ausência em todo o trabalho de campo, alguns causados por motivos de doença, outros devido ao próprio impedimento da instituição, como narrarei mais adiante. Esses intervalos de tempo que eu não podia ir à Casa acabaram gerando limitações ao meu trabalho e as minhas análises de campo expostas nesta dissertação, tenho ciência disso. Já que além de ter tido bem menos tempo de campo do que um trabalho feito em “tempos normais” ainda tive que lidar com essas intermitências nas minhas idas à instituição. Foi durante esses ínterims de tempo quando não era possível ir até a Casa que fiz uso do contato *online*, principalmente com Mari, uma adolescente de 16 anos acolhida na instituição. Com

¹³ Uma das principais dificuldade em manter contato via *Instagram* e *WhatsApp* com as crianças e as adolescentes era que tempo delas com o celular era limitado em algumas horas por dia, mesmo que os *smartphones* fossem das crianças e das adolescentes – que elas ganhavam de algum familiar ou padrinho – o uso do aparelho era determinado pela instituição.

isso, o caráter híbrido da pesquisa se apresentou de forma não programada, visto que mesmo depois que retornei a frequentar a Casa continuei fazendo uso de conversas via *WhatsApp* e pelo *direct* do *Instagram*, assim como continuei acompanhando as atualizações por *posts* e *stories* nos perfis da rede social das adolescentes residentes na Casa.

Essa falta de constância de idas ao campo também afetou alguns pontos específicos do fazer etnográfico, como por exemplo o uso do diário de campo. Em meus primeiros dias de campo, seguindo o que o Brandão (2007) fala sobre a contaminação com o campo e com as minhas interlocutoras, as anotações em campo – sejam lá quais forem – foram esquecidas, isso porque existia uma limitação no número das minhas idas a instituição – apenas uma ou duas vezes por semana – e isso fez com que eu tivesse que exercitar uma atenção redobrada, estando atenta não só ao que estava acontecendo naquele momento, mas também com os ouvidos atentos para escutar sobre o que aconteceu na instituição nos dias que eu não estive presente. Por conta disso, optei em focar na observação participante (Brandão, 2007), conversando com as crianças e adolescentes, observando as suas interações uns com os outros e com o espaço.

Um outro aspecto que, me arrisco a dizer, é algo muito específico do fazer antropologia em tempos de pandemia e que teve sua importância em todo o trabalho antropológico feito nesta pesquisa foi a reflexão sobre a espacialização do campo, o quanto ele não se limita apenas ao muro da instituição. Refletindo sobre o “estar aqui e estar lá” de Geertz (2009) e como a pandemia em muitos trabalhos – e este não se exclui desse mote, visto que por muitas vezes mesmo da minha casa sempre tinha acesso a informações sobre a Casa e sobre os acolhidos pelas atualizações das redes sociais deles¹⁴ – derrubou uma parede invisível sobre essas duas esferas da pesquisa de campo, antes tão separadas. Diante disso, acabei por adotar um outro recurso, que se fez muito presente na minha experiência de fazer antropologia em tempos pandêmicos: o “estar no caminho”. Falo isso pelo fato de a instituição ficar a uns 20 ou 30 minutos de caminhada até a minha residência e de modo a diminuir riscos de contaminação pegando transporte coletivo – tanto para mim quanto para os interlocutores – optei por fazer o percurso a pé. E nesse caminho percorrido enquanto os pés trabalham a mente

¹⁴ Interessante apontar que essas atualizações que eles faziam nas redes sociais, principalmente do *Instagram*, só faziam sentido para mim porque eu sabia da condição deles de tutelados pelo Estado. Para qualquer outra pessoa podem parecer *stories* “normais” de adolescentes, com vídeos dançando músicas do *TikTok*, com passeios para a praça ou para o shopping.

trabalha junto, tanto repassando aquilo que eu vi no campo como também construindo diálogos entre a teoria e o contexto etnográfico.¹⁵

No incessante trabalho de reflexão sobre essas singularidades que essa pesquisa traz, é impossível não considerar o tipo de trabalho etnográfico que estou fazendo e as suas limitações. Ainda mais quando comparo com outras experiências etnográficas que tive em “tempos normais”. Coisas tão essenciais como comer em campo junto aos meus interlocutores, sentir os cheiros, tocar os objetos e aos meus interlocutores sem medo não foram possíveis pelo momento atípico que a pesquisa se deu. As idas à campo já não são feitas do mesmo modo, são sempre trajando máscara e com o constante ato de passar álcool gel nas mãos a todo tempo.

A máscara e o álcool em gel se tornaram presenças constantes na minha relação de campo. O ato de sempre estar pegando na bolsa o frasco de álcool em gel ficou tão costumeiro que as crianças – principalmente as menores – sempre pediam um pouco de álcool para passar nas mãos também, assim como eu. A máscara, mesmo não impedindo meu diálogo com as crianças e com os adolescentes, afetava de certo modo a vivência do campo, como por exemplo o ato de comer que já foi citado. Sempre que me era oferecido alguma comida, um lanche, eu precisava recusar educadamente com medo de tirar a máscara e me expor e expor os meus interlocutores ainda mais ao risco de contaminação, mesmo com os constantes pedidos das crianças e dos adolescentes para que eu removesse a máscara *“só um pouquinho”* ou *“só para eu ver seu rosto, tia”*, ou até mesmo com a justificativa de que só têm *“covid lá fora”*.

É indiscutível a importância do uso da máscara na proteção contra a contaminação do vírus, o que acaba transformando esse objeto em um utensílio essencial na relação de autocuidado e cuidado com outro. Sendo assim, usar a máscara, em qualquer relação que seja, mostra que uma relação de cuidado está acontecendo. Eu não posso afirmar que as crianças e adolescentes também sigam essa minha linha de raciocínio sobre o uso da máscara enquanto algo que tem seus pontos positivos, mas fico pensando bastante no fato de que eu sou alguém de fora, que estive nas ruas e que entra na casa delas, ou seja, eu sou um dos riscos – visto que a casa está sempre tendo

¹⁵ Esse “estar no caminho” se tornou um ponto tão importante na construção dos dados e na análise destes que os dias que eu não tinha esse momento, quando eu pegava carona com algum amigo ou quando eu ia para a praça com as crianças e adolescentes e de lá até a minha casa eu percorria um caminho muito curto, eu sentia falta desse momento de reflexão em movimento.

movimento de chegada de gente, porque a casa é “delas”, mas a instituição é pública. E isso me leva muito a pensar como as crianças e adolescentes enxergam o uso da máscara. É um inconveniente na nossa relação? É a demonstração que alguém está se preocupando com elas? É uma forma de lembrança que para além dos muros da instituição um vírus ainda circula? Como eu mencionei, não tenho respostas prontas para isso, mas são questionamentos pertinentes para se pensar uma relação de campo onde não é só mais entre a antropóloga e o interlocutor, mas também com a máscara se fazendo presente nessa relação.

Com todas essas singularidades que vivenciei ao fazer pesquisa em tempos de pandemia, as mudanças, as adaptações, os receios e cautelas, há outras duas especificidades nessa pesquisa, que como citei na abertura deste capítulo, afetam diretamente a metodologia utilizada e os caminhos trilhados durante toda a pesquisa de campo: o fato de os interlocutores principais serem crianças e adolescentes tutelados pelo Estado e o local de pesquisa ser uma instituição estatal com ligação ao judiciário, ambos apresentados nos tópicos seguintes. Essas duas características suscitaram dificuldades durante a execução da pesquisa, tanto em questões metodológicas – como a opção de não realizar entrevistas com as crianças e adolescentes – como em dificuldades de continuar a pesquisa de campo, com um impedimento da secretária do município que veio quando o campo estava acontecendo.

1.3. As dificuldades além da pandemia: será o “não” um dado?

Conforme já relatado, no retorno que fiz à instituição em janeiro de 2021 me deparei com uma mudança de coordenação na Casa. Milene, até então o meu principal contato, havia sido demitida e em seu lugar estava Dayane. No mesmo dia que soube dessa mudança já imaginava que ela poderia acarretar algumas consequências na pesquisa, mas esse receio inicial foi logo dispensado quando fui recepcionada por Dayane, tanto em nosso primeiro contato *online*¹⁶ quanto em nosso primeiro contato presencial.

A boa recepção dessa coordenação seguiu-se por meses. Tanto Dayane, a diretora, quanto Leila e Mirian, respectivamente assistente social e psicóloga da Casa, se mostraram dispostas a saber mais sobre a pesquisa e até mesmo a me auxiliar na

¹⁶ Quem me passou o contato de Dayane foi Milene que ao me informar que havia sido demitida já foi logo me passando algumas orientações para entrar em contato com a nova coordenação e assim dar continuidade com a pesquisa.

construção desta, me direcionando a situações e dando conselhos que seriam “*bons para a pesquisa*”. E apesar do fato dessa coordenação – comparada com a de Milene – apresentar mais exigências durante a execução da pesquisa, como por exemplo que eu assinasse uma ficha de controle de entrada e saída toda vez que fosse à instituição, elas aceitaram muito bem a proposta da pesquisa desde a minha primeira visita, a qual inicialmente era apenas para uma reunião, mas acabou virando a primeira de muitas tardes que estive junto às crianças e adolescentes da Casa.

Mas apesar dessa boa recepção inicial que tive de ambas as coordenadoras, fazer pesquisa em uma instituição de acolhimento institucional para crianças e adolescentes imbrica uma jornada burocrática densa e cheia de adversidades, conforme relatado a seguir.

A jornada burocrática de se fazer uma pesquisa em uma instituição deste tipo teve início com a submissão do projeto¹⁷ no CEP/UFPB (Conselho de Ética em Pesquisa), e uma das exigências do CEP para a aprovação do projeto era o Termo de Anuência assinado pela coordenação da instituição. Inicialmente Dayene me solicitou que neste termo incluiria também o nome do secretário atual da Secretaria de Alta Complexidade do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) do município e prontamente fiz a alteração no Termo incluindo espaço para que o secretário assinasse. Mas por dias sempre que ia na Casa dava uma passada “*lá em cima*”¹⁸ para me atualizar sobre o recebimento e devolutiva desses documentos que aprovariam de vez a execução da pesquisa e liberariam o parecer positivo do CEP, me era solicitado alguma mudança, nomenclatura do cargo, dias e horários previstos das minhas idas à casa, o que foi feito.

Quase duas semanas depois seguindo esse fluxo, descobri que apesar do documento ter sido assinado pelo secretário ele não poderia ser entregue a mim, isso porque durante esse intervalo houve uma mudança na Secretaria de Alta Complexidade e com isso os documentos assinados pelo antigo secretário não eram mais válidos e a nova secretária exigia outras cópias da documentação. A partir daí se inicia uma nova saga: vivenciando o pesquisar o Estado.

¹⁷ Projeto submetido na data de 05 de fevereiro de 2021, sob o número de CCAE: 42989921.6.0000.5188

¹⁸ A área administrativa da Casa ficava no primeiro andar da instituição e era sempre referenciada pelos funcionários e acolhidos como “*lá em cima*”, até mesmo a equipe técnica era conhecida dentro dos muros da instituição como “*as meninas lá de cima*” ou o “*povo lá de cima*”

Essa saga iniciou-se no dia 15 de março de 2021, quando recebi um áudio de *whatsapp* de Dayene me informando que a nova secretária havia me solicitado alguns documentos a mais além do Termo que eu já tinha enviado. Além disso, fui informada por Dayene, através do mesmo áudio, que por motivos de segurança tanto para mim quanto para ela, enquanto diretora da instituição, era recomendável que eu não fosse mais à Casa até essa autorização da secretária ser expedida. Nesta mesma conversa, Dayene me enviou o contato da nova secretária e recomendou que eu conversasse com ela para saber melhor sobre os documentos solicitados.

Com o contato em mãos logo entrei em contato com a secretária pelo *WhatsApp*, me apresentei e falei um pouco sobre a pesquisa, informando que havia sido a diretora da instituição que havia me passado o contato dela. Logo ela me respondeu e reforçou a solicitação para o envio de alguns outros documentos relacionados à pesquisa, inclusive declarações do meu vínculo com a UFPB.

O envio desses documentos foi feito via *e-mail* e foi por esse meio que continuamos o nosso contato nos meses seguintes. No dia posterior ao encaminhamento dos documentos recebi a resposta da secretária informando que havia sido decidido – junto ao setor jurídico da secretaria – que a autorização para a continuação da pesquisa só poderia ser analisada mediante a autorização do MPPB (Ministério Público da Paraíba).

Os dois meses seguidos a essa primeira troca de *e-mails* com a secretária foram marcados por uma incessante busca da autorização da Promotora de Justiça da Vara do município. De início, entrei em contato com o CAOP (Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Criança, do Adolescente e da Educação) solicitando maiores informações sobre como proceder nesse caso, obtive uma resposta informando que não era com eles que iria obter essa autorização, sendo assim me deram informações de contato da Promotoria da Infância e Juventude do município, porque só eles poderiam emitir essa autorização.

Durante quase um mês realizei diversas tentativas de contato – tanto via *e-mail* quanto via *WhatsApp* com a promotoria do município, mas só obtive uma resposta no início de abril e ainda assim obtive uma resposta um tanto vaga, sendo só apenas no dia 03 de maio – depois de novas tentativas de contato – que me foi solicitado o envio dos

documentos e do pedido formal de autorização através do sistema de protocolos do MPPB.

Durante todo esse tempo estávamos – eu e minha orientadora, a Prof^a Dr^a Márcia Reis Longhi¹⁹ – tentando contornar essa situação. Inclusive a professora Márcia entrou em contato com a secretária e marcou até mesmo uma reunião *online* pela plataforma *Meet* onde estivéssemos todos presentes – eu, Márcia, a secretária e Dayene – porém essa reunião acabou não acontecendo pois no dia que foi marcado a secretária não compareceu.

Durante esses três meses onde entrei nessa caça por uma autorização para continuar com a pesquisa, vivenciei diversas “portas sendo fechadas”, ou melhor, *e-mails* não respondidos, mensagens não lidas ou até mesmo lidas e ignoradas. Esses perrengues de campo me fizeram lembrar do que Patrícia Schuch (2010) traz como reflexão ao relatar os percursos de negociação para a realização da sua pesquisa do pós-doutorado sobre a justiça restaurativa. A autora acaba concluindo que os limites impostos pelos pesquisados na sua experiência de pesquisa acabaram tornando explícitas a compreensão das dinâmicas de poder no campo estudado, o que de certa forma também aconteceu no meu campo de pesquisa. As negativas só deixaram escancaradas as relações e dinâmicas de poder existentes no contexto de uma Unidade de Acolhimento. Com isso encarei o “não” da secretária como sendo não apenas percalços do campo, mas também um dado produzido em campo. Isso porque o ocorrido acabou revelando informações acerca das relações de poder na qual a instituição estava totalmente inserida.

Chega então o fim dessa saga em busca de uma autorização, quando duas semanas após ter enviado a solicitação pelo sistema do MPPB recebi uma mensagem no WhatsApp de um oficial de justiça onde veio anexado o Despacho Ministerial assinado pela promotora que autorizava a realização da pesquisa. Com essa autorização em mãos a ansiedade por retornar à Casa era enorme. Entrei logo em contato com a secretária, mas não obtive respostas dela e diante disso resolvi entrar em contato com Dayene, com quem marquei uma reunião para conversarmos sobre a continuação da pesquisa e sobre as atividades que eu pretendia fazer com as crianças e adolescentes. O meu retorno à instituição aconteceu no dia 26 de maio de 2021 de forma muito tranquila, apesar da

¹⁹ Professora associada do Departamento de Ciências Sociais (DCS) da UFPB, na área de antropologia.

chuva de perguntas das crianças, das adolescentes e dos funcionários do motivo do meu afastamento nos últimos meses.

Quando obtive essa autorização da promotora acabei sendo inserida nas relações de poder que regiam a instituição, afinal eu estava carregando em mãos algo vindo da maior autoridade dentro de uma instituição deste tipo, que seria a Promotora de Justiça. Mas ainda assim, sempre tive muita cautela em deixar claro para os meus interlocutores – principalmente as crianças e adolescentes – que eu não era uma representante do Estado ou da justiça e que eu não tinha intenção de seguir este modelo hierárquico que eles estavam inseridos.

Foi por conta disso que a busca pela autorização da promotora só veio diante do pedido da instituição para tal, como tão bem expliquei à assistente social da Casa quando ela me perguntou o porquê de eu não ter ido antes em busca dessa aprovação ministerial. Na ocasião, informei a ela que não poderia solicitar isso sem antes vir à Casa, conversar com a coordenação e ver se essa era uma necessidade para a realização da pesquisa. Se assim fosse, me veria na obrigação de ir em busca dessa autorização. Mas não sem antes falar com os meus interlocutores, pois nunca foi a minha intenção impor a minha presença apenas por estar com uma autorização da promotoria, além do fato de que isso poderia passar uma impressão que eu estava sempre tentando me afastar: de que eu era uma adulta da instituição, seja funcionária ou outro alguém da prefeitura.

Tentar me afastar ao máximo dessa possível impressão de que eu era uma representante do Estado, seja por parte da promotoria ou de algum funcionário da prefeitura foi um esforço que se fez presente em toda pesquisa, mas principalmente nos primeiros meses, onde eu estava concentrada em estabelecer uma relação com as crianças e adolescentes, de modo que a etnografia junto a elas se fizesse possível. Conforme será relatado adiante, a aceitação das garotas e garotos da Casa de uma estranha em seu ambiente foi um processo interessante, o qual me gerou um status peculiar dentro da instituição: o de *“tia da pesquisa”*.

1.4. Ganhar o status de *“tia da pesquisa”*²⁰

²⁰ No artigo intitulado “Ser a ‘tia que faz pesquisa com a gente’: Relato de experiência sobre ser uma antropóloga adulta fazendo pesquisa com e sobre crianças em um contexto institucional” (Mello, 2022) publicada na Revista *Áltera* v. 2 n. 13 (2021): Dossiê Questões ético-metodológicas na pesquisa com crianças trago relatos mais aprofundados de como foi ganhar o status de *“tia da pesquisa”* e ser

O terceiro eixo desta pesquisa, conforme já aludido, é que ela tem por interlocutores principais crianças e adolescentes a partir dos 03 anos de idade. Sendo assim, em toda a minha análise dos fenômenos observados concentro meus esforços em pensar e localizar a criança e o adolescente enquanto um ator social, produtor de cultura (Pires, 2010), a partir das elaborações de significados que elas dão às relações sociais que elas estabelecem (Coutinho, 2019), ou seja, a figura central desta pesquisa são as crianças e adolescentes e suas vozes, visões e reelaborações das suas vivências e experiência de infância e adolescência. Desde o meu primeiro contato com a antropologia da criança me vi encantada pela categoria de criança atuante (Cohn, 2005), e por conta disso sempre foi a minha intenção trazer as crianças e adolescentes enquanto protagonistas desta pesquisa etnográfica, acessando através do contato direto com esses sujeitos as suas vivências e relatos acerca do contexto que elas vivem e se relacionam.

Em meu período de campo na instituição tive contato com o total de quinze crianças e adolescentes, e é importante evidenciar aqui o recorte racial dessas crianças, porque apesar da Casa da Acolhida garantir atendimento misto em termos do gênero e idade das crianças e adolescentes ali acolhidas, havia uma coisa que não era tão mista assim: o recorte racial das crianças e adolescentes ali acolhidas, que em sua maioria eram pretas e pardas. Quando dei início à pesquisa em janeiro de 2021 a Unidade acolhia seis crianças e adolescentes, todas do sexo feminino e quando finalizei o campo em dezembro do mesmo ano o número de acolhidos/as havia subido para treze, sendo sete meninas e seis meninos – restando quatro meninas do grupo original. Durante esse ano de pesquisa, algumas crianças e adolescentes foram reintegradas à família, mas ainda assim elas foram interlocutoras desta pesquisa mesmo que o contato tenha sido breve.

Vou apresentá-las de forma muito simples neste primeiro capítulo, de forma que o leitor grave os seus nomes, porém será apenas no andamento desta dissertação que essas crianças e adolescentes serão apresentadas de forma mais aprofundada – inclusive os motivos de terem ido parar na instituição. De forma que atenda a dois propósitos – o de apresentar e o de fazer o leitor entender a cronologia que a casa foi

reconhecida enquanto pesquisadora pelas crianças e adolescentes da instituição. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/59997> <Acesso em 20/07/2022>

perdendo e recebendo novos moradores – irei apresenta-los pela ordem que os fui conhecendo:

- Em janeiro de 2021 a Casa contava com seis moradoras, sendo elas: Polly (3 anos) – a única de um grupo de irmãs que foi reintegrada para a família paterna; Lulu²¹ (10 anos); Vivi (12 anos) e Liza (13 anos); e as adolescentes mais velhas: Jasmine (14 anos) – que poucas semanas após o início da pesquisa foi reintegrada à avó - e Mari (16 anos). Dessas seis meninas, apenas a Jasmine é branca, as demais são pretas ou pardas;
- Em fevereiro Muci, uma adolescente branca de 13 anos, chegou à instituição – a adolescente fugiu poucas semanas depois de ser acolhida, depois retornou à instituição, onde teve um novo episódio de fuga, mas depois teve que retornar à unidade;
- No início do mês de março a instituição recebeu Tadeu um garoto negro de 11 anos – o garoto foi reintegrado ao convívio com pai, mas depois de poucos meses retornou à instituição.
- Em maio – no meu retorno à instituição - conheci o casal de irmãos Dedé (10 anos) e Lipe (14 anos); e o adolescente Kaique (17 anos), um adolescente autista de grau 3²², todos os três sendo pretos e pardos;
- Em agosto chegou à instituição Gabriela, uma adolescente negra de 13 anos;
- Em setembro chegaram à Casa os três irmãos Igor (7 anos); Ian (10 anos) e Lucas (15 anos), os últimos novos moradores da instituição em meu período de campo, dos três irmãos apenas o Lucas é preto e os seus irmãos mais novos são brancos.

Desde o início desta pesquisa, quando ainda não havia nem pisado no campo, tive uma preocupação muito grande em romper com qualquer imagem de “adulto que manda”, pensando principalmente no contexto de acolhimento institucional, o qual eu tinha um imaginário onde as posições de poder eram muito fixas, adultos mandavam e crianças e adolescentes obedeciam. Seguindo o que Pires (2007) diz, sempre me

²¹ Algum dos nomes fictícios de algumas crianças e adolescentes foram escolhidos por elas.

²² A informação que o adolescente era diagnosticado com autismo de grau 3, veio por parte da coordenação ao me falarem sobre o novo adolescente residente na instituição. No Autismo de grau 3 (autismo severo) corresponde a graves dificuldades de comunicação, incluindo modos verbais e não-verbais. Eles têm acentuada dificuldade de funcionamento. (Fonte: <https://genialcare.com.br/blog/graus-de-autismo/>)

dediquei a construir uma relação onde a minha aproximação com as crianças e adolescentes acontecesse de modo com que eles não me vissem enquanto uma “adulta comum”, sem esquecer da idade da pesquisadora (Muller, 2006), afinal de contas por mais que eu me esforçasse em romper a barreira do “adulto que manda”, eu ainda era uma adulta, mesmo que fosse uma que não dá infinitas ordens e proibições, mas agindo enquanto “uma adulta que interage com elas, seja brincando, seja conversando, seja discutindo” (Pires, 2007, p. 234). E essa preocupação se manteve em todo o meu período de campo – ainda mais que durante todo ele o fluxo de chegadas de novos interlocutores era constante.

No meu primeiro dia em campo, ainda em novembro de 2020, conheci apenas duas acolhidas na Casa e fui apresentada a elas pela diretora como “*a moça da universidade*” e que eu estava ali para acompanhar o dia a dia delas. Quando retornei à instituição em janeiro do ano seguinte, fui com o objetivo de romper a imagem de “*a moça da universidade*”, visto que eu tinha um certo receio deste status acabar me colocando em uma posição de poder, que apesar de existir, não queria fazer dele o protagonista na relação de pesquisa.

Neste meu retorno, fui novamente apresentada como a “*moça da universidade*”, só que dessa vez para todas/os acolhidos e funcionários que estavam no dia. De início eu fui recebida com curiosidade, afinal eu era a novidade do dia. As adolescentes me perguntaram sobre a cor e corte do meu cabelo e uma delas chegou até a puxar a minha máscara para ver o meu rosto. Naqueles minutos após a apresentação que fizeram de mim eu era a novidade, mas logo que o tempo foi passando todos retornaram às suas atividades costumeiras e eu quis conhecer mais do espaço, apesar dos receios de ingressar em um novo campo.

Nos dias seguintes sempre que entrava em um diálogo com alguma criança ou adolescente deixava que a outra parte conduzisse os tópicos da nossa conversa, ainda mais que a minha intenção nos primeiros meses era seguir o estágio da contaminação com o campo (Brandão, 2007), vendo o que eles queriam me mostrar e me dizer. Inicialmente as crianças mais novas davam mais aberturas para interações, perguntando sobre a minha vida, sobre o porquê de eu estar ali, me chamando para brincadeiras e até mesmo me pedindo algumas coisas, como folhas para desenhar e lápis de colorir.

Já a recepção por parte das adolescentes foi mais contida, apesar de sempre me cumprimentarem quando eu chegava, elas nunca se aproximavam muito. *A posteriori*, ao pensar sobre esse distanciamento inicial, lembrei do que Roy Wagner (2010) fala sobre a resistência de aproximação dos interlocutores como sendo um mecanismo de defesa, ao deixar a pesquisadora afastada enquanto analisa a sua presença ali. *A posteriori* também pude perceber esta resistência como uma forma de agência por parte das acolhidas²³, que apesar de terem sido informadas sobre a pesquisa²⁴, de saberem o que eu estava fazendo ali usaram de seus mecanismos para retardar o contato comigo.

Diante dessa resistência encontrada em campo e pelas próprias dificuldades da pesquisa, mesmo estando munida de muitas leituras sobre os chamados novos estudos sociais da infância e leituras sobre metodologia e técnicas de coleta de dados em etnografias com crianças (Pires, 2007), minhas ideias de atividades a serem realizadas com as crianças e adolescentes não se concretizaram, isso porque a realidade se mostrou muito diferente daquilo que eu esperava, principalmente pelo meu tempo mais curto na instituição, a diversidade de idades e gerações existentes na Casa, a própria recepção dos meninos e meninas da instituição ao que era proposto.

Entre erros e acertos, novos desenhos metodológicos foram sendo feitos, principalmente para atender a interação entre dois grupos de idades: as crianças e os adolescentes. Para as crianças mais novas o desenho, as brincadeiras e jogos funcionaram muito bem na maioria das vezes que foi proposto. Para as adolescentes, o que mais me aproximou delas foram as conversas sobre temas em comum, principalmente as redes sociais e “as dancinhas do *TikTok*”²⁵. Neste último caso, principalmente no início do meu contato com as adolescentes e com as crianças mais velhas, foi o *TikTok* – ou melhor, a minha falta de conhecimento sobre a rede social – que era inicialmente uma barreira em minha comunicação com as adolescentes me

²³ Nessa época do campo a Unidade de Acolhimento tinha apenas residentes do sexo feminino, só com meses depois que foram acolhidos meninos. Porém como as meninas ainda são a maioria, vou me referir aos residentes sempre na forma feminina.

²⁴ Naquele momento de apresentação no qual fui apresentada como a “*moça da universidade*”, acabei não tendo a oportunidade de falar diretamente da pesquisa com as crianças e adolescentes da Casa, isso porque o momento não era propício e só tive a oportunidade para tal no decorrer do primeiro mês de pesquisa, em momentos muitos distintos com cada criança e adolescente, as vezes separadamente e as vezes em conversas com duas ou três juntas.

²⁵ *TikTok* é uma rede social exclusivamente de publicação de conteúdo em formato de vídeo curtos, aqui no Brasil a plataforma online ganhou notoriedade durante os primeiros meses da pandemia quando muitos *influencers* começaram a usar a plataforma durante o isolamento social. Hoje, a rede social é uma das mais utilizadas do mundo e aqui no Brasil o grande destaque dela é com “as dancinhas do *TikTok*”, que são conteúdos de *influencers* dançando músicas atuais, a maioria de *funk*, brega *funk* e forró.

auxiliou na aproximação com elas, principalmente quando elas me explicaram algo sobre a rede social que eu não conhecia.

Com isso fui construindo uma relação de campo, principalmente por ter encontrado modos de desenvolver diálogos com as crianças e adolescentes, e o que me restava era então o momento que eu seria reconhecida por eles enquanto alguém que estava ali fazendo uma pesquisa junto a eles. Sempre deixei claro para os meus interlocutores o motivo da minha presença ali e me mostrava sempre disposta a sanar dúvidas e a eliminar a imagem de que eu era alguém da prefeitura que trabalhava na instituição. E este momento chegou quando recebi um novo status dentro da Casa, a da *“tia que faz pesquisa”*.

Esse novo status que eu ganhei dentro da instituição aconteceu após eu ser apresentada assim por Liza, uma das adolescentes acolhidas, a uma ex-funcionária que veio visitar à instituição. Ao me ver junto às crianças e adolescentes, essa ex-funcionária perguntou se eu era a nova psicóloga da Casa e antes mesmo que eu pudesse responder o que eu realmente estava fazendo ali, Liza tomou a palavra e respondeu *“ela é a tia que faz pesquisa com a gente”*. E esse status adquirido em campo me auxiliou muito dali em diante, principalmente quando tinha que explicar para novos funcionários e para novos acolhidos o que eu fazia ali na instituição.

A partir desse reconhecimento das crianças e adolescentes de que eu estava ali na instituição para realizar uma pesquisa, as minhas interlocutoras passaram a me auxiliar na tarefa de explicar aos novos moradores e novos funcionários da instituição qual era a minha função ali, sempre me apresentavam como *“ela é a tia que vem fazer pesquisa”* e a ideia de participar de um estudo desse tipo por vezes deixava as crianças e adolescentes entusiasmados e isso fazia com que eles sempre estivessem dispostos a ajudar na pesquisa, me dizendo algumas informações sobre os plantões ou sobre o funcionamento da Casa, como foi uma vez quando Lulu resolveu me ajudar na pesquisa me informando o que achava do plantão do dia *“pois vou te ajudar na pesquisa, primeiro esse plantão é chato”*.

Passado então do processo de ter estabelecido modos de interação com todos da instituição e ser reconhecida por elas enquanto pesquisadora, além do fato de eles terem entendido como era a pesquisa que eu estava fazendo com eles e como ela funcionava, me restava então seguir o que as crianças e adolescentes queriam me mostrar e quando

queriam me mostrar. Aprendi a lidar com o fato de que nem sempre todas/os estavam dispostas/os a falar comigo em determinados dias, as vezes era apenas uma “boa tarde” que recebia de algumas, mas tinha dias que eram elas que estavam querendo conversar e que puxavam assunto comigo, me contando segredos e me falando sobre algum acontecido.²⁶ E com isso também fui me atentando e percebendo que o ato de ignorar a pesquisadora em campo, era também uma forma de agência, elas mostrando que naquele dia, para elas, a minha presença não era bem vinda.

Conforme mencionei, a metodologia em campo foi marcada por erros e acertos até eu perceber que o que antes se mostrava um problema para interagir em campo na verdade era algo essencial dele: o conflito geracional de dois grupos de idades que coabitavam o espaço – três, se contarmos com os adultos presentes na instituição. Se antes eu tentava ir contra ao conflito geracional que acontecia, passei a seguir junto com eles e compreender que não havia possibilidade de isolar apenas um grupo etário naquele contexto, ainda mais que é essa interação com outros grupos etários que vai afetar diretamente a forma como esse indivíduo se enxerga e age naquele contexto (Ribeiro, 2015) e é a partir disto que as crianças – e adolescentes – se tornam não apenas reprodutores de cultura, mas também produtoras de cultura (Pires, 2010).

E foi a partir da minha aceitação de que esse conflito geracional era parte da pesquisa e não deveria ser moldado pela antropóloga e sim incluído e analisado conforme ele se mostrava que me atentei ao fato de que apesar do que tudo que lia sobre a metodologia de trabalhos da área da antropologia da criança não se encaixar propriamente na etnografia que estava sendo feita, ela podia e devia ser aproveitada levando em conta o contexto que eu estudava. Ou seja, a antropologia da criança se mostrou útil para pensar diversos aspectos dessa pesquisa, tudo que eu precisava era levar ela para além do grupo etário da infância e fazer uma bricolagem junto à antropologia e sociologia da juventude.

Muitas das adversidades que marcaram o percurso metodológico desta etnografia foram por conta das características do campo e dos seus interlocutores. Além

²⁶ Esse ato de ignorar a pesquisadora no dia, me fez perceber que a frase que eu escutei várias vezes em campo referente as crianças e adolescentes se mostrava diferente no cotidiano. Por vezes eu escutei as frases “*elas são muito carentes de amor*”, “*elas amam todo mundo*” e outras semelhantes e eu percebi – não só nas minhas relações com as garotas e garotos da Casa, mas também observando elas em suas relações com outros – que elas poderiam até ser carentes de amor e amar todo mundo, mas elas escolhiam quem amar e em que dia amar, a quem daria atenção e afeto e quando dariam atenção e afeto.

de ter uma funcionalidade muito clara, essas instituições de acolhimento também têm seu público alvo muito bem demarcado, vemos isso pelo histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no país. Esse tipo de instituição não trabalha sozinha e nem teve seu início de forma arbitrária, ela faz parte de uma rede maior e atende objetivos marcados, como veremos no capítulo seguinte, no qual abordo, além da historicidade da política de acolhimento de crianças e adolescentes, as raízes que se mantêm até hoje e como isso se mostra nas características da instituição pesquisada.

2. AS RAÍZES HISTÓRICAS PRESENTES NA ATUALIDADE: A Casa da Acolhida e a medida protetiva de acolhimento institucional

A instituição de acolhimento na qual essa pesquisa foi realizada é uma das 66 unidades de acolhimentos para crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal espalhadas por todo o estado da Paraíba (sendo 58 de gestão municipal e 8 de gestão estadual)²⁷. Devido aos acordos de sigilo tanto da identidade dos atores envolvidos na Casa de Acolhimento quanto da localização, o município onde a instituição se situa será ocultado nesta dissertação.

Seguindo a diretriz da política de atendimento à criança e ao adolescente presente no Art. 88 do ECA no que diz respeito a “municipalização do atendimento” (BRASIL, 1990), a Casa de Acolhimento é inteiramente gerida pela prefeitura, responsável pela contratação de funcionários e equipe técnica em geral, além de também serem responsáveis pelo gerenciamento financeiro e material da instituição. A unidade também vive de doações dos funcionários – que compravam alguns mantimentos de higiene como sabonetes, desodorantes e doavam roupas para algumas das crianças e adolescentes –, ex-funcionários, grupos religiosos do bairro e de vizinhos.

O acolhimento institucional é uma modalidade de atendimento integral de proteção social especial de alta complexidade do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), com o objetivo de acolher e oferecer proteção integral às crianças e adolescentes quando estes necessitam ser afastados do convívio da família biológica (Valente, 2013). Atualmente este serviço só deve ser buscado enquanto última alternativa diante de uma situação de risco pessoal ou social que a criança e adolescente esteja sofrendo na família de origem ou extensa ou na comunidade onde reside, visto que a preocupação maior é em manter a convivência familiar e comunitária, conforme se prevê no artigo 19.

Contudo, é difícil não se perguntar diante do número atual de 30.134²⁸ crianças e adolescentes acolhidos em todo país, se realmente o acolhimento enquanto “último

²⁷ Dados obtidos através do Censo 2021 do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). O Censo faz coleta anual de dados através do sistema de monitoramento da Política Nacional de Assistência Social. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/censosuas/status_censo/relatorio.php <Acesso em 24 de maio de 2022>

²⁸ Dados de até junho/2021 do SNA/CNJ divulgados no site do Instituto Geração Amanhã <https://geracaoamanha.org.br/situacao-atual/> < Acesso em 24 de maio de 2022>

caso” é realmente algo que transpassa a teoria e se aplica na prática. Essa é uma pergunta para a qual não tenho respostas, nem mesmo após um ano de pesquisa em uma instituição de acolhimento onde tive acessos a diversos casos de institucionalização de crianças e adolescentes por distintos motivos (desde abuso sexual, negligência, abandono, violência física e vulnerabilidade social).

Diante desse número exponencial, e conforme bem sabemos a importância da história para se olhar e analisar o presente, me lanço e convido o leitor a um exercício de olhar para o passado no que diz respeito a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, onde podemos ver o quanto esta política de atendimento sempre teve um alvo muito marcado: a infância pobre. E junto a esse exercício, devemos refletir o quanto desse passado ainda se carrega hoje neste tipo de atendimento, que apesar de mudanças ao compararmos com a prática no século passado, ainda carrega fortes raízes desse período (Rizzini e Rizzini, 2004).

2.1. A história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil

O campo de políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente no Brasil percorreu um longo caminho marcado por diversas legislações e ações até chegar ao que é atualmente, principalmente no que se refere ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Os primeiros registros das primeiras legislações e ações do Estado no que diz respeito a políticas de atendimento à infância e à adolescência são datados das duas primeiras décadas do século XX (Consentin e Lara, 2016). Concomitante ao crescimento urbano que o país estava passando começou-se o debate acerca das crianças e adolescentes na chamada situação irregular, ou seja, o menor pobre, de rua, mendigo, que apresentava risco para sociedade e para o processo higienista a qual o país estava passando em nome do desenvolvimento social e econômico tão almejado na época pelo governo.

No Brasil sempre houve uma separação muito demarcada entre infância – a criança da classe média e dominante – e o menor – a criança e adolescente pobre, que em geral era vista enquanto problema (Faleiros, 2011 *apud* Consentin e Lara, 2016). Isso se vê principalmente nas nomenclaturas utilizadas nos Códigos de Menores instaurados no século XX e também a enorme quantidade de políticas de ajustamento e

até mesmo segregação da sociedade que esse grupo sofreu durante anos com os processos de internação da infância pobre.

O Código de Menores de 1927, primeira legislação brasileira que dispõe acerca do atendimento a crianças e aos adolescentes, apesar de se anunciar enquanto um instrumento de assistência e/ou proteção com o objetivo de educar as nossas crianças e adolescentes deixava muito evidente em seu texto quem era seu público alvo: menores de idade abandonados, pobres, infratores, delinquentes (Consentin e Lara, 2016), ou seja, tudo que não se encaixava nas condutas que o Estado estabelecia.

Muitas diretrizes, leis e novos órgãos foram criados para atender a essa preocupação de “limpar as ruas” dos centros urbanos internando o *menor* em abrigos. Em 1941, no início da ditadura de Getúlio Vargas, foi criado o SAM (Sistema de Atendimento ao Menor), de forma a atender o objetivo de segurança nacional no governo Vargas, já que o atendimento à infância atendia a esse propósito (Rizzini e Rizzini, 2004). Em 1964, ano do golpe militar, foi criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), enquanto substituto do SAM, visto as enormes denúncias de corrupção que o órgão recebeu levando a sua substituição. A FUNABEM foi a responsável pela criação das FEBEMs (Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor) – em todo o país, principal instituição de abrigamento de menores de idades no país até a sua desativação.

No decorrer do século XX, a categoria de “menor abandonado” criada pelo Estado para designar a ausência dos pais ou a falta de condições financeiras destes de criar as suas proles, associando a falta de recursos financeiros com a incapacidade moral para criar e educar seus filhos (Nascimento, 2012) garantiu ao Estado uma forte presença no planejamento e na implementação das políticas de atendimento a infância (Rizzini e Rizzini, 2004).

Em 1979, um novo Código de Menores foi criado, uma revisão do código anterior, porém que seguia a mesma orientação a respeito do tratamento às crianças e aos adolescentes e suas famílias (Cossetin e Lara, 2016). Com a criação da nomenclatura “menores em situação irregular” as famílias de classes populares continuavam sendo expostas a intervenções do Estado e sendo culpabilizadas pela sua condição de pobreza (Rizzini e Rizzini, 2004), além de serem penalizadas por conta disso:

É necessário considerarmos que a terminologia utilizada no Código de 1979 para se referir ao adolescente autor de ato infracional evidenciava tanto a base para o atendimento destinado a esse público como também a carga ideológica empregada para designar tais sujeitos: a denominada doutrina da situação irregular. Nessa, o adolescente e sua família são culpados, pois seriam eles que não se enquadravam naquilo que era definido como dentro da legalidade, e não a estrutura social organizada como a determinante das circunstâncias que levaram à ilegalidade. Desse modo, responsabilizava-se e punia-se a criança, o adolescente e as famílias pelas condições a que estavam expostos. (COSSETIN e LARA, 2016, p. 124)

Um fato interessante é que durante o período que ambos os Códigos estiveram em vigência as famílias pobres passaram a entregar seus filhos para a internação, isto porque uma lógica foi se reforçando: a de que a institucionalização era preferível em detrimento da permanência das crianças e adolescentes em suas famílias pobres (Nascimento, 2012). Essa prática das famílias de entregarem seus filhos para serem internados nas unidades de abrigamento é vista por dois viés pela literatura: o de que essa ideia tinha tanta força que faziam as próprias famílias acreditarem que a internação seria a melhor saída para a proteção dos seus filhos (Nascimento, 2012) e o de que as famílias pobres viam na institucionalização de seus filhos uma alternativa para que eles tivessem acesso a uma educação, a serviços de saúde e algum curso profissionalizante (Rizzini e Rizzini, 2004). Ambos os viés seguiram para o mesmo rumo: o de que a institucionalização era a melhor alternativa para as crianças e adolescentes de classes populares.

Na década de 1980, com o movimento de redemocratização que o país passava após o golpe militar que durou mais de 20 anos, a sociedade civil e diversas ONGs e organizações militantes se propuseram a pensar leis e legislações que atendessem a suas demandas, e não foi diferente nas políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes. Concomitantemente, havia uma pressão internacional no que se refere ao direito da criança, principalmente pela Convenção dos Direitos das Crianças em 1989. Diante disso, em 1990 tivemos a promulgação da lei 8.069, que dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (BRASIL, 1990).

O novo documento trazia mudanças significativas no campo de proteção à infância e a adolescência, como a substituição do termo estigmatizante “menor” por “criança e adolescente”, a substituição da polícia tutelar por uma proteção integral, o objetivo de controlar os jovens passa então a ser o desejo de garantir os seus direitos (Fonseca, 2004), ou seja, as mudanças de lei acarretaram uma mudança nas categorias

de classificação (Fonseca e Cardarello, 1999). No que tange sobre o acolhimento institucional, o ECA trouxe mudanças significativas nos atendimentos oferecidos por esses serviços, não se fala mais de internação de menores abandonados e delinquentes e sim de abrigamento de crianças e adolescentes (Rizzini e Rizzini, 2004) – e diria até que nem “abrigamento” é mais utilizado nos dias atuais e sim “acolhimento institucional” –; o menor em situação irregular virou criança e adolescente em risco social e pessoal. Se antes se institucionalizou crianças para proteger a sociedade desse “menor perigoso”, atualmente se acolhe institucionalmente crianças para protegê-las de violações de direitos cometidas pela sociedade e pela família (Snizek, 2008).

Conforme dito, a prática dos dias atuais de acolher institucionalmente crianças e adolescentes ainda carrega fortes resquícios do passado. Apesar do Art. 23 do ECA deixar claro que “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” (BRASIL, 1990), na prática acaba ocorrendo outra coisa, ainda mais se levarmos em conta o histórico no nosso país no que tange os serviços de atendimento à criança e ao adolescente.

Atualmente não se acolhe institucionalmente crianças e adolescentes por conta da pobreza das suas famílias, mas sim por negligência, definido enquanto a “ausência de ações de cuidado e de proteção que envolve intencionalidade” (Bernardi, 2020, p. 103). No contexto das crianças, adolescentes e suas famílias, a categoria de negligência seria entendida quando as famílias, tendo condições de garantir o pleno desenvolvimento de seus filhos, acabam não o fazendo (Idem, 2020). Porém o que acontece na prática é que as famílias que são enquadradas enquanto negligentes são as famílias pobres, e, essa categorização continua enquanto justificativa para intervenção estatal nessas famílias, tal como era no século XX (Nascimento, 2012):

Com a nova legislação, o discurso já não é mais o da falta de condições materiais para o cuidado dos filhos, mas o desrespeito aos direitos estabelecidos pelo ECA. Com esse referencial, a negligência passa a ser produzida como um dispositivo de afirmação da sociedade de segurança, tendo como parâmetro a lógica biopolítica de governo da vida. (NASCIMENTO, 2012, p. 40).

De acordo com os dados trazidos pelo Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País (BRASÍLIA, 2013) em uma pesquisa feita no ano de 2012 em 2.370 unidades de acolhimentos espalhadas no Brasil, as maiores causas de acolhimento

de crianças e adolescentes no país foi por motivo de negligência. Apesar de se não saber detalhes mais concretos sobre cada caso – principalmente os mais atualizados –, é interessante levar em conta o dado, ainda mais diante da questão: quem são as famílias tidas enquanto negligentes? E, conforme Cardarello e Fonseca (1999) já apontava no final do século XX: “é a família negligente por não garantir o bem-estar dos seus filhos? Ou ‘negligente’ é o Estado?” (p. 103)

Não quero aqui de forma alguma negar os avanços que o ECA trouxe, principalmente no que diz respeito ao acolhimento institucional, ainda mais diante dos ataques que o ECA vem sofrendo nos últimos anos, porém ainda assim me lanço em um desafio proposto por Fonseca (2004) de pensar criticamente o Estatuto, ainda mais no que se refere ao fato de que o documento não foi feito tendo como base a realidade brasileira e muitas vezes essa distância entre legislação e realidade leva a diversos casos em que as famílias sofrem de forma indevida uma intervenção estatal, chegando até mesmo a perder o poder familiar. Isso sem falar que, como já foi mencionado no início deste capítulo, muitas das raízes que marcaram o começo da prática de institucionalizar crianças e adolescentes prevalece no presente, o que nos leva a pensar sobre os fatores políticos e ideológicos que fizeram com que o país optasse por programas que acabaram contribuindo com a manutenção do quadro de pobreza e desamparo que a população brasileira sofre (Rizzini e Rizzini, 2004). Ao mesmo tempo que se baseiam na premissa que a família é o contexto mais apropriado para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, o Estado não se preocupa com o fato de que para essas famílias poderem cumprir o seu papel de proteção e cuidado ela precisa estar amparada por políticas públicas que garantam a condição para tal (Penso, Virgolino e Pereira, 2016).

Também não é a minha intenção aqui de forma alguma desmerecer o trabalho realizado dentro das instituições de acolhimento ou maldizer a sua importância dentro da política de proteção à criança e ao adolescente, ainda mais que o que o campo mostrou foi o quanto que a Casa de Acolhimento, apesar de seus problemas e seu ambiente às vezes se mostrar desfavorável para as crianças e adolescentes ali residentes, era bom para alguns dos que ali viviam e se mostrou a melhor alternativa em alguns casos a qual tive acesso, como será mostrado mais adiante.

As atuais diretrizes no que tange a política de atendimento às crianças e adolescentes mostram os enormes avanços que esta política alcançou nas últimas

décadas e a importância delas – apesar das falhas – na proteção e garantia de direitos das crianças e adolescentes brasileiras, como veremos adiante.

2.2. Os serviços de acolhimento institucional: legislações e diretrizes na atualidade

Ainda que os dados citados no tópico anterior mostram que a maior causa de acolhimento de crianças e adolescentes seja negligência, a verdade é que os motivos se misturam, não são únicos, podendo ser fundidos um com outros como mostrou a pesquisa coordenada por Dayse Cesar Franco Bernardi que foi fruto da colaboração entre o NECA (Associação de Pesquisadores e Formadores da área da Criança e do Adolescente), o FICE Brasil (Federação Internacional das Comunidades Educativas do Brasil), e com o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar Comunitária (Bernardi, 2020)²⁹. O fato dos motivos de acolhimento se misturarem só ressalta a importância de nos debruçarmos sobre cada realidade com mais afinco e evitar generalizações que muitas vezes os dados quantitativos acabam trazendo.

Segundo o ECA (BRASIL, 1990) a medida protetiva de acolhimento institucional além de ser utilizado apenas quando esgotadas todas as alternativas – visto que deve priorizar a convivência familiar e comunitária – deve acontecer quando a criança e o adolescente estiverem sob risco social e pessoal que pode ocorrer por “omissão ou ação da sociedade e do Estado. Pela falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis ou, em razão da sua própria conduta” (BRASIL, 1990, p. 60).

Além das mudanças em nomenclaturas, os serviços de acolhimento na atualidade no Brasil carregam outras mudanças no que se refere ao atendimento, apesar de trazer consigo algumas semelhanças com a institucionalização de crianças e adolescentes no século XX. Uma das mudanças mais notáveis é no modelo de serviço oferecido hoje por essas instituições, como por exemplo o caráter misto de atendimento das instituições de acolhimentos, que hoje seguindo as Orientações Técnicas (2009) as unidades devem atender meninos e meninas de diferentes idades, garantindo assim a manutenção dos vínculos consanguíneos (BRASÍLIA, 2009).

²⁹ A referida pesquisa foi realizada no ano de 2020 com 1.327 serviços de acolhimento espalhados por todo o país de forma a mapear como esses serviços enfrentaram os primeiros meses da pandemia de covid-19, principalmente no que se refere a funcionamento e chegada de novos acolhidos. (BERNARDI, 2020)

Uma outra mudança digna de nota que o acolhimento institucional pós-ECA trouxe em comparação a institucionalização de crianças do século XX é a forma que esse atendimento hoje é realizado. Durante muitas décadas eram as FEBEMs responsáveis pelo internamento de crianças e adolescentes apesar de vir na teoria enquanto um ANTI-SAM³⁰ (Rizzini e Rizzini, 2004) – órgão de Serviço de Atendimento ao Menor da ditadura Vargas marcado por denúncias de violência contra os acolhidos – ainda eram marcados pela cultura da violência, segregação e opressão, além de manterem no mesmo espaço um grande número de crianças e adolescentes, ilhados do restante da sociedade, visto que essas unidades ofereciam dentro do seu espaço físico serviços de saúde, escola e cursos (Garey, Cícero e Silva, 2019).

De acordo com o Artigo 19 do ECA a permanência de crianças e adolescentes inseridas em programas de acolhimento institucional não pode se prolongar além do prazo de dezoito meses. Tendo que a cada seis meses a situação do sujeito acolhido ser atualizada por meio de relatório de uma equipe interprofissional, de forma que a justiça tenha informações sobre essas crianças e adolescentes e possa assim decidir de forma fundamentada a reintegração ou não desse sujeito ao convívio de sua família de origem. Sendo assim com bases nessas decisões fundamentadas pode haver casos em que esse prazo de dezoito meses seja dilatado e a criança e adolescente continue inserida nesses programas de acolhimento mesmo depois do término do prazo estabelecido na Lei. (BRASIL, 1990).

Conforme já mencionado, com a promulgação do ECA as crianças e adolescentes passaram a ser vistos enquanto sujeitos de direitos, sendo dever da família, da comunidade geral, da sociedade e do poder público garantir o pleno desenvolvimento desse sujeito em diversos âmbitos da sua vida, como saúde, lazer, profissionalização, educação, segurança pública e entre outros (BRASIL, 1990).

Além da lei do ECA, há outras diretrizes que determinam como os serviços de acolhimento devem atender as crianças e os adolescentes, como as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes (BRASÍLIA, 2009) e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à

³⁰O SAM (Serviço de Atendimento ao Menor) foi desativado em 1964 por conta de denúncias de corrupção, violência e maus tratos com os internos. A FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar ao Menor) foi fundada em 1964 enquanto um substituto ao SAM e foi amplamente divulgado enquanto um ANTI-SAM, pois se dizia contra aos modos como o antigo órgão agia com seus internos.

Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC, 2006). Uma dessas diretrizes toca no cerne da questão da separação do grupo de irmãos, deixando claro que a prioridade é preservar os vínculos familiares, por conta disso há a necessidade que as instituições de acolhimentos atendam crianças e adolescentes de diferentes idades e de ambos os sexos.

De acordo com as Orientações Técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (BRASILIA, 2009), existem quatro modalidades de serviços de acolhimentos no Brasil, sendo elas: os abrigos institucionais, que apesar de se assemelharem alguns pontos com os orfanatos do século passado, carrega algumas características que diferenciam, como o caráter misto de atendimento, a semelhança do prédio com uma residência e um número limitados – que não passe de 20 – de crianças e adolescentes acolhidas; as Casas-Lar que diferentemente dos abrigos deve manter ainda mais forte uma característica de residência, tendo um casal responsável pela casa – sendo um ou os dois educadores sociais, que assumem as funções de mãe social e pai social -, além do fato de ter o limite de receber no máximo dez crianças e adolescentes; os serviços de Famílias Acolhedoras, muito pouco difundido no Brasil, tendo mais casos desse tipo de serviço nos Estados Unidos, neste serviço cada família acolhedora deverá receber apenas uma criança ou adolescente, exceto quando este faz parte de grupos de irmãos, já que visto que há uma preocupação em manter vínculos; e por último, as Repúblicas, que são serviços oferecidos a jovens egressos do sistema de acolhimento que ao alcançar a maioridade ainda não tem vínculos familiares e/ou condições financeiras de se manter.

A Unidade de Acolhimento a qual esta pesquisa foi realizada é chamada por todos os atores envolvidos com o seu funcionamento – agentes da prefeitura, agentes judiciários, equipe técnica, funcionários e crianças e adolescentes acolhidos – como “Casa da Acolhida”. Porém, dentro das Orientações Técnicas (BRASÍLIA, 2009) ela se enquadra no chamado “abrigo institucional”, definido no documento enquanto:

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. (BRASÍLIA, 2009, p. 67).

Além da definição do tipo de serviço que as Orientações Técnica trazem, ela ainda dispõe acerca de alguns princípios de funcionamento, como a do serviço

apresentar semelhanças com uma residência, estar inserido dentro da comunidade – tanto referente a localização do prédio quanto da questão de usufruir dos serviços ofertados pelo bairro e/ou município, como escolas, postos de saúde, espaços de lazer, garantindo assim a convivência comunitária das crianças e adolescentes acolhidas (BRASÍLIA, 2009).

Ainda sobre o modelo de serviço oferecido nesse tipo específico de acolhimento institucional, as Orientações Técnicas ainda falam sobre a não identificação de placas ou qualquer outro artefato que possa identificar o que funciona ali, de modo a diminuir as chances de estigmatização das crianças e adolescentes ali acolhidos.

Como veremos no tópico a seguir, todas essas características previstas em lei foram de uma forma ou outra identificadas na Casa da Acolhida, mas muitas outras – as quais a lei não consegue alcançar – se mostraram particularidades muito específicas do ambiente.

2.3. A Casa da Acolhida: apresentando a instituição

A Casa da Acolhida é o que eu poderia chamar de um “familiar que me é estranho” e que em certa medida também me é “um estranho familiar”, referindo-se à reflexão de Gilberto Velho (1981) acerca destas categorias. Familiar pois em meu período de ex-funcionária do Conselho Tutelar (CT) da cidade conheci um pouco do funcionamento da unidade de acolhimento, como funcionava algumas institucionalizações e algumas reintegrações – visto que o CT participava diretamente nessas duas situações. Familiar também porque a instituição fica localizada no mesmo bairro onde eu moro, fazendo assim com que por anos – e até os dias atuais – passar em frente a instituição seja algo corriqueiro, com isso fico muitas vezes a par da movimentação que está na frente da instituição, os carros estacionados na calçada, algum funcionário saindo ou chegando.

Mas ao mesmo tempo que me era familiar por esses motivos, me era estranho por tantos outros. Faz mais de três anos que sai do CT, as crianças e adolescentes acolhidas na instituição atualmente não eram aquelas que eu tive contato quando era funcionária e chegava na instituição carregando o crachá no peito e na companhia da conselheira tutelar. Além disso, a instituição estava sob uma outra direção, em uma

nova localização³¹, os tempos eram outros, a pessoa que estava indo lá era outra, estava indo como pesquisadora, assumindo uma nova posição e, ainda havia o agravante de que estávamos vivendo uma pandemia.

A Casa da Acolhida fica localizada em uma rua residencial, onde as casas predominam no retrato de uma das principais avenidas no bairro que ela se situa. Por falta de identificação do que realmente acontece ali naquele imóvel, principalmente para evitar a estigmatização das crianças e adolescentes ali acolhidos (BRASÍLIA, 2009), muitos que passam naquela rua nem sequer sabem que ali é uma Casa de Acolhimento.

Quem passa na rua, seja de carro, moto, ônibus ou a pé só consegue ver uma casa de primeiro andar, com um muro alto, um portão pequeno de cor verde, um pé de coqueiro daqueles que nunca cresce demais por dentro do muro e uma calçada onde nunca se vê alguém sentado. Mas apesar de essa ser a imagem da frente da casa, a entrada para a instituição é por trás do imóvel, em uma rua paralela onde não se tem movimento de carro e onde se vê pouquíssimas pessoas transitando. Só fui saber que a entrada era nessa rua paralela no meu primeiro dia em campo quando passei uns bons 5 minutos batendo na porta da frente sem ser atendida, e uma vizinha que morava quase em frente foi que me ajudou dando a informação de que a entrada era na rua do lado.³²

O fato da instituição se parecer com uma residência era algo que não se limitava apenas a quem via de fora do portão e do muro, quando se entra ainda tem muito dessa aparência de uma residência comum, com um quintal, algumas mesas postas neles, uma bola de futebol largada pelo quintal e alguns brinquedos espalhados pelo espaço. Mas a verdade é que quanto mais se adentra na Casa se vai percebendo que ali é um local de disputas entre dois domínios: o de uma residência e o de uma instituição.

Passando do grande portão verde – aqueles portões de garagem – o grande número de pessoas juntas – e algumas uniformizadas – já é um primeiro indício do que funciona ali. E por mais que a cada dia que eu vá na instituição muita coisa mude na primeira vista que me recebe, algumas coisas são constantes como o quintal lateral, a entrada de trás para a cozinha, além de alguns objetos que já são conhecidos, como o

³¹ Quando eu era funcionária do CT, a instituição ficava em outro endereço naquele mesmo bairro que hoje se localiza.

³² O que mostra que apesar da instituição não conter placa identificando-a enquanto uma Unidade de Acolhimento, os vizinhos da proximidade sabem o que funciona realmente ali.

varal de roupas sempre com uma peça – ou várias – pendurada, uma bola de futebol jogado no canto e alguns brinquedos espalhados.

O imóvel onde a instituição funciona é alugado pela prefeitura de acordo com a informação que tive de Milene e é formado por três casas que dividem o mesmo terreno amplo. A unidade de acolhimento ocupa essas três casas, dividindo-as conforme as necessidades das/os acolhidas/os atuais, sejam em questões de número, idades, sexo ou outro fator.³³

No meu primeiro dia de visita à instituição, ainda em 2020, a distribuição da ocupação dos espaços era a seguinte: a casa de trás era a “*casa das meninas*”, onde seis garotas dividiam o espaço de dois quartos, uma sala, um banheiro e uma cozinha. Em comparação com o imóvel do meio, o “principal”, a habitação das meninas era muito pequena, ainda mais com o fato de que eram seis pessoas compartilhando aquele espaço. O imóvel do meio, era a “*casa dos meninos*”, e é também o espaço mais extenso da instituição, principalmente a sala de estar, que é bastante ampla. Além disso, a casa do meio contava com dois quartos climatizados, uma cozinha onde todas as refeições eram preparadas pela cozinheira, uma sala de jantar onde todas as refeições eram realizadas e um banheiro. A habitação do meio era muito mais do que apenas o ambiente dos meninos, era também dos funcionários pois eram ali que eles tinham um espaço de guardar seus pertences na despensa da cozinha, faziam suas refeições e passavam o maior tempo dos seus plantões, além do fato de que como todos faziam refeições ali a casa do meio se tornava o espaço mais utilizado da instituição.

Assim que se saía da “casa principal” pela porta da frente já se encarava um terraço amplo e uma parte do quintal lateral, assim como era o caminho para o imóvel da frente, onde ficava a parte administrativa. Era nesta parte da instituição que ficavam as salas da diretora, da psicóloga e da assistente social. Essa parte administrativa da instituição é chamada por todos na Casa de “*lá de/em cima*”, isso porque para chegar nessa parte teria que subir escadas e passar por uma grade de ferro que quase sempre vivia trancada³⁴, tendo vezes que a chave para abrir a grade ficava na mão da educadora

³³ A pandemia em si não trouxe mudanças no que se refere à disposição de cômodos na Casa, as únicas mudanças que esse período trouxe no que tange a infraestrutura da instituição está centrada em alguns objetos que começaram a compor o cenário dos cômodos, como os cartazes da proibição de circulação sem máscara e alguns frascos de álcool em gel espalhados pelas mesas e balcões.

³⁴ Em todo meu período de campo vi raríssimas alguma criança ou adolescente “*lá em cima*”. Havia um certo limite dentro da instituição que aquele espaço ali não era destinado as crianças e adolescentes. Se caso elas quisessem pedir alguma coisa – remédio, mantimentos de higiene (absorventes, creme dentais,

social plantonista. Porém além da questão estrutural, por realmente o prédio administrativo ficar na parte de cima da propriedade, não dá pra negar o quão simbólico é o fato dessa parte, ocupada por pessoas que dentro da instituição detém um poder de decisão sobre quase tudo, ser referida como “*lá em cima*” ou “*o pessoal lá de cima*”, demonstrando não só a questão da infraestrutura física, mas também tocando na questão das relações de poder existentes dentro da unidade de acolhimento.

A disposição da ocupação dos cômodos mudou várias vezes durante o andamento da pesquisa de campo: as meninas mudaram de casa e foram morar na propriedade do meio, os meninos passaram a morar no imóvel de trás, depois todos vieram morar na casa do meio e a casa de trás ficou sendo ocupada por Kaique, um adolescente de 17 anos diagnosticado com autismo de grau 3, que ficou separado das demais crianças e adolescentes da instituição devido a sua patologia. Essas mudanças nunca pararam, sempre tem algo novo na estrutura da Casa que muda o funcionamento dela, algumas são mudanças mais bruscas como a própria troca de residência, mas algumas são mais simples como por exemplo a mudança mais atual: uma grade de madeira que limita a passagem das/os acolhidas/os para a cozinha. Porém, independentemente de qual mudança estamos nos referindo, ela impacta de uma forma ou outra o funcionamento da instituição e por consequência os fenômenos observados.

Refiro-me a isso pois quando houve a maior mudança na organização da Casa – quando todos os acolhidos, com exceção de Kaique, foram para o imóvel do meio, a maior parte das minhas observações se deu nesse espaço, estava sempre dentro da Casa com as crianças ou no terraço conversando com elas ou com algum funcionário. Sendo assim, se faz necessário que eu me dedique a descrever o ambiente dessa casa do meio – a qual vou chamar de Casa Principal, de modo a fazer com que o leitor se sinta mais próximo da instituição e consiga visualizar toda a estrutura da unidade.

Para a apresentação do espaço físico da instituição faço uso da concepção de Forneiro (1998 apud Haddad, 2020) de que o ambiente é uma ferramenta analítica de suma importância, principalmente por conta das quatro dimensões interrelacionadas que compõem o ambiente e o transforma em um espaço onde a vida acontece e se desenvolve: física, funcional, temporal e relacional, onde:

sabonetes e etc.) ou até mesmo pedir a presença do diretor da Casa na parte de baixo – elas pediam a algum adulto (educador social, funcionário ou até a mim mesma).

“A primeira se refere ao aspecto material do ambiente, o que há no espaço físico e como se organiza. A segunda dimensão refere-se a forma de utilização dos espaços, para que e em que condições o espaço é utilizado. A dimensão temporal, por sua vez, está ligada à organização do tempo, quando e como os espaços são utilizados. A quarta e última dimensão refere-se às diferentes relações que estabelecem nos espaços.” (FORNEIRO, 1998 apud HADDAD, 2020, p. 8-9)

Apesar da autora estar se referindo a organização dos ambientes na área da educação infantil, a concepção de espaço e as dimensões trazidas por ela nos auxiliam muito a pensar sobre a instituição e a forma como ela se organiza a partir principalmente desse híbrido de moradia e instituição, onde o privado e o público disputam espaços, conforme será visto adiante.

Logo no início das minhas visitas à instituição havia dois modos de entrar na Casa Principal: pela porta da cozinha ou pela porta da sala. Normalmente eu entrava pela porta da cozinha, além de ficar mais próxima da entrada principal da instituição era lá que eu sempre encontrava uma maior movimentação, seja das funcionárias já preparando o lanche da tarde ou das crianças ajudando a preparar o lanche. A cozinha pequena tinha objetos já conhecidos, como um fogão de quatro bocas no canto da parede, uma pia, com armários em cima, uma geladeira branca do lado, uma pequena mesa com duas cadeiras e um balcão de mármore preto que antes da instalação das cercas de madeira ao redor da cozinha era a única coisa que separava os espaços da cozinha e da sala de jantar.

Mas conforme se vai observando além dos objetos e eletrodomésticos já conhecidos de uma cozinha vai se vendo como as características de uma instituição vão aparecendo aos nossos olhares e disputam espaço com as características de uma “residência comum”. Listas com medicamentos que cada acolhido/a tem que tomar e os horários de cada remédio, papéis colados com imãs na porta da geladeira com as dietas que cada acolhido tem que seguir, o cardápio da semana colado em uma das portas do armário com o logo da prefeitura logo em baixo são alguns dos artefatos que faz com que a Casa vá deixando de ser apenas uma residência para ser também uma instituição.

Esse movimento vai seguindo conforme se entra mais na Casa Principal. Assim que se passa do balcão vemos uma bifurcação – um corredor leva direto ao quarto das meninas e o caminho em frente que leva a sala de jantar e a sala de estar. Na sala de jantar há uma mesa grande e redonda ocupando quase todo o espaço, as cadeiras ao redor dessa mesa sempre são referentes a quantas pessoas estão sentadas, às vezes tem

mais de oito cadeiras ao redor, todas próximas uma à outra, às vezes tem apenas duas – uma em cada extremidade. Nesse cômodo também é possível enxergar artefatos que mostram o administrativo se inserindo na vida privada (Prestes, 2010), logo na parede em frente à mesa há um mural de avisos com os horários e dias das consultas psicoterapêuticas de cada acolhido/a e as regras da instituição³⁵, assim como o horário do celular.

Além do mural de aviso há um utensílio que não só mostra o caráter de instituição pública da Casa, mas marca muito bem o período que estamos vivendo: as placas informando do uso obrigatório de máscara. Essas placas eram compostas pelos dizeres “*proibido a circulação de pessoas sem máscaras*”³⁶ e com um rosto do lado da frase usando máscara. Placas como essa estavam presentes em diversos espaços de convivência geral da Casa, como a sala de estar, de jantar, o terraço, afixado na parede que dava para o quintal lateral e do lado de fora da instituição, ao lado do portão.

A sala de estar, que é bem ampla, é o segundo lugar mais movimentado da Casa – perdendo apenas para o terraço. Dois sofás marrons – um de três lugares e um de dois lugares – em cada canto da sala, uma TV fixada em um painel, um aparelho de DVD – que confesso nunca vi ninguém usando e um ventilador completam o cenário.

É importante salientar o quanto a instituição carrega fortemente características residenciais, e são essas qualidades que diferenciam os serviços de acolhimentos de hoje das antigas FEBEM e outros serviços de institucionalização de menores de idade no período pré-ECA. Porém mesmo com essas mudanças importantíssimas na estrutura dessas unidades de acolhimento, fazendo delas um espaço que transita entre uma residência e uma instituição, elas ainda podem ser enquadradas enquanto uma instituição total nos termos de Goffman (1974):

“um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separado da sociedade mais ampla por considerável período de tempo e levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1974, P. 11)

³⁵ Entre essas regras estavam principalmente sobre o uso do celular, que tinha que ser no horário determinado, o pedido por respeito aos colegas e aos funcionários. Depois de alguns meses – principalmente quando trocou a direção da Casa, essa lista de regras afixada no mural de avisos foi retirada e as regras da instituição eram explanadas por avisos que se espalham entre todos.

³⁶ Apesar das placas sinalizando a exigência do uso de máscara, essa exigência acabou não se efetivando muito na prática. Pouquíssimos funcionários utilizam as máscaras e as crianças e adolescentes não utilizam o objeto dentro das dependências da instituição. Por muitas vezes pensei que a placa estava ali para os “de fora” – parentes das crianças e adolescentes, visitantes da secretaria e do judiciário e a pesquisadora – mas acontecia que muitas vezes nem os “de fora” respeitavam essa exigência.

Um exemplo do quanto a casa carrega esse caráter de instituição mesmo carregando esforços de se aproximar de uma residência comum são os espaços restritos que as crianças e adolescentes não têm acesso, principalmente por conta de obstáculos concretos, como por exemplo, a grade de madeira na entrada da cozinha ou a grade de ferro que separa o administrativo do restante da instituição e a placa de “*só permitido a entrada de funcionários*” na porta da despensa.

O exemplo da dispensa mostra novamente o quão o institucional intervém a vida privada dessas crianças e adolescentes e deixa marcado muito fortemente a ideia de que ali é uma instituição, de que ali há um poder agindo e esse poder não é das crianças e dos adolescentes, é do Estado. A ideia de que a casa é “*deles*”, mas a instituição é pública nunca ficou tão evidente como quando paramos para analisar as nuances das rotinas das/os acolhidas/os.

Um outro exemplo que mostra o institucional intervindo na vida das crianças e adolescentes, como será apresentado no tópico seguinte, são as regras da Casa, o esforço em sempre se criar uma rotina que negue a ociosidade – principalmente em tempos de pandemia, onde muitas das atividades extramuros tiveram que ser canceladas ou passadas para o modo remoto.

2.4. Das regras à rotina da Casa: a “*falta de rotina*” e o isolamento em dobro

Dentro da instituição essa vida formalmente administrada a qual Goffman (1974) coloca também como sendo uma característica bem presentes nas instituições totais, se mostrou muito presente a partir das chamadas “*regras de convivência*”, que de acordo com a Leila, assistente social, eram primordiais para o bom funcionamento da Casa já que “*até na nossa casa é importante ter regras né? Então, aqui também.*” como ela colocou ao me falar sobre algumas mudanças que a instituição estava passando com a nova equipe técnica, a qual ela fazia parte, que estava assumindo.

Essas regras de convivência correspondiam basicamente ao horário de acordar, o horário de almoço – que normalmente é às 11h30m -, e jantar – que costuma ser servido às 18h30m -, a norma de todos almoçarem e jantarem no mesmo horário e no mesmo local (a mesa da sala de jantar), a obrigatoriedade da oração antes das refeições,

os usos do celular em horários pré-estabelecidos³⁷, o horário de ir para cama e a obrigatoriedade de se fazer uma oração antes de dormir.³⁸ É de suma importância apontar o fato de que esses horários estabelecidos pela coordenação que assumia a Casa no início do ano de 2021 correspondia ao cotidiano das crianças e adolescentes das instituições que naquele momento – e durante todo aquele ano – estavam sem aulas presenciais devido a pandemia de Covid-19 e passavam o dia todo na instituição.

É interessante notar e destacar o quanto essas regras de convivência mudam de acordo com a gestão que está à frente da Casa. Em meu tempo de campo, presenciei quatro mudanças de direção: primeiro, a de Milene – a primeira pessoa que eu tive contato da instituição – que saiu logo no início de 2021; depois a de Dayane, que saiu em meados de julho do mesmo ano da instituição; logo em seguida a de Karol, que durou pouco mais de um mês na posição de diretora da instituição; e por último a de Marcela e William, atuais diretores da instituição até o período da finalização da pesquisa³⁹.

Essas trocas de gestão chegavam a alterar todo o sistema da instituição, para além das “*regras de convivência*”. O horário de acordar foi uma das mudanças que aconteceu na substituição para essa última gestão – aliado também ao fato de as crianças e adolescentes não estarem indo para a escola. De acordo com Lucas, em uma das nossas conversas, onde o adolescente fala o quão ruim é não poder sair e não fazer nada, ele me conta que não tem horário para acordar, mas se acordar depois do horário do café da manhã não faz a dita refeição, ou seja, apesar de não haver uma regra estipulada para o horário de acordar, ela está implícita dentro da norma do horário do café da manhã.

À primeira vista a pandemia de Covid-19 não mudou muita coisa no funcionamento da Casa, ainda mais que esta continua tendo regime de plantões normais, com trocas de funcionários, já que mesmo com as recomendações circunscritas na Nota Técnica SNAS nº 11/2020 – que orienta os gestores e profissionais do SUAS sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no contexto da pandemia da

³⁷ Uma hora pela manhã e uma hora pela tarde. Irei falar mais desse “horário do celular” mais adiante, visto que ele acabou se mostrando um elemento importantíssimo para entender os agenciamentos das crianças e adolescentes acolhidas.

³⁸ Toda essa listagem de regras de convivência ficava afixada na parede em frente a mesa da sala de jantar, às vezes essa lista de normas dividia lugar com alguns outros recados como horário do psicólogo ou alguma atividade extra que as crianças e adolescentes tivessem envolvidos.

³⁹ Diante das mudanças de coordenação na instituição, sinto que às vezes fiz pesquisa em quatro instituições diferentes, visto que a cada nova coordenação que assumia a Casa era modificada, tanto em suas regras como no seu funcionamento.

Covid-19 (BRASÍLIA, 2020) – de acordo com Milene a Casa de Acolhimento manteve o fluxo de funcionários como já era antes da pandemia (seguindo os regimes de plantões costumeiros) com ele sendo afastado temporariamente só se apresentasse algum sintoma da doença. Na mesma conversa, ela me contou que até tentou fazer com que alguns funcionários da equipe técnica – psicóloga, psicopedagoga e assistente social – trabalhassem em *home office*, mas a prefeitura não concordou com isso. De acordo com ela, muitos funcionários – inclusive ela mesmo – e algumas crianças foram infectadas, alguns só descobriram por conta de sintomas como a falta de olfato ou paladar e outros só vieram a descobrir que tiveram contato com o vírus quando fizeram os exames que a secretaria de saúde do município havia feito com todos da instituição.⁴⁰

Sendo assim, a Casa continuou seguindo seu fluxo normal de transitoriedade, mesmo que em tempos de pandemia esse se mostrou o maior risco de transmissibilidade do vírus para dentro dos muros da instituição. Um outro ponto que dá a impressão de que a “*Covid-19 é só lá fora*”, como Liza me disse um dia, era que a pandemia não era uma pauta rotineira nas conversas, tanto entre os adultos quanto entre as crianças e adolescentes. Além do não uso da máscara por muitos deles, a Covid-19 só era assunto das rodas de conversas para se referir sobre o aumento de casos, sobre as festividades que estavam por vir e etc. Porém, essa impressão de que a Covid-19 não afetou aquele universo vai se descortinando conforme se vai entrando mais na Casa e acompanhando o dia a dia de crianças, adolescentes e funcionários.

A rotina da instituição é um dos pontos que acaba muito refletindo o período que todos estamos vivendo por conta da pandemia de Covid-19, as crianças e adolescentes sem aula, buscando ocupar o tempo com outras atividades como assistir TV, jogar dominó ou até mesmo não fazendo nada. Ou como me foi dito em uma conversa com Karol e Isabela, respectivamente a diretora e a psicóloga da instituição – essa conversa foi no primeiro dia das duas na Casa, quando houve a segunda troca de coordenação:

Isabela, a psicóloga, após ouvir todo meu relato sobre a minha presença ali na instituição comentou: “*você que vai nos ajudar, está aqui mais tempo, conhecem elas e a gente tá chegando hoje*”. Pergunto se elas já tiveram a chance de fazer alguma mudança, já que pensava que elas estavam na casa desde de manhã – a informação que elas haviam assumido a direção da Casa há pouquíssimas horas só me veio depois - e elas responderam que haviam chegado há pouco tempo e que ainda não tinham tido a chance de organizar nada, porém já estavam percebendo que as crianças ficam muito ociosas “*falta*

⁴⁰ Em todo o ano de 2021 – quando minhas visitas eram mais frequentes à instituição – não me foi relatado nenhum caso de Covid-19 por parte de algum funcionário ou de alguma criança ou adolescente.

uma rotina né?” Isabela comenta e concorda com ela, já que isso era algo que eu venho percebendo há muito tempo, inclusive era algo que a antiga direção sempre falava, sobre as crianças e adolescentes ficarem sem fazer nada o dia todo.

(Diário de Campo, 09 de agosto de 2021)

Em tempos de pandemia e de isolamento social, as crianças e adolescentes acolhidas na Casa de Acolhimento acabam “*ficando sem fazer nada*” como muitas vezes escutei o corpo técnico da Unidade ou as crianças e adolescentes acolhidos reclamarem. A tal “*falta de rotina*” a qual a diretora da Casa fala é algo muito difundido dentro da instituição. Apesar de não saber como funcionava a rotina da Casa em tempos pré-pandêmicos – ou se até tinha uma – percebo que nos tempos atuais um forte contribuinte para essa ideia de “*não ter nada para fazer*” e dessa “*falta de rotina*” é a suspensão das idas às escolas por conta da pandemia de Covid-19.

Tanto os adultos e as crianças e adolescentes reclamam da falta de coisas para fazer na Casa, e isso é perceptível em diversas conversas que tenho com ambos os grupos, mas os motivos destas reclamações não podiam ser mais distintos: entre os adultos os que mais se preocupam com essa ociosidade são os da equipe técnica e direção, eles sempre estão carregados de uma urgência em tirar as crianças e adolescentes desses tempos de ócio, sempre cobrando dos educadores sociais que estes façam atividades que ocupem os tempos vagos das/os acolhidos. Já para as crianças e adolescentes a falta de ter o que fazer acabava sendo chato, fazendo com que o tempo não passasse.

Quero chamar atenção aqui para a preocupação da equipe técnica e direção da Casa com a ociosidade das crianças e adolescentes. Quem nunca escutou a frase “*mente vazia, oficina do diabo*”? Temos um senso comum muito bem consolidado sobre como o tempo ocioso acaba sendo prejudicial para as crianças e adolescentes, principalmente os de classe baixa (Franch, 2018). Este senso comum também acaba entrando nos muros da instituição, que deixa claro os seus esforços na promoção de atividades que ocupem o tempo⁴¹: seja as saídas para a pracinha do bairro, as saídas para outros locais na cidade, as atividades feitas dentro do ambiente da instituição e entre outros. Franch

⁴¹ Além de tudo isso há uma necessidade de “registrar” as realizações de qualquer atividade que as crianças e adolescentes fazem: seja saída para a pracinha ou até mesmo visitas que as crianças recebem. Recordo-me bem uma vez que estava brincando de adedonha com Lulu e a diretora da época tirou uma foto nossa com a justificativa de “*agora tudo tem que ter foto*”.

(2018) já fala sobre como a preocupação de ocupar o tempo dos jovens de camadas populares também se faz presente em políticas públicas que buscam combater a ociosidade.

Esse é um outro ponto que diria que representa muito bem o período atípico que as crianças e adolescentes da instituição viveram ao não ir para a escola e ter a sua rotina totalmente alterada como consequência da pandemia, visto que em tempos pandêmicos os tempos/espços deixam de ser separados e se hibridizam dentro dos lares (Feixa, 2021). Isso porque apesar de viverem a experiência de um isolamento muito antes de essa forma de viver ser conhecida por nós com a pandemia, dado ao fato das crianças e adolescentes acolhidos mesmo estando no meio da cidade estarem isolados dela, saindo apenas na companhia de um funcionário da instituição (Prestes, 2010), é em tempos de pandemia com o vivenciar o isolamento em dobro⁴² que as crianças perdem um espaço importante de socialização: a escola, e sofrem com a mudança que essa perda acarreta em suas rotinas.

Sem as idas às escolas, as crianças e adolescentes passam o dia todo – ou boa parte dele, visto que só saem para consultas psicológicas e às vezes para a praça do bairro – “fazendo nada”, fazendo assim com que o esforço de reverter esse quadro de ociosidade caia para os educadores sociais, que acabaram sofrendo com o acúmulo de funções, visto que além do cuidado e vigilância com as crianças e adolescentes, eles precisam estar sempre promovendo atividades que rompam com a ociosidade.

A cobrança que caía em cima deles por parte da equipe técnica e direção era tanta que os funcionários passaram sempre a registrar as atividades que as crianças e adolescentes realizavam – idas às praças e recebendo visitas dos familiares. Esses registros, que eram por meio de fotos e vídeos, não eram algo que apenas os funcionários e educadores sociais faziam, diretores e equipes técnicas também. Inclusive, me foi solicitado que eu registrasse alguma das brincadeiras minhas com as crianças e enviasse para a diretora, o que me leva a pensar que a busca pelo rompimento da ociosidade vinha de alguém que estava acima da coordenadora na hierarquia de poder da Unidade de Acolhimento.

⁴² No artigo “O isolamento em dobro: As crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente e as formas de vivenciar o isolamento social em tempos de pandemia de Covid-19” (MELLO, 2022), publicada na Revista Pensata v. 10 n. 2 (2021): v.10 n.2 me dedico a trazer uma reflexão sobre o vivenciar o isolamento social estando acolhido institucionalmente. Disponível: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/13152> <Acesso em 20/07/2022>

Um outro fator que contribui para o acúmulo de funções dos educadores sociais eram as atividades escolares remotas que as crianças e adolescentes tinham que fazer. Por muitas vezes percebi que apesar das crianças e adolescentes não pararem de estudar, o modo remoto não consistia exatamente em assistir as aulas todos os dias da semana por uma tela do celular. De acordo com duas diretoras da instituição que ficaram à frente da Unidade durante um determinado período de tempo, as aulas remotas funcionavam da seguinte maneira: às vezes as crianças e os adolescentes assistiam aula pelo celular da/o educador/a social plantonista ou da psicopedagoga, as atividades realizadas por eles eram em formato impresso ou escritas no caderno. No caso da primeira, algum funcionário da Casa ia até a escola, pegava as atividades e depois de alguns dias entregava a escola as atividades respondidas; no segundo caso a entrega das atividades eram por meio de fotos, tirava-se foto do caderno respondido e mandava para a professora ou professor a foto via *WhatsApp*. Essas atividades escolares, em sua maioria, eram feitas com a ajuda do educador social do dia – ou qualquer outro adulto que estivesse presente, inclusive a pesquisadora – em diversos horários, nada era pré-estabelecido, inclusive muitas das atividades eram feitas só quando já estava prestes a estourar o prazo de entrega.

Um outro ponto para entender o cotidiano da Casa – que se mistura diretamente com a questão da rotina – são as questões dos plantões. A Casa da Acolhida funcionava em regime de plantão de 12h por 36h (ou seja, os funcionários trabalham um dia sim e um dia não) e todos os funcionários da instituição, exceto o corpo técnico, trabalham neste regime. A instituição contava com 22 funcionários, sendo oito educadores sociais⁴³ – dois educadores sociais por plantões diurnos e noturnos, sendo um homem e uma mulher; duas cozinheiras – sendo uma por plantão diurno; duas auxiliares de serviços de gerais – uma por plantão diurno; quatro vigias – um por plantão diurno e noturno; dois motoristas – um por plantão; quatro cuidadores homens exclusivos para Kaique – um por plantão. E a equipe técnica e administrativa era composta por uma assistente social, uma psicóloga e uma assistente administrativa.

⁴³ Apesar do cuidado com as crianças e adolescentes – acompanhar em consultas médicas, administrar medicações, realizar atividades e brincadeiras com as crianças, manter a ordem e a boa relação entre os garotos e garotas da Casa, cuidar das crianças mais pequenas – serem funções dos educadores sociais, dentro da instituição boa parte dessas funções de cuidado eram distribuídas para todos os funcionários da Casa. O vigia às vezes brincava com as crianças, a auxiliar de serviços gerais às vezes colocava uma criança mais nova para dormir, o cozinheiro às vezes mantinha as crianças em uma boa relação com as outras.

Com esses regimes de plantão, os dias da semana passam a ser mais do que apenas segunda, terça, quarta e por aí em diante, também passam a ser o plantão de tia Thais, o plantão de Kleber, o plantão de tia Lídia, o plantão de tia Aline. As vinte e quatro horas do dia normal passam a ser apenas doze horas – que é o tempo que duram os plantões. As próprias ressignificações que as crianças e adolescentes dão a determinadas categorias, como por exemplo o tempo, onde para ela não apenas corresponde ao dia corrido de 24 horas, mas também aos plantões dos funcionários e educadores, mostram como esses sujeitos incorporam e reelaboram essas categorias. Para eles não são os dias que são ruins e sim os plantões daquele dia que são. Não é a segunda feira que é chata, é aquele determinado plantão com determinados funcionários que deixa aquele dia chato. É interessante observar que essas constatações de plantões chatos vinham sempre acompanhado com *“prefiro o plantão de tia Thais”*, como bem disse Dedé uma vez.

Desde os meus primeiros dias em campo percebi o quanto o plantão do dia – ou mais precisamente os plantonistas do dia – ditavam a forma como a dinâmica da Casa se dava. Em tal plantão as crianças e adolescentes ficavam mais soltos, brincavam mais, fazem mais bagunça, em outro plantão as coisas ficavam mais comedidas, as únicas coisas que corriam soltas eram as proibições e reclamações, estas últimas vinham de ambas as partes: os educadores sociais reclamavam das bagunças e das crianças respondonas; já as crianças reclamavam das proibições.

Essa primeira percepção minha – que veio já no primeiro plantão diferente que eu presenciei – foi apenas consolidada com os comentários das crianças e adolescentes reclamando dos plantões:

Nesse dia, a pedido das adolescentes Mari e Vivi, eu levei algumas unhas postiças e esmaltes para que elas pudessem usar. Como apenas as adolescentes haviam me pedido as unhas acabei levando apenas as unhas em tamanho grande, o que acabou gerando uma situação que a educadora social do dia Maju teve que proibir Dedé de colocar as ditas unhas, falando que eram muito grandes para a menina que tinha apenas dez anos. Dedé utilizou de diversos argumentos para tentar reverter a proibição da educadora, porém sem sucesso. Mas o mais interessante de toda essa situação foi que assim que Maju se afastou um pouco da mesa, Dedé se aproximou de mim e ainda com cara de choro e comentou que não gostava desse plantão, porque com esse plantão ela não podia fazer nada, tudo era proibido e por tudo ela ficava de castigo, **“eu gosto do plantão de Tia Thais”**, disse a menina se referindo ao outro plantão, quando perguntei o porquê dela gostar mais do plantão da Tia Thais ela disse que é porque a Tia Thais deixa elas fazerem as coisas, que bota de castigo mas

só quando fazem coisas erradas, quando perguntei se ela costuma fazer coisa errada ela disse que sim, mas que tia Thais não bota muito de castigo.

(Diário de Campo, 16 de julho de 2021)

Plantões bons, plantões ruins. Coordenação ruim, coordenação boa. Todas essas adjetivações que as crianças e adolescentes dão aos funcionários da instituição implicam diretamente na vivência deles na Casa, o que mostra que a experiência do acolhimento é pessoalizada em conformidade com a visão de cada criança e adolescente envolvidas neste contexto (Prestes, 2010). Diante disso, reitero o meu objetivo nesta pesquisa que é dar as crianças e adolescentes o papel principal, deixando que elas falem o que acham, o que sentem e como elas definem a experiência de viver na instituição.

No tópico seguinte me dedico a trazer ainda mais falas e visões das crianças, principalmente no que se refere as formas de sociabilidades criadas por elas dentro da instituição a partir das dinâmicas dos que saem, dos que chegam e dos que ficam.

3. Sociabilizando *na Casa*: afastamentos e aproximações

O ambiente de uma unidade de acolhimento, por seu cotidiano ser marcado pela transitoriedade de crianças, adolescentes e adultos, é um espaço onde as sociabilidades se desenvolvem de uma forma dinâmica e que está sempre em mudanças. Tomo sociabilidade aqui nos termos de Simmel (1983) para quem o fenômeno da sociabilidade acontece na sociedade quando as formas resultantes do estar com outro ganham vida própria, são liberadas de todos os laços com os conteúdos, existindo assim por si mesma e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. Ou seja, para o autor, a sociabilidade – ou melhor a manifestação dela – não tem propósitos exteriores, dependendo inteiramente das pessoas envolvidas nela, tendo enquanto seu alvo nada mais do que o sucesso do momento sociável, fazendo sentido exclusivamente apenas para as pessoas envolvidas nesse processo (Idem, 1983).

A partir da observação em campo e dos dados produzidos, é perceptível o quanto as formas de sociabilidades que as crianças e adolescentes desenvolvem na Casa se encaixam no que Simmel nos fala sobre o fenômeno. Além do fato de só fazer sentido para os que estão de alguma forma envoltas no processo – sejam como protagonista, no caso das crianças e adolescentes, ou como coadjuvantes, no caso dos adultos da instituição e da pesquisadora -, muitas das suas expressões de sociabilidade não tem propósito para o mundo exterior além da Casa.

Para compreender as sociabilidades desenvolvidas por esses sujeitos em suas vivências e experiências na Casa é necessário que comecemos pela característica principal das instituições de acolhimento: as transitoriedades ali existentes. Isso porque serão elas quem define quem fica, quem chega e quem sai da Casa, fazendo assim com que essa particularidade seja essencial na análise das formas de sociabilidade.

3.1. As idas, vindas e permanências

Conforme aludido no capítulo anterior, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco social e/ou pessoal além de ser uma medida protetiva acionada apenas quando esgotadas todas as possibilidades, deve também ser provisória, não passando de 18 meses (BRASIL, 1990). Mas como a lei não garante a prática, o que vemos no Brasil é uma realidade onde diversas crianças e adolescentes ultrapassam esse

período em uma unidade de acolhimento e tem casos onde esses sujeitos passam boa parte de suas vidas nas instituições.

A decisão do retorno ou não da criança e do adolescente ao convívio familiar, apesar de ter toda uma equipe – que incluem conselheiros tutelares, rede de proteção, assistentes sociais e psicólogas tanto do judiciário quanto da instituição⁴⁴ - é principalmente da alçada do judiciário, que é representado pela figura do juiz. Na realidade do acolhimento institucional a criança e o adolescente são tutelados pelo Estado, que fala por ela na figura do juiz (Ribeiro, 2014) e isso se mostrou muito presente, tanto no caso de Marcelo que estava esperando a “*ordem do juiz*” para se desligar da instituição como também nos casos de Dedé e Lipe, casal de irmãos, que ao me contarem alegremente que estavam perto de voltar a morar com a mãe me falaram que “*o juiz tinha dito na semana passada*”.

Devido, tanto às legislações vigentes quanto à própria realidade das unidades de acolhidos, marcada pela saída e chegada de crianças e adolescentes, as categorias de provisoriedade e permanência fazem parte do universo de unidades de acolhimento. Diversos trabalhos etnográficos (Snizek, 2018; Brito, 2014; Prestes, 2010; Gama, 2018; Correia, 2013; Brandão, 2019) comprovam isso e trazem o cruzamento das categorias de provisoriedade e permanência como sendo algo primordial dentro de um contexto de uma unidade de acolhimento.

Nesta pesquisa, esse ponto se mostrou extremamente crucial, principalmente pelo fato dessas idas, vindas e permanências serem qualidades vitais para se compreender a instituição e suas particularidades. Ou seja, as idas, vindas e permanências não são apenas uma característica da Casa, elas constituem a instituição. Dentro da Casa de Acolhimento pude ter contato com os quatro tipos de realidades que se abate sobre as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente: as chegadas, as saídas, as esperas pela saída e as permanências – com esta última me refiro aos casos onde não há chances de reintegração familiar ou que as chances são muito pequenas.

Lembro-me bem que antes mesmo de iniciar minhas idas a campo, enquanto estava imersa em um processo de ler sobre acolhimento institucional e de etnografias feita nestes contextos as palavras “permanência e provisoriedade” já se mostraram

⁴⁴ Sei disso por conta da minha experiência prévia no Conselho Tutelar onde pude acompanhar alguns casos de reintegrações familiares em participações em estudos de casos com toda a rede de proteção presente.

presentes e por muito tempo essas duas palavras se tornaram objetivos principais da pesquisa e orientaram minhas leituras prévias antes de ir à campo. Observar se havia essas permanências e provisoriedades e entender como elas se davam no contexto institucional, e como isso afetava as construções de sociabilidades das crianças e adolescentes acolhidas foram algumas das coisas que me serviram de norte no início de todo o processo de pesquisa.

Desde o meu primeiro dia em campo, naquela visita que fiz no dia 20 de novembro de 2020, as categorias de “provisoriidade” e “permanência” se fizeram presentes, apesar de não serem propriamente ditas na minha conversa com a coordenadora da instituição da época. Soube através de Milene quais foram as crianças e adolescentes que tinham saído recentemente, as que iriam sair em breve e as que não tinham muitas chances de sair.

Um dos casos que ela me contou dos que iriam sair em breve foi o de Marcelo, um rapaz que estava prestes a ser desinstitucionalizado por ter atingido a maioridade. Marcelo já estava na instituição há muitos anos, de acordo com Milena, e só estava esperando a “*ordem do juiz*” para se desligar totalmente da Casa. Na ocasião acabei não tendo a oportunidade de conhecê-lo, pois ele estava trabalhando⁴⁵ e quando retornei à Casa no início de 2021 o rapaz já não estava mais institucionalizado.

Outros casos me foram relatados por Milena naquele dia, como o caso de Polly, uma criança de 03 anos que estava muito próxima a ser reintegrada à família⁴⁶. Um outro caso relatado foi o de Mari, uma adolescente de 16 anos que aparentemente já tinha seu destino traçado porque apesar de estar apta para a adoção “*em todo o sistema não tem ninguém que quer uma adolescente de 15 anos.*”, de acordo com Milene. Um outro caso contado por ela foi sobre três irmãos que haviam sido reintegrados na semana passada anterior a visita, os meninos foram morar com a avó paterna já que os pais haviam perdido o poder familiar.

⁴⁵ De acordo com Milena, o adolescente estava trabalhando como gari na empresa de coleta de lixo do município, “*ele não estudou, aí não dá conseguir coisa melhor*” disse ela explicando o motivo de Marcelo estar trabalhando naquela função. Ainda de acordo com ela, o rapaz só não havia saído da Casa ainda pois estava esperando “*a ordem do juiz*” e se caso ele saísse antes dessa ordem poderia perder todos os benefícios que ganhou com a sua saída da Casa. No momento que ela me falou sobre a falta de estudos do rapaz, perguntei a ela sobre como a casa lidava com isso, visto que ele estava há seis anos acolhido e segundo ela a antiga gestão não se importava muito com essa exigência e como o rapaz havia falado que não queria estudar acabou que a instituição não o obrigou.

⁴⁶ Polly foi sim reintegrada à família, mas apenas 08 meses após a nossa conversa naquele dia.

Como mencionei, apesar de não ter sido dito de forma explícita as palavras permanência e provisoriedade, elas estiveram presentes na minha conversa com Milene. E com o decorrer dos meses das minhas idas à instituição percebi o quanto essas duas categorias permeiam a própria organização da instituição, que se apresenta enquanto um espaço de idas, vindas e permanências – nas quais não se incluem apenas as crianças e adolescentes acolhidas, mas também funcionários, equipe técnica e direção da instituição. Diante de tantos trânsitos e movimentos de idas e vindas dentro da instituição, esta acabava assumindo “um ponto de estadia em um circuito” (Snizek, 2008, p. 23) e apesar da autora ao caracterizar a instituição desse modo só se referir as transitoriedades de crianças e adolescentes, na Casa de Acolhimento pesquisada isso se estendia a funcionários e equipe técnica.

Visivelmente os motivos das transitoriedades de funcionários são por causas distintas das causas das chegadas e saídas das crianças e dos adolescentes. Os primeiros têm um vínculo empregatício com a Casa – mais precisamente com a prefeitura que gere de forma integral tudo que responde à instituição de acolhimento. A grande maioria são prestadores de serviços e sofrem com uma instabilidade de demissões frequentes. Além do fato de que muitos dos funcionários me relataram que estava em busca de um outro emprego, porque de acordo com eles trabalhar pela prefeitura não garantia a estabilidade financeira tão almejada.

Já no caso das crianças e adolescentes o vínculo que eles têm com a instituição é bem mais complexo, uma relação que não envolve contratos e sim processos judiciais, os quais as crianças e adolescentes não têm acesso. Os funcionários podem ser substituídos, demitidos, sofrerem mudança de horários, as crianças e adolescentes só tem quatro opções de saída: a reintegração a família de origem, ao atingir a maioridade e o encaminhamento à família substituta (adoção) – formas legais de sair – e fuga – forma ilegal de sair.

Uma outra diferença entre os trânsitos de funcionários e os das crianças e adolescentes era que os primeiros eram muito mais constantes, isso porque a vinculação que os ligavam a instituição podiam – e eram – rompidos com muita facilidade. Sinceramente perdi as contas da quantidade de vezes que em um intervalo de uma semana entre as minhas idas a Casa ficava sabendo da saída ou da chegada de um/a novo/a funcionário/a. Essas saídas constantes apontavam uma outra diferença: a partida

de funcionários se dava de forma muito abrupta, diferentemente das saídas das crianças e dos adolescentes, que passavam por todo um processo de reintegração familiar, começando com as visitas das crianças a casa da família de origem, passando então aos fins de semanas junto das famílias até chegar o dia da reintegração definitiva.

De forma a deixar o leitor mais próximo dessas mudanças vivenciadas, dessas idas e vindas presenciadas e fazer assim com que este compreenda melhor o microuniverso da unidade de acolhimento relato a seguir alguma das chegadas e saídas, tanto de acolhidos quanto da equipe técnica e direção da Casa.

3.1.1. **As mudanças na coordenação**

A primeira troca de funcionários que presenciei foi da pessoa que eu menos pensava que seria afetada por esses movimentos de entrada e saída: Milene, a diretora da Casa. Soube da notícia de sua saída através do *whatsapp* quando ao tentar marcar com ela uma visita a unidade soube que o cargo de diretora não era mais ocupado por ela. O mais interessante dessa demissão, foi que dias antes quando entrei em contato com Milene pelo *whatsapp* ela havia me informado que a instituição estava passando por um processo de trocas de funcionários – devido ao início do mandato de diversos candidatos eleitos no ano de 2020 – e foi por esse motivo que ela me solicitou que eu esperasse uns dias até ir a Casa, isso porque as substituições de funcionários causavam incertezas sobre quem ia ficar e ia sair e, isso, conforme ela me disse, “*mexia muito com as crianças*”.

Depois da saída de Milene, iniciou-se na instituição um enorme fluxo de trocas de funcionários. Em minhas visitas a Casa sempre conhecia um funcionário novo. E essa/e novata/o era alguém que não me reconhecia e não sabia o que eu estava fazendo ali. Já fui chamada de psicóloga, de nutricionista, de educadora social. A cada novo funcionário que chegava vinha também o momento de me apresentar, já era quase ensaiado “*não eu não trabalho aqui, sou da universidade e estou fazendo uma pesquisa com as crianças da Casa*”.

Entre tantas mudanças e instabilidades, era impossível não pensar o quanto as crianças e adolescentes eram afetados, em diversas instâncias. É notável que os níveis de impacto sofrido eram diferentes levando em consideração as alterações experienciadas: se há troca de funcionários o abalo é mais pelo sentimento de não ter

aquela pessoa com quem se construiu um carinho ali na instituição, é pela saudade de não poder mais ver aquela pessoa nos plantões. Mas se caso a mudança é na direção da Casa as modificações vão muito além da saudade daquela coordenadora que era querida por todos, a saudade se estende a como a Casa era no tempo daquela coordenação. Isso porque a substituição da coordenação é muito mais do que uma alteração de funcionários, implica toda uma mudança na estrutura e no funcionamento da instituição.

Em todo o meu período de campo acabei tendo contato com quatro coordenações diferentes: a de Milene; a de Dayane; a de Karol; e a de William e de Marcela⁴⁷. A mudança de direção de Dayane para Karol foi algo que me pegou totalmente de surpresa e não só a mim, mas a todos que fazem parte da Casa. Isso porque a mudança de gestão aconteceu de um turno para o outro:

Logo quando cheguei na instituição fui chamada por uma funcionária que estava na porta da cozinha. Ela faz um movimento de “vem cá”, quando chego perto dela ela me conta a novidade do dia: todos o pessoal “lá de cima” havia sido demitido *“aquele povo todo lá de cima foi trocado”*, me conta ela. *“Todo mundo?”* pergunto e ela confirma *“a nova diretora e a nova psicóloga chegaram agora, estão lá na cozinha almoçando”*, me diz ela apontando para a direção de dentro da cozinha. Foi impossível esconder o choque ao receber aquela informação e também foi impossível controlar a mente que ia na direção do medo, medo de ter que enfrentar novamente algum entrave na pesquisa.

(Diário de Campo, 09 de agosto de 2021)

Nas últimas trocas de coordenação que pude presenciar – sendo a mais recente uma que ocorreu no intervalo de menos de um mês e meio – as crianças e adolescentes sempre tiveram opiniões a serem dadas sobre essas mudanças, desde *“ainda estou me adaptando”*, como me disse Lulu, ou posições assumidas de gostar ou não gostar das novas coordenações, as últimas vinham sempre acompanhadas de lembranças da coordenação que elas mais gostaram. A maioria dos comentários saudosistas em relação às antigas coordenações vinham muito da questão de permissões e proibições, a melhor diretora era quem deixava fazer as coisas:

Enquanto estávamos eu, Dedé, Lulu e Vivi conversando no terraço, Dedé comenta que vai dar selagem na sua franja e Lulu já de prontidão pergunta *“lá fora né?”* e depois complementa *“porque aqui não vão deixar”*, e diante da afirmação de Lulu perguntei o porquê de não deixarem e ela me responde *“eu pedi para dar selagem no meu e não deixaram”*, com isso Vivi comenta *“pois*

⁴⁷ Essas coordenações estão em ordem, sendo Milene a primeira que tive contato e a de William e de Marcela a última que tive contato, que estava à frente da instituição até o meu último dia de campo. Essas mudanças ocorreram de forma muito singulares, sendo Milene que passou mais de um ano na instituição, Dayane ficou na coordenação por quase 8 meses, Karol ficou apenas um mês e meio e William e Marcela – até o tempo que eu estava em campo – já estavam há dois meses ocupando os cargos de diretores da Casa.

*não deixaram comigo e eu dei do mesmo jeito” e Lulu logo retruca “é porque é tu né Vivi? Tu é teimosa e **naquele tempo dava pra fazer isso, vai fazer hoje pra tu ver**”. Com isso eu pergunto “**naquele tempo?**”, tentando entender que tempo era esse que as coisas eram mais permissivas, e Lulu confirma. Ainda curiosa sobre “aquele tempo” pergunto a elas quem é que coordenava a casa “naquele tempo” e Lulu responde “**tia Milene, era tão bom com Tia Milene**”.*

(Diário de Campo, 02 de agosto de 2021)

As crianças e adolescentes da Casa nunca esconderam as suas opiniões sobre as coordenações da instituição e também sobre alguns funcionários, pelo menos na minha presença, como quando aconteceu quando Gabriela e Lulu resolveram reclamar da postura do coordenador no último passeio que elas fizeram para a praia, de acordo com as meninas ele acabou reclamando com elas na frente de todo mundo por conta da desobediência de Ian e Tadeu no tal passeio “*tia Milene era muito boa, a senhora lembra de Tia Milene né? Muito boa, saudades. Ai depois veio tia Dayene que era boa também, aí veio a outra tia que não lembro o nome, mas essa coordenação ai...*”.

Todo universo da Casa da Acolhida é dinâmico, as trocas de funcionários e de coordenação que pude presenciar em meu período de campo acabaram mostrando que aquele ali é um espaço onde as transitoriedades e os movimentos de chegadas e saídas não se limitam apenas às crianças e adolescentes da instituição, porém sendo essas últimas as que mais afetam as formas de sociabilidade, como veremos nos tópicos seguintes.

3.1.2. Reintegração, chegadas e saídas

As chegadas e saídas das crianças e adolescentes se dão pelos principais motivos de reintegração familiar, chegada da maioridade ou fuga (Prestes, 2010), sendo as primeiras enquanto formas legais de saída e a fuga tida enquanto um ato de agência em forma de transgressão.

Para se ter uma noção dessa dinâmica de saídas e chegadas, apenas quatro meninas do grupo original de seis meninas que estavam acolhidas desde o meu primeiro dia permaneceram – e permanecem até os dias atuais⁴⁸ - na instituição até o fim do meu tempo de pesquisa de campo. Duas dessas seis meninas foram reintegradas à família de origem e nove crianças e adolescentes foram acolhidos no ano de 2021.

⁴⁸ Essa informação veio por meio de conversas via *direct* do *Instagram* e via *WhatsApp* com as crianças e adolescentes, que mesmo após a finalização da pesquisa de campo mantiveram contato comigo pelas redes sociais.

Não posso afirmar como era o fluxo de chegada de crianças e adolescentes na instituição nos anos anteriores, mas é interessante observar o fato de que no segundo ano de pandemia – quando ao mesmo tempo que as coisas voltavam ao “normal”⁴⁹, também foi o ano em que a pandemia foi mais letal no Brasil - o número de novos acolhidos foi expressivo, representando 70% do atual número de acolhidos da instituição, visto que em todo ano de 2021 a casa recebeu 11 novos moradores. Mesmo não tendo dados dos anos anteriores, não se dá para negar o quão expressivo é este número. O que suscita diversos questionamentos: teria a pandemia de Covid-19 e seus impactos sociais e econômicos nas camadas populares alguma relação com esse número expressivos de novos acolhidos no ano de 2021? Sabemos também que muitas crianças e adolescentes são vítimas das mais diversas violências dentro dos seus lares, será que a pandemia e o isolamento social foram responsáveis pelo escancaramento dessas violências sofridas por crianças e adolescentes, o que fez com que esses sujeitos fossem parar em serviços de acolhimento?

Conforme mencionei, dentro da instituição em todo meu período de campo pude presenciar várias saídas e chegadas. A primeira saída que pude presenciar em meu período na instituição foi a de Jasmine, uma adolescente de 14 anos que foi reintegrada à família materna poucos meses depois que cheguei à Casa⁵⁰. Soube da sua saída assim que cheguei à instituição no dia em questão, afinal esta era a notícia do dia. Mari, a melhor amiga da adolescente na instituição, me contou que Jasmine iria voltar para a Casa só para vir buscar as malas e se despedir, ela me pediu também para ficar até mais tarde e participar da despedida da adolescente, porém Jasmine só pôde ir buscar as suas malas de noite e apesar de a ter esperado até bem mais do que o meu horário costumeiro na instituição, não consegui esperar até a hora que ela chegou na Casa para se despedir.

Claramente ali dentro da instituição, a pessoa mais afetada pela saída da Jasmine foi Mari, melhor amiga da adolescente. Naquele dia ela sempre trazia a amiga aos tópicos das conversas e em uma de nossas conversas com Taís, a educadora social que estava de plantão naquele dia, a adolescente repetiu que estava triste pela saída da amiga

⁴⁹ Este “normal” a qual me refiro se refere diretamente a uma volta do comércio e a uma flexibilização do uso de máscara, coisas que marcaram o segundo semestre de 2021 causados por dois movimentos distintos: o início da vacinação da população brasileira e o avanço de um negacionismo científico aliado a um neoliberalismo.

⁵⁰ A reintegração de Jasmine já era algo esperado, principalmente pelo fato de que a adolescente já estava indo passar os fins de semana e alguns dias da semana junto a avó, parte essencial do processo de reintegração das crianças e adolescentes às suas famílias biológicas.

e foi logo repreendida pela educadora social que disse *“triste porque? Ela não morreu não, tu pode falar com ela direto”*, a adolescente retruca falando que sabe, e que está também feliz pela amiga voltar a morar com a avó, mas que também fica triste porque ela poderia sair como Jasmine saiu.

É de suma importância elencar aqui que Mari é a residente mais antiga da instituição, estando lá há mais de três anos⁵¹ e Jasmine estava na instituição há quase dois anos, como me foi informado. Com isso, a saída de Jasmine representava para Mari não só a quebra de uma convivência diária com uma amiga, mas também lembrava a ela a sua condição de acolhida, seu tempo de permanência, despertando gatilhos sobre as mínimas possibilidades da sua saída da instituição. Gama (2018) em sua pesquisa com meninos acolhidos em uma Casa de Acolhimento do Rio de Janeiro aponta o mesmo fenômeno observado no caso da saída de Jasmine e da reação de Mari a esse fato:

As saídas de colegas da Casa eram duplamente penosas para aqueles que nela permaneciam. Elas lembravam as crianças acolhidas sobre o lugar de deslocamento em que se encontravam em relação aos padrões da sociedade – quer dizer, viver e ser criado longe do seio de uma família – ao mesmo tempo em que muitas vezes colocavam fim a relações construídas durante o tempo de acolhimento, trazendo instabilidade e incerteza sobre o caráter dos vínculos que podem ser ali estabelecidos. (Gama, 2018, p. 94)

O sentimento misto de felicidade e tristeza pelo mesmo fato pode ser algo difícil de imaginar, mas pude sentir um pouco do que Mari sentiu quando soube da saída de Polly, uma criança de 03 anos que desde os meus primeiros dias em campo tomou meu afeto. Obviamente, que a felicidade pela saída de Polly sobressai a todos os sentimentos, afinal desde que a conheci a criança sempre me falou do dia que iria morar com o seu pai e a sua avó, mas a afetividade que construí com a criança me fez sentir a sua saída.

Soube da saída de Polly no mesmo dia que soube da saída de Tadeu, que assim como Jasmine, suas reintegrações já eram algo esperado por todos na Casa – no caso de Polly sua volta à família paterna era algo anunciado desde o meu primeiro dia de campo.

⁵¹ Desde o meu primeiro dia em campo, em uma conversa com Mirele, diretora da Casa na época, eu sabia que Mari era uma moradora antiga da instituição, mas só fui ter noção o quão antiga a adolescente era ali quando esta me falou sobre as mudanças de imóvel que ela vivenciou já morando na Unidade. E eu, como moradora do bairro e ex funcionária do Conselho Tutelar do município sabia há quanto tempo que a mudança que a adolescente citou havia acontecido.

Partiremos então para as chegadas. A primeira chegada que pude presenciar foi no mínimo conturbada. A institucionalização em questão foi da adolescente Muci, de 13 anos, que se negava a ficar na Casa e a sua mãe negava-se a deixar a filha ser institucionalizada, o que acabou causando uma confusão onde até a polícia teve que intervir e entrar no espaço da instituição. Recordo-me que esse dia foi altamente movimentado, tanto com a adolescente proferindo ameaças a todos ali presentes, como com o medo das outras acolhidas – na época apenas meninas viviam na instituição –, tendo que serem tomadas medidas de segurança pelas funcionárias e coordenação para a segurança de todas.

Em menos de duas semanas depois da chegada da adolescente descobri por meio de uma outra adolescente que Muci havia fugido da Casa, mas no momento que soube dessa fuga não tive a informação de como havia se dado a evasão da adolescente, só soube o modo como havia sido a sua saída meses depois em uma conversa com as crianças, que tinha como tópico fugas e facilidade de se fugir da Casa por conta do muro baixo. Naquela conversa descobri que Muci havia se evadido da instituição duas vezes, sendo a primeira na ida para o psicólogo e a segunda depois do seu retorno à instituição na qual ela pulou o muro *“de dia mesmo”*, como Lulu me contou.

Pouco tempo após essa segunda fuga Muci retornou à instituição. A adolescente residia na Casa até os últimos dias da pesquisa, inclusive ela teve mais um episódio de fuga – que dessa vez não foi bem sucedido, já que adolescente no mesmo dia acabou tendo que regressar para a unidade. Quando conversei com Muci sobre as suas fugas ela me falou que o principal motivo foi porque não podia ver a sua mãe, que estava fazendo acompanhamento psiquiátrico *“ela tá bem melhor agora, estão até deixando ela me visitar, agora eu posso ver ela, ela veio até ontem aqui. Se não fosse isso já tinha fugido de novo”*.

O caso de Muci é um bom exemplo de como os retornos à instituição podem ser presentes dentro das trajetórias de crianças e adolescentes que já passaram pelo acolhimento institucional. No caso da adolescente, o seu retorno após fuga foi quando a sua mãe piorou da doença – que a adolescente não me disse qual - *“eu fugi, aí me encontraram e deixaram eu ficar 30 dias com ela, só que ela ficou doente e aí o juiz disse pra eu ficar aqui até ela ficar boa”*. Além da situação de Muci pude presenciar

um outro retorno à instituição, dessa vez de Tadeu, de 11 anos, que voltou para instituição em menos de dois meses depois da sua reintegração familiar.

Tadeu foi acolhido na instituição pouco tempo depois do início da pesquisa nos primeiros meses de 2021. Desde os seus primeiros dias na Casa eu já escutava dos funcionários que Tadeu havia ido parar na instituição porque o pai não o aguentava e esse discurso voltou a ser presente no retorno do garoto que aconteceu em menos de dois meses depois dele ser reintegrado ao pai⁵² - que aconteceu depois de quatro meses da sua chegada na instituição.

Por coincidência o dia do retorno de Tadeu a Casa foi no mesmo dia de uma das minhas visitas e pude presenciar o momento que ele chegou à Casa⁵³. Horas antes da chegada de Tadeu já circulava um boato entre as pessoas do seu retorno, o motivo que me foi informado previamente por meio de Kleber, o educador social dos meninos, era porque a *“família não aguentava mais ele”*⁵⁴.

Pouco tempo depois que chego na Casa e conheço a nova equipe técnica escuto um boato circulando que Tadeu estava voltando para a Casa. Esse boato é confirmado horas depois por Karol, que chega próximo a mim e me conta sobre o retorno do menino. Depois de uns trinta minutos da confirmação do retorno do menino, Tadeu chega acompanhado dos conselheiros tutelares. Enquanto os conselheiros ficaram lá em cima junto com Karol, Tadeu se sentou no sofá do terraço e ficou lá comigo Lulu, Vivi e Kleber. O menino estava com uma sacola preta na mão e Vivi perguntou o que era que tinha na sacola e ele respondeu que eram as suas roupas, Kleber perguntou *“e cadê o resto? Tu precisa de roupa”* e o menino diz que depois alguém deve ir pegar. Kleber então pergunta o que ele aprontou pra estar ali de novo e Tadeu responde que nada, mas que não aguentava mais morar com o pai *“ou ele vai me matar ou eu vou matar ele.”* Kleber pergunta o porquê dele falar isso e ele fala sobre a cachaça *“lá no juiz ele disse que não ia beber mais, que tinha jogado tudo fora. Ai quando eu cheguei em casa tinha garrafa de cana no quintal, mas ele disse que era antiga. Só que ele não parou de beber”*. Kleber pergunta então do dinheiro dele e o menino diz que tá com o pai. Depois se pergunta

⁵² O caso de Tadeu foi o único na instituição no período em que eu estive em campo que o “pai” era o parente mais presente. Nos demais, era sempre a mãe, a avó ou irmã mais velha que ocupava esse lugar.

⁵³ Por coincidência esse também foi o primeiro dia da nova diretora Karol, que assumiu a direção da instituição poucas horas antes da chegada de Tadeu.

⁵⁴ Esse discurso da família não *“aguentar mais ele”* é algo que escuto desde que conheci Tadeu na instituição. Recordo-me que quando na semana da chegada do menino pela primeira vez na instituição em uma conversa com uma funcionária ela me contou que Tadeu chegou na Casa porque o pai o levou para o Conselho Tutelar querendo entregar ele porque não aguentava o menino *“é assim que funciona, quando o pai não aguenta mais o filho leva para o conselho”*. O grande motivo que ronda esse discurso de *“não aguentar mais ele”* vem muito pelo fato de Tadeu tomar remédio controlado - apesar de que nunca terem me dito qual a patologia - mas sei que é algum sofrimento mental, isso porque Tadeu já me disse uma vez que é aposentado e nessa mesma conversa que tive com Lola a funcionária me falou que o motivo da família não o aguentar é porque ele é *“especial”*, e nas palavras dela *“se ele surtar aqui ninguém segura”*. Dentro da instituição Tadeu é taxado enquanto uma criança agressiva, chegando a ter crises em algumas vezes e tendo que ser internado em um hospital psiquiátrico em um dos seus episódios de crises.

sobre as irmãs e ele diz que elas não podem ficar com ele, por questões de saúde e coisas assim.

Enquanto os conselheiros, a diretora e a psicóloga não desciam ficamos ali no sofá esperando o retorno deles. Lembro-me que Tadeu ficou calado, ora olhando para o chão e de vez em quando ria quando Vivi fazia um comentário sobre o que ele perdeu quando estava fora. Tadeu aparentava estar abalado, se era por estar ali de volta, ou se era pelo que viveu com o pai ou uma junção dos dois não posso afirmar, mas desconfio que seja pelo que passou com o pai – ainda mais porque algum tempo depois da sua chegada quando ele foi confrontado por Pietro, um outro adolescente acolhido, do porquê de seu retorno ele falou que foi porque *“eu quis voltar”*. Quando a equipe técnica e os conselheiros desceram a psicóloga o abraçou, pois as mãos em seus ombros e enquanto levava o menino para dentro da Casa disse que ali ele seria bem cuidado e que *“ali agora era a sua Casa”*.

(Diário de Campo, 09 de agosto de 2021)

O que antes me foi informado como *“a família não aguenta mais ele”* não correspondeu ao que Tadeu falou sobre a causa do seu retorno. Casos como o de Muci e o de Tadeu são interessantes de se analisar em suas diferenças e suas semelhanças, isso porque apesar dos seus retornos se darem por conta da “inaptidão” dos seus pais em relação aos seus cuidados – Tadeu com o seu pai e seu uso excessivo de álcool e Muci com a sua mãe com sofrimento mental – Tadeu quis retornar a instituição e tinha ali como a sua “casa”, onde ele seria cuidado, já Muci não quis retornar e só aceitou permanecer na instituição porque a sua mãe começou a lhe visitar. Esses dois casos – assim como tantos outros que eu tive contato – também mostram que apesar da família não estar presente de forma concreta na instituição, ela está na memória, na fala, nos motivos de fuga, nos motivos de institucionalização, nas reintegrações, nas críticas que recebem dos funcionários e coordenação.⁵⁵

Nos meses que passei afastada da instituição, chegaram à Casa alguns novos moradores: o casal de irmãos Dedé, de 10 anos, e Pietro, de 14 anos; e Kaique, um adolescente de 17 anos com autismo de grau 3. Os motivos e os detalhes acerca dessas três chegadas acabei sabendo apenas no decorrer da pesquisa em conversas com a direção e com as crianças.

A chegada de Kaique foi sem dúvida a que mais modificou a instituição. Soube da sua chegada por Dayane, diretora da instituição, que atrelou a chegada do

⁵⁵ Em meu tempo de pesquisa tive pouquíssimo contato com os familiares das crianças e adolescentes, normalmente só os via e falava com ele em horários de visita e ainda assim o contato não se estendia. Mas mesmo não tendo contato direto com as famílias, faz-se necessário que eles tenham espaço nessa dissertação, principalmente por estarem presentes de forma simbólica através das crianças e adolescentes.

adolescente às dificuldades que a Casa estava tendo em se adaptar com o seu novo morador. Além das mudanças físicas na instituição, a chegada de Kaique exigiu profissionais especializados dentro da Unidade para acompanhamento do adolescente.

No caso de Dedé e Pietro, os detalhes da chegada dos irmãos na instituição eu obtive através de Dedé, meses depois que conheci ela e o irmão:

A conversa⁵⁶ que começou sobre animais e o cachorro que Dedé tinha em casa acabou levando ao assunto da instituição e de quando ela iria sair dali. Aproveitando a deixa do assunto perguntei a Dede há quanto tempo ela estava ali na casa e ela me respondeu que já faziam três meses, me surpreendi e perguntei *“tudo isso?”*, ela disse que sim. Depois perguntei o porquê dela e seu irmão terem vindo para Casa e ela me respondeu que foi porque aconteceu algumas coisas com ela e com o Pietro. De início ela não me falou que coisas foram essas que aconteceram, mas continuamos a conversa sobre a sua chegada na Casa. Perguntei a ela então quem havia trazido ela e o irmão para Casa e ela me respondeu *“foi o conselho tutelar, me trouxeram para cá sem motivo”*, fiquei curiosa diante de tal frase e perguntei a ela *“como assim sem motivo?”* e foi a partir daí que ela me contou o que houve, através de um relato um tanto confuso, com pausas, olhares distantes, expressões corporais retraídas e em tom baixo.

Dedé começou me contando que Pietro pediu para fazer *“coisas erradas”* com um menino e esse menino acabou batendo em Pietro. Só consegui entender que essas *“coisas erradas”* eram de cunho sexual no decorrer da nossa conversa. Ela disse que depois disso o Conselho a colocou lá *“sem motivos”* e que disseram que era para o bem dela, mas pelo seu tom indignado ela não acreditava nisso, ainda mais que o conselho só foi lá duas vezes e depois não veio mais. Perguntei a ela mais detalhes sobre as *“coisas erradas”* que ela havia falado no início, até que ela me falou sobre o abuso que ela e o irmão sofreram, *“mas não chegou a tirar a roupa não”*, falou ela me dando alguns detalhes. Perguntei a ela quem que abusava dela e do irmão e ela me respondeu que era o padrasto, o pai do padrasto e a avó deles. Ela me disse ainda que isso só acontecia quando ela ia visitar eles, que a mãe não sabia porque os abusadores os induziram a não contar *“eles ameaçavam a gente, induzindo a gente não falar nada.”*

(Diário de Campo, 26 de julho de 2022)

O relato de Dedé demonstra um fato muito interessante: o conhecimento que as crianças e adolescentes têm dos motivos dos seus ingressos em uma instituição de acolhimento. Aliás, pelo que conversei com os meninos e meninas que tive contato na

⁵⁶ A conversa que tive com Dedé naquele dia não foi em momento algum programada, era além de tudo uma conversa informal, ali mesmo no terraço da instituição onde estávamos nós duas e Lulu e Vivi – essas duas estando um tanto distante de onde estávamos sentadas. Em momento algum de nossa conversa eu pedi para gravar o relato de Dedé, por dois motivos: não queria interromper o relato da criança e fiquei receosa de que isso pudesse constrangê-la ou algo do tipo, ainda mais que apesar de todas as crianças e adolescentes saberem da minha pesquisa, em nenhum momento fiz uso do gravador em nenhuma conversa com eles. Sendo assim, o relato está incompleto devido a falta de algumas frases literais que Dedé proferiu naquele momento, e eu sei, que mesmo tendo todo cuidado em passar para o diário de campo logo que retornei do campo, reconheço as limitações desse recurso. No mais, meu compromisso com a fidelidade dos fatos relatados por Dedé impera a transcrição da narrativa da menina.

Casa todos eles tinham esse conhecimento do porquê estavam ali, apesar de que alguns não sabiam todos os detalhes dos motivos, mas eles sempre tinham uma “resposta pronta” quando eram perguntados o porquê foi parar ali.

Um outro caso que demonstra isso foi o de Gabriela, de 13 anos. Conheci Gabriela do mesmo jeito que conheci as crianças e adolescentes que chegaram à instituição após o início da pesquisa: em uma visita onde eu esperava encontrar apenas rostos já conhecidos. No mesmo dia que a conheci, em um momento onde estávamos eu, Lulu e a adolescente conversando, acabei descobrindo o motivo que a levou a Casa. Nessa conversa contei com a ajuda – não programada de Lulu – que antes mesmo que eu perguntasse algo a Gabriela, já foi perguntando a adolescente *“porque que tu veio pra cá mesmo?”*, o que Gabriela respondeu *“minha mãe se separou do meu tio, aí não tem ninguém para cuidar de mim aí me mandaram para cá”*. Diante de tal resposta da adolescente perguntei *“Nem alguma avó? Ou tia?”* e ela me respondeu que não. Só meses depois, em um momento de entrevista com William e Marcela, os diretores da instituição, foi que descobri que a única parente próxima da Gabriela que morava próximo era uma tia – que por sinal em alguns momentos visitou a adolescente na Casa – mas que não tinha condições de assumir a guarda dela e com isso, a justiça junto com a direção da Casa estava em busca de alguns parentes dela que moravam no interior do estado para tentar a reintegração da adolescente.

Recordo-me que em algumas de nossas conversas Gabriela sempre falava que iria *“ficar um tempo”* na Casa, carregando a percepção de que ali seria um lugar provisório.⁵⁷ Mas a verdade era que Gabriela, que já estava na Casa há quatro meses, era uma das adolescentes que tinham poucas chances de ser reintegrada à família. A adolescente tentou fugir uma vez da instituição pulando o muro, mas de acordo com ela quando me contou sobre o acontecido a fuga foi sem sucesso e ela ainda foi punida com um mês de castigo sem sair do quarto *“eu pulei, aí quando eu tava na rua me pegaram”*. Gabriela já tinha me contado algumas vezes sobre seus desejos de fuga⁵⁸,

⁵⁷ Aliás, essa ideia de que ali é um lugar provisório não é algo exclusivo de uma ou duas crianças da Casa. Lembro-me que no meu último dia de campo, quando me despedia das crianças, elas me perguntaram quando eu iria voltar para a Casa e respondi que só seria no ano que vem, porque iria escrever a pesquisa, mas que voltaria ali para conversar e mostrar a elas o resultado. O mais interessante dessa situação eram as respostas das crianças e adolescentes *“ah, tia, mas aí eu já não vou estar mais aqui”*.

⁵⁸ Um outro motivo que permeava o discurso de Gabriela de querer ir embora da Casa era que ela alegava que não gostava de morar lá, pois *“eles me dopam”*, como ela mesmo me disse em uma de nossas conversas. A medicamentação das crianças e adolescentes acolhidas na instituição era uma realidade – recordo-me no dia que fui realizar uma entrevista com os diretores e me deparei com uma bandeja cheia

principalmente para tentar rever a sua tia que por um tempo deixou de ir na instituição visitar ela.

Uma outra chegada que também foi marcada pela expectativa de “*ficar só um tempo*” na Casa foi a dos três irmãos Igor, de sete anos, Ian, de dez anos e Lucas, de quinze anos. O grupo de irmãos foi a última chegada que presenciei em meu período de campo. Lembro que foi uma surpresa ver não só um rosto novo, mas três novos rostos em uma das minhas visitas.

No dia que os conheci, ao perguntar para Ian há quantos dias ele e os irmãos haviam chegado na Casa ele me respondeu que “*fazia uns dias*”, mas logo completou “*a gente só vai ficar aqui até o fim do mês, só até terminar a reforma da minha casa*”. Nenhum dos três me disseram quem havia dito a eles sobre a data de saída deles da Casa – que por sinal eles me disseram que era dia 29 de outubro. Mas eles estavam muito certos da data que iriam retornar para a sua Casa, e sempre que eu marcava algo com eles para uma data depois do dia 29 de outubro eu escutava “*ai eu já vou ter ido embora, tia.*”. Os planos dos três irmãos foram um tanto frustrados quando chegou no dia 29 e eles continuaram na Casa, apesar de que um dia antes eles já haviam sido informados por Marcela, uma das diretoras, que eles não iriam embora no dia seguinte, completando que não estava sabendo de nada sobre a saída dos irmãos.⁵⁹

Os casos de Gabriela e dos três irmãos Ian, Igor e Lucas se diferem muito pelos motivos que os levaram à Casa. Ela estava sozinha e não tinha quem cuidasse dela, eles estavam ali até que a mãe conseguisse uma moradia adequada para os três filhos. Mas também esses dois casos, assim como muitos outros que tive contato na instituição, carregavam uma semelhança: a da esperança de sair dali da instituição logo.⁶⁰ Gabriele, Igor, Ian, Lucas, Dedé e Pietro fazem parte de um grupo que não esconde o desprazer de se encontrar na instituição, eles estão sempre explanando reclamações sobre o lugar, sobre as pessoas dali, sobre as regras, e apesar de às vezes assumirem que podem sentir

de caixas de medicamentos no espaço onde aconteceu a entrevista –, mas ainda assim não posso afirmar se havia realmente a prática de “dopar” as crianças e adolescentes como Gabriela me dizia que estavam fazendo com ela.

⁵⁹ Apesar de não terem saído da instituição na data esperada por eles, os irmãos – até o dia 04 de dezembro, meu último dia em campo – já se encontravam em processo de reintegração familiar, indo passar os fins de semana com a mãe e até mesmo a ajudando na reforma da nova casa e de acordo com a direção os três tinham enormes de chance de já voltar para casa deles em definitivo ainda no ano de 2021.

⁶⁰ A certeza e o desejo que viver na instituição era uma condição provisória é tão difundida que no meu último dia de campo, ao me despedir das crianças e adolescentes e responderem a elas que só retornaria no ano seguinte à Casa recebia como resposta delas que “ah, tia, ano que vem eu não tô mais aqui”.

saudades dos amigos que fizeram, não esconde o desejo de sair dali e voltar a morar com as suas famílias. Esse desejo traz novamente a presença da família, reiterando que apesar dessa instituição não estar presente de forma palpável, ela aparece através das crianças e adolescentes e sua vontade de retornar à família.

Novamente me pego pensando sobre os sentidos que as crianças e os adolescentes dão à Casa e ao status de “acolhido”. E retomo aqui o que Prestes (2010) diz sobre a experiência do acolhimento ser pessoalizada, ainda mais pelo fato da relação que eles sentem com a Casa está entremeado com a experiência passada junto a família antes do acolhimento. A instituição acaba nunca sendo tida como boa ou ruim por si só, sempre que falam sobre o que eles acham, sentem ou pensam em relação a estar ali, a seguir a regras, sempre vem acompanhado de resgates da memória de antes, “*é melhor estar ali do que viver apanhando*” como me disse Lulu uma vez.

Mas além do que Prestes (2010) diz eu acrescento que além de ser pessoalizada, a experiência do acolhimento também tem o seu apelo para o grupo, afinal enquanto estão ali na instituição as crianças e adolescentes desenvolvem relações um com os outros, formas de sociabilidade, que tem seu papel inegável nas suas vivências ali na instituição. São essas expressões de sociabilidades o tópico discutido a seguir.

3.2. Conflitos e afetividades: os laços que a Casa constrói

Conforme dito, as saídas e entradas afetam não só a vida das crianças e adolescentes que saem, mas também as vidas das que ficam na instituição. Retorno a pesquisa de Gama (2018) que ao analisar as relacionalidades que cada garoto tem um com outro, com os funcionários da Casa, com voluntários, padrinhos e com as famílias de origem percebeu o quanto essas relações passavam por rompimentos que estavam diretamente ligados aos fenômenos de idas e vindas. Esses rompimentos das relações com os quais as crianças e adolescentes abrigados se deparam era vivida por cada um a seu modo:

Se por um lado, quem saía ou já estava do lado de fora normalmente voltava a assumir os vínculos que possuía antes de chegar à Casa, quem ficava precisava lançar-se a cada momento em novas relações, na maioria das vezes com poucas expectativas de continuidade. (Gama, 2018, p. 133)

Diante de tamanha instabilidade das relações, é impossível não pensar se essa instabilidade também faz com que os vínculos se tornem frágeis, se o medo de “perder”

aquele amigo ou amiga que se fez em tempo de acolhimento faz com que as crianças e adolescentes já iniciem as relações com a cautela de não se apegar demais. Em minhas observações na Casa e em conversas junto às crianças e adolescentes eu percebi que a instabilidade não é necessariamente a mesma coisa que fragilidade. Tanto nas relações entre as crianças e adolescentes e nas relações destes com os funcionários. Em diversos momentos presenciei as crianças e adolescentes mantendo contato pelo celular – e até mesmo pessoalmente, quando recebiam visitas de ex-funcionários ou encontrava com estes nas idas à praça – com ex-acolhidos e com ex-funcionários. Isso sem falar nas lembranças que ficam daqueles que já não convivem diariamente com eles ali na Casa.

Dentro da instituição pude identificar dois grandes fenômenos no que se refere às relações que as crianças e adolescentes desenvolviam umas com as outras: as afetividades e os conflitos. O primeiro era expresso principalmente pela categoria de *“melhores amigas”*, já a segunda pela categoria do *“não estou falando com você”*, além dessas duas categorias, havia uma outra que se refere a um tipo muito específico de relação, que se inicia antes de se entrar na Casa e se estende para além da instituição: o laço consanguíneo dos grupos de irmãos.

3.2.1. Os grupos de irmãos

Conforme já aludido, está previsto em lei a não separação dos irmãos em caso de institucionalização, isso por que há uma preocupação em tentar ao máximo manter esses vínculos, ainda mais se considerar que as crianças e adolescentes que sofrem a medida do acolhimento já foram drasticamente desvinculados da sua família de origem, da sua casa e de outros de seus bens, com isso, esse esforço de se manter os vínculos age de forma a garantir uma unidade mínima de referências para as crianças e adolescentes (Prestes, 2010).

Em meu período de campo tive contato com três grupos de irmãos: as quatro irmãs Lulu, Vivi, Liza e Polly; o casal de irmãos Dedé e Pietro; e os três irmãos Igor, Ian e Lucas. Entre todas as relações de sociabilidade que pude acompanhar dentro da instituição, essa tinha um elo mais forte, principalmente pelo fato deles já se conhecerem antes da institucionalização e no caso de todos os grupos de irmãos aqui citados chegarem na instituição juntos.

Apesar das crianças e adolescentes acolhidas no tempo que passam na instituição constroem outros vínculos, se tornam “melhores amigas” de outras pessoas, os laços que mais se sobressaem entre as relações são os de irmandade consanguínea. Em diversos momentos presenciei irmãos defendendo irmãos, de críticas, de brigas com outros acolhidos, de sermões de funcionários e etc. Em meio a conflitos, irmãos raramente ficavam do lado oposto ao do seu irmão ou irmã⁶¹, eles sempre se uniam e mostravam a força que esse laço tinha.

Assim como com os outros laços de afetividade dentro da instituição, os laços de fraternidade consanguínea também são afetados quando um integrante dos grupos de irmãos acaba saindo da Casa – nesse caso, é só quando os irmãos têm, na maioria das vezes, pais diferentes. O caso de Polly foi um exemplo claro disso, a menina foi acolhida junto com suas três irmãs mais velhas, mas por serem de pais diferentes apenas ela teve a oportunidade de ser reintegrada, e as outras meninas, até a última informação que tive, estava iniciando o processo de reintegração e possivelmente a guarda delas iriam para a irmã mais velha por parte de mãe – a única pessoa da família consanguínea delas que as visitavam na instituição. Esse grupo de irmãs também havia sofrido uma outra perda antes mesmo da minha chegada a Casa, soube por meio de Vivi e Lulu que além das quatro havia um irmão que também havia sido acolhido junto com elas, mas ele tinha sido reintegrado à família paterna um ano antes:

Depois da nossa brincadeira de imagem e ação ficamos apenas eu, Lulu, Dedé e Vivi conversando. Lulu está com a lousa na mão desenhando, depois de apagar o primeiro desenho ela resolve fazer um outro. Dessa vez ela começa fazendo um coração enorme que ocupa quase toda a extensão da lousa. Dentro desse coração ela escreve a palavra família e em baixo ela escreve um nome: “João Lucas”. Vivi a corrige, já que a menina quando escreveu o nome acabou “comendo” uma letra. Pergunto então quem é João Lucas e Vivi me responde “nosso irmão”, eu pergunto “*mais velho ou mais novo?*” e Lulu me responde “*mais novo, tem cinco anos*”, pergunto então onde ele está e elas me dizem que ele está morando com o pai “***ele morava aqui com a gente, mas ai foi morar com o pai***”, pergunto então quando que ele foi embora e elas me respondem “*faz um ano*” e eu comento “*ah, foi antes de eu começar a vir para cá*” e elas confirmam. **Pergunto então se elas têm saudade dele e elas dizem que sim, pergunto: “você nunca mais viram ele?” e elas me respondem que não “desde 2019” diz Vivi. “Vocês sabem onde ele mora?”** pergunto e elas me falam que ele mora na cidade. Depois disso Lulu me conta que soube que o irmão está apanhando do pai, pergunto a ela quem foi que lhe

⁶¹ Em todo o ano de campo, só presenciei uma vez que irmãos ficaram de lados “opostos” em uma situação de conflito. Foi quando Igor, Tadeu e Lucas – que naquele dia estavam ameaçando fugir da instituição – resolveram fazer uma brincadeira de ameaçar Dedé, com isso Ian – irmão de Lucas e Igor – resolveu ficar do lado da amiga junto com Vivi e Lulu. Os dois grupos, naquele dia, resolveram trocar bilhetes com xingamentos e ameaças uns aos outros. Esse conflito, como todos os outros da Casa, não se estendeu muito.

contou isso e ela responde “*minha irmã*” pergunto se a irmã que ela está falando é aquela que vem visitar ela e ela diz que sim “*ela falou para Leila, mas ninguém aqui faz nada*”, me diz Lulu. Depois pergunto quando ela disse para Leila isso e ela se corrige dizendo que a irmã não falou “*ela vai dizer ainda*”, ela completa. “*O que vocês acham que vai acontecer com ele?*” pergunto a elas e Lulu me responde: “*acho que ele vai voltar para cá, pelo menos ele vai vir morar com a gente*”.

(Diário de Campo, 02 de agosto de 2021)

Além da saudade que as duas irmãs sentem do irmão mais novo que foi reintegrado essa conversa que tive com elas mostra duas coisas: uma delas é que mesmo estando sem o ver, elas sabem da vida do irmão, mostrando que a instituição nem sempre rompe as relações que as crianças e adolescentes têm com os familiares de fora da Unidade; a outra é a visão que as duas tem da instituição, elas sabem que possivelmente o irmão vai voltar para instituição assim que descobrirem que ele está apanhando do pai, pois para elas a Casa é o lugar que vai proteger o irmão. Ainda nessa mesma conversa, perguntei a Dedé, Lulu e Vivi se elas são felizes morando ali e elas me contam que não, mas apesar de elas concordarem sobre não gostar de morar ali as três se diferenciam em uma coisa: para Vivi e Lulu morar na Casa pode ser ruim, mas protege elas e é melhor ficar lá do que ficar apanhando direto, como Lulu mesmo gritou para Dedé depois que a segunda falou que só seria feliz morando com a sua mãe: “*é? Tu prefere morar com a tua mãe e ser abusada? Eles colocam a gente aqui para proteger a gente, eu pelo menos aqui não apanho direto*”.

Essa situação que presenciei entre as meninas só consolidou algo que eu já vinha percebendo em algumas conversas com os garotos e garotas da Casa: as visões positivas e negativas acerca da instituição que as crianças têm não são isoladas apenas pela vivência em seu tempo da Casa, mas é construída tendo como base o antes, o passado. A Casa é sempre ou melhor do que antes com a família ou pior do que viver com a família, ela nunca é adjetivada por ela própria.

3.2.2. Os conflitos existentes: “**não estou falando com você**”

Desde os meus primeiros dias em campo, sempre percebi a forte presença dos conflitos ali existentes, desde coisas pequenas como a reclamação de alguma funcionária até brigas físicas entre as crianças, trocas de tapas e empurrões. Apesar de uma das *regras de convivência* da Casa ser a união entre os acolhidos e a boa convivência entre eles, ou seja, as brigas e conflitos eram terminantemente proibidas, mesmo que fossem presentes no cotidiano da instituição.

Simmel (1983) trata o conflito enquanto produtor e modificador das interações, uniões e organizações, isso porque o conflito para o autor é uma sociação, visto que é uma expressão de interação entre os homens, assim como qualquer outra. Diante disso, se faz necessário que seja incluído nesta dissertação essa expressão de sociabilidade tão presente dentro do dia a dia da instituição.

Ressalto aqui que amparada em Simmel (1983), não tomo o conflito enquanto algo que desfça os laços de sociabilidade, pelo contrário, os dados de campo mostraram o quanto esses dois tipos de interações – afetividades e conflitos – se somam no cotidiano, e sendo assim, constituem as sociabilidades que as crianças e adolescentes constroem dentro do contexto da Casa da Acolhida.

Conforme mencionei, as situações de conflitos é algo que se faz presente desde o meu primeiro dia de campo, quando, logo depois que fui apresentada às crianças e adolescentes ali presentes, presenciei as adolescentes mais velhas brigando com Polly, a moradora mais nova da instituição. Recordo-me bem que a menina estava chorando muito, querendo brincar de coisas que não podiam. Ao tentar controlar a criança, Jasmine acabou levando uma mordida, e, antes mesmo de reclamar com os funcionários que ali estavam presentes, ela bateu na menina a repreendendo que é feio morder. Logo depois, Liza – irmã mais velha de Polly – resolve intervir colocando a irmã de castigo no sofá, mas não sem antes dar umas palmadas na menina e mandando que ela se calasse – o que não funcionou muito bem, pois ela só chorou ainda mais.⁶²

Uma das maiores expressões de situações de conflitos que presenciei na instituição foi o ato de não estar falando com alguém. Desde os meus primeiros dias em campo frases como *“não estou falando com ela/ela não está falando comigo”* me acompanhavam, porém no início não dei tanta atenção a isto, visto que tinha todo um mundo da instituição para desvendar e eu como uma antropóloga recém chegada no campo estava ávida por “coisas grandiosas” – conflitos duradouros, relações de poder que se sobressaiam em meio às mais variadas relações. Mas foi com o decorrer dos dias de campo e com a presença ainda mais constante de frases como estas que fui percebendo a importância de algo que à primeira vista me era tão banal, afinal de

⁶² A recepção dessa cena por parte dos funcionários foi bem diversificada: Thais falou que era sono, por isso que Polly estava birrenta assim. Já a outra funcionária foi mais incisiva ao falar sobre *“a ruindade da menina”*. Mas além dos comentários, nenhuma das funcionárias que estavam ali repreenderam a mais velha pela agressão contra Polly, lidaram com aquilo com uma certa normalidade.

contas, em minha vivência quando criança falar que não estava falando com alguma amiga ou prima era algo muito normal.

Além da forte presença da política do “*não estou falando com você*” dentro do cotidiano das crianças e adolescentes, havia uma necessidade muito grande da explanação desse status por elas, que sempre faziam questão de estar reiterando que naquele dia ela não estava não falando com aquela pessoa. Para ela o que importava, além da situação de conflito, era a exposição para todo o grupo sobre a existência dele.

Muitas vezes não se sabe o motivo do conflito da vez – ou pelo menos a mim eles nunca contam. O aviso que eu recebo é que naquele dia alguém não está falando com outra pessoa e sempre quem me informa sobre a situação de conflito existente é uma das pessoas envolvidas nele. É como se não bastasse apenas o conflito existir, é preciso deixá-lo marcado para todos do grupo, o validando. O que realmente interessava naquela situação era a mudança de status entre os envolvidos, ou seja, naquele momento, o conflito existia e com isso, as pessoas envolvidas nesse embate não estavam se falando.

Às vezes as crianças e adolescentes se esqueciam que estavam sem falar com alguma pessoa e vinha então alguém externo ao conflito lembrar, como foi quando presenciei Vivi lembrando a Lulu que ela estava sem falar com Dedé ao ver a menina conversando com ela no terraço. Além disso, o “*não falar com aquela pessoa*” era flexível, hoje Lulu estava sem falar com Dedé, mas talvez daqui a meia hora o conflito pode se resolver e elas voltem a se falar normalmente, assim como pode acontecer de quando elas se reconciliarem o conflito novo delas agora seja com outra pessoa – elas duas *versus* uma terceira pessoa. Havia situações que esse “*não estou falando com ela*” durava poucas horas, tinha vezes que durava a tarde inteira e tinha até situações que duravam semanas – como foi o exemplo de Gabriela, que me contou que as meninas deixaram de falar com ela e isso havia perdurado por semanas.

Recordo-me bem quando a adolescente me falou que as meninas estavam sem falar com ela, referindo-se a Muci, Mari e Liza. O novo status da relação delas me foi informado quando em uma das minhas visitas convidei Gabriela para sentar próxima as outras garotas e ela me pediu para ficar junto com ela, ali naquele cantinho do terraço porque a relação dela com as outras adolescentes não estava muito bem, questionei o motivo e ela me falou que “*as meninas estão sem falar comigo*”, semanas após esse

acontecido, enquanto a adolescente me contava sobre sua solidão na instituição reforçou o fato das meninas *ainda* não estarem falando com ela. Quando perguntei a Gabriela se ela tinha tentado se aproximar das outras adolescentes para que elas voltassem a falar com ela, Gabriela me contou que tentou, mas que elas continuaram a não falar com ela.

Essa situação de Gabriela, onde ela tentou ir atrás da reconciliação pois era alguém que *não estava falando com ela* e tantas outras que observei em meu período na Casa me fez perceber que para além da mudança de status entre os sujeitos, a política do “*não estou falando com você*” carregava também uma relação de poder dentro desse conflito, isso porque havia uma enorme diferença entre o “*não estou falando com você*” e “*ela não está falando comigo*”. A diferença em questão não é apenas semântica, mas envolvia também uma relação de domínio, estar na posição de não falar com alguém carregava uma autoridade, assim como estar na posição de que alguém não estar falando com você carregava uma subalternidade, o que gerava todo um esforço da pessoa para conseguir de volta o “perdão” da outra e assim eliminar o conflito existente entre eles. Para quem detinha o poder na relação de conflito cabia apenas aceitar a dissolução do embate quando quisesse.

Em meio a sociabilidade que as crianças e adolescentes desenvolvem dentro da instituição, tomo o “*não estar falando com alguém*” como um jogo social, principalmente pensando a partir de Simmel (1983) que coloca o jogo social enquanto detentor de um duplo sentido, isso porque ele não é só praticado dentro da sociedade da Casa, mas que a partir dele as crianças e adolescentes “jogam” “sociedade” (Simmel, 1983, p. 170). Isso porque essa expressão de conflitos – assim como tantas outras – atende a dois propósitos: colocam as crianças e adolescentes em uma relação hierárquica com quem deveria estar no mesmo nível de poder deles; e alimentam as relações sociais existentes na Casa, isso porque deixar de falar com alguém não é algo fixo dentro do cotidiano das crianças e adolescentes.

Apenas dois grupos se viam isentos do “não falar com tal pessoa”: os grupos de irmãos e as “melhores amigas”. Apesar dos inúmeros conflitos existentes entre os grupos de irmãos – principalmente as discussões por utensílios pessoais como maquiagens, brinquedos, roupas e desenhos dos dragões⁶³ - nunca presenciei o status de

⁶³ Uma febre que se deu entre as crianças e os pré-adolescentes da instituição – principalmente depois da chegada de Pietro, que apresentou o desenho para as outras crianças - foi “*Dragon Mania*”, um desenho que eles assistiam pelo *Youtube* – e que depois descobri que também era um jogo de celular. Dentro da

“*não estar falando com alguém*” entre eles, era como um limite que não podia ser ultrapassado.

Um outro grupo que não presenciei o conflito de “*não estar falando com alguém*” foi o de “*melhores amigas*”⁶⁴. Apesar desse grupo não ser fixo como os de laços sanguíneos, principalmente porque pude presenciar laços de “*melhores amigas*” sendo desfeitos e refeitos algumas vezes, ainda assim este era um laço muito respeitado quando está em voga e muito almejado, principalmente entre as mais novas que eram as mais flexíveis em relação ao laço de melhores amigas.

Em sua maioria os conflitos se dão e se resolvem no mesmo dia que começam, eles não se demoram, eles não se estendem e logo depois já se inicia outro, às vezes esse que se inicia resgata resquício do conflito anterior, mostrando que como tudo que acontece na instituição, os conflitos também se entrelaçam e se entrecruzam. Diante de tanta dinâmica nas situações de conflito, fica o questionamento se essa rapidez que essas contendas começam e se encerram se dá pelo caráter urgente que as relações sociais assumem dentro do contexto institucional, a incerteza sobre quando alguém vai sair da Casa ou – a incerteza ainda maior – de quem será que vai chegar na instituição nos próximos dias.

Tomo aqui tanto os conflitos e as afetividades enquanto agências por parte das crianças e adolescentes, isso porque apesar de estarem dentro de uma realidade a qual elas não tiveram opção ao serem encaminhadas para a instituição as formas de sociabilidade que elas constroem lá dentro são sob os seus termos, principalmente os conflitos, que como Prestes (2010) diz “os desafetos derivam não apenas de incompatibilidade, mas também de resistência e relutância em assimilar essa nova

instituição, todas as crianças e pré-adolescentes colecionavam os “dragões”, que eram desenhos impressos dos personagens dos desenhos, alguns em preto e branco que eles mesmo coloriam e outros que já vinham coloridos. Esses desenhos eram impressos pela coordenação da Casa e todos os meninos e meninas sempre pediam que novos dragões fossem impressos, inclusive me pediram diversas vezes para que eu levasse os dragões para eles, o que por muitas vezes fiz. As coleções dos meninos e meninas desses desenhos eram enormes e eles estavam sempre fazendo trocas entre si de alguns desenhos. Por semanas, os dragões foram os principais assuntos que tomaram conta das conversas das crianças e adolescentes, assim como foi gerador de diversos conflitos entre eles que sempre acusavam um a outro de pegar os dragões que não eram seus. Por um tempo a impressão de novos dragões foi proibida na instituição, com a justificativa que era “do demônio”, mas ainda assim as crianças continuaram brincando com eles e fazendo pedidos de novos.

⁶⁴ Uso esta categoria no feminino, pois apesar dos garotos também usarem essa categoria para se referir a outro menino ou outra menina, esse laço de afetividade era mais usado entre as meninas.

ordem de coisas impostas por uma força externa representada pela intervenção estatal no interior das famílias” (p. 134)

Além das situações de conflitos do “*não estar falando com alguém*”, no meu período de campo presenciei outras diversas situações de conflitos entre as crianças e adolescentes, algumas dessas situações até mesmo com agressões físicas, que logo recebiam intervenção de algum funcionário da instituição.

A maioria dos embates que se agravavam para uma agressão física que eu presenciei acontecia quando alguém rompe uma barreira que se apresentava muito forte na relação entre eles: falar mal de algum familiar ou “*falar do passado*” como Tadeu e Lulu me falaram em uma situação que eu presenciei onde os dois junto com Dedé e Pietro tiveram uma discussão gerada por conta de alguns desenhos de dragões. O conflito se agravou tanto que Tadeu acabou chamando a mãe de Pietro de “*a maior rapariga do mundo*” e isso causou uma reação no segundo que também falou mal de um parente de Tadeu.

Essa não foi a única situação de embate gerada pelo “*falar do passado*” ou falar mal de algum familiar que eu presenciei, mas essa foi a que mais me chamou atenção. Não pelo conflito em si, apesar de ter sido uma situação complexa – afinal Tadeu, Dedé e Pietro partiram para a agressão física entre eles, mas sim pela reação das crianças: o consenso era certo, “*falar do passado*” era um limite. Como Lulu bem me disse neste dia, “*não fale do meu passado se não vou ficar irada*”. Na ocasião, Lulu e Tadeu reiteraram em diversos momentos como “*falar do passado*” era algo que logo exigia uma posição agressiva deles.

Essa discussão que começou por conta dos dragões e que avançou para o “*falar do passado*” se agravou ainda mais quando chegou a agressão física:

E essa briga por conta dos dragões se desenrolou por uma boa parte da tarde, Dedé ficando do lado do seu irmão e Lu do lado de Tadeu. Tadeu ameaçou bater em Dedé e em algumas vezes e sempre que isso acontecia as educadoras interviram, ainda mais quando Tadeu se exaltava e chamava mandava os dois irmãos para o inferno, a educadora até me usou para repreender Tadeu falando que por respeito a mim ele não poderia dizer essas coisas. Eu tentava acalmar o quanto podia, sempre ficava conversando com eles e sobre outros assuntos, para desviar do assunto da briga. Mas a discussão chegou ao ponto de que Pietro e Dedé ficaram de castigo, ele por provocar e Dedé por apanhar de Tadeu. E apesar de não ser dito isso explicitamente, as falas como “*ela não aguenta um empurrão de Berg*”, “*ela sempre se machuca*”, “*Eu já disse a ela para não mexer com Berg porque ele é grande e bate nela*” me deu a impressão de que o fato de colocar Dedé de castigo por apanhar de Tadeu era

mais uma forma de proteger a menina de levar mais tapas, do que de repreender ela.

(Diário de campo, 27 de agosto de 2021)

Essa situação mostra, que do modo deles e a partir da vivência diária, com as crianças e adolescentes os educadores sociais – e os outros funcionários – tentam a todo custo mediar os conflitos existentes entre as crianças e adolescentes. Mesmo que seja reproduzindo uma concepção já enraizada em nossa sociedade onde o gênero hierarquiza e coloca em posições de poder (Albernaz e Longhi, 2009), já que nessa situação em específico Dedé foi posta de castigo por ser mais fraca em comparação com Tadeu, ou seja, nesta situação o que imperou foi uma hierarquização de gênero, onde o considerado mais forte era o masculino (Albernaz e Longhi, 2009). Além do fato de que, se para a educadora que determinou o castigo esta era uma forma de proteger a garota, para Dedé o castigo foi visto enquanto punição.

3.2.3. As “*melhores amigas*”

Franch (2010) ao analisar as relações de amizade entre jovens mulheres no Recife mostra como que as categorias de “colegas” e “amigas” são utilizadas para se referir a laços de graus diferentes, onde as “colegas” são conhecidas, pessoas que não se tem tanta intimidade, diferentemente das “amigas”, que denota uma relação mais estreita. Dentro da instituição, apesar de não se ter essa separação entre “colegas” e “amigas”, uma outra separação que vai se referir ao nível de amizade entre duas pessoas: as “*melhores amigas*” das demais relações com outros da Casa. Todos se relacionam em diferentes graus, conversavam, brincavam, ajudavam um ao outro, mas o status de “*melhores amigas*” mudava a forma como a relação entre duas pessoas se dava dentro da instituição.

Ainda mais pelo fato de que, como já mencionado, este grupo na maioria das vezes ficava isento dos conflitos existentes na Casa. Este laço de afetividade não era fixo, muitas vezes – principalmente no caso das meninas mais novas – se trocava de melhores amigas muito rápido, hoje Gabriele e Vivi eram melhores amigas, estavam sempre juntas, trocando confidências, tirando fotos juntas, mas talvez uma semana depois a melhor amiga de Vivi não seja mais Gabriela, pode ser Dedé ou até mesmo ninguém. Mas enquanto o status de “melhor amiga” estiver em voga na relação, os conflitos não atingem as envolvidas.

Das várias “melhores amigas” que conheci em meu período de campo, a mais duradoura foi a de Muci e Liza. Ambas adolescentes, além de terem a mesma idade tinha outros aspectos que as ligavam: o gosto em comum pelo mesmo estilo musical e pelas danças do *TikTok* e o fato de que na chegada de Muci foi Liza que se aproximou dela, até mesmo quando houve o caso conturbado da adolescente ameaçar todos na instituição. Muci e Liza, além de terem sido as “melhores amigas” que mais duraram na instituição, deixando de ser apenas meses depois⁶⁵, elas eram a mais reconhecida por todos do grupo.

As afetividades que se constroem uns com os outros – tanto entre as crianças e adolescentes quanto entre eles com os funcionários da instituição, assim como os conflitos se consolidam no cotidiano da Casa, principalmente a partir de seus inícios e términos, fazem com que a rotatividade das relações seja marcada pela transitoriedade de pessoas. Mostrando assim, que esse caráter dinâmico que a Casa apresenta, seja marcado pelas saídas e também pelos os que ficam, acaba fazendo com que as crianças criem relações de afastamento – a partir dos conflitos – e de aproximações – com as afetividades.

Os conflitos e afetividades, além de serem expressões de sociabilidades das crianças e adolescentes dentro da instituição, fazendo com que as relações se tornem dinâmicas até mesmo entre os que ficam, também os analiso e tomo aqui enquanto agenciamentos das crianças. Esses agenciamentos, que vem de diversas formas, será tema do capítulo seguinte, o qual mostrarei como a partir deles as crianças e adolescentes remaneja relações de poder que à primeira vista são imutáveis.

⁶⁵ Soube do rompimento do laço de melhores amigas de Liza e Muci pelo *Instagram* da segunda, quando ao responder uma caixinha de pergunta dos *stories* onde alguém perguntava se a melhor amiga dela ainda era Liza, a adolescente respondeu que não mais. O que mostra que nesse caso, o laço de “melhor amiga” que iniciou dentro da instituição ultrapassou os limites do muro da Casa, sendo reconhecida por pessoas que não é da instituição.

4. Agenciamentos e táticas de resistência: sobre as dinâmicas de poder na Casa

Em meus dias de campo, além das formas de sociabilidades enquanto agenciamentos das crianças e adolescentes, pude perceber outras táticas de agenciamentos que essas meninas e meninos desenvolvem dentro da instituição. Essas outras táticas eram por duas vias: as manipulações que as crianças e adolescentes faziam das relações de poder, fazendo com que estas as beneficiem e as transgressões às regras, ambas táticas de resistência foram temas deste capítulo. No final, incluo um outro aspecto ligado ao tópico das relações de poder: uma espécie de disputa de poder entre a instituição e a família.

Conforme já dito nesta dissertação, a Casa da Acolhida, mesmo carregando diferenças em seu funcionamento dos abrigos do século XX, ainda assim se enquadra, por conta de algumas características, nos termos de Goffman (1974) de uma instituição total. Além do fato de trazer uma realidade onde as relações de poder, à primeira vista, podem se apresentar enquanto algo muito demarcado – adultos mandam e crianças e adolescentes obedecem. Entretanto, apesar da existência dessa hierarquia, isso não significa que as crianças e adolescentes, mesmo em meio a esse cenário onde o adulto pode e manda, não exerçam agência.

Antes de entrar em campo e conhecer o dia a dia das crianças e adolescentes da instituição eu carregava um imaginário que ali era um lugar onde as relações de poder eram fixas e sem aberturas para mudanças, ou seja, havia um grupo que mandava – os

adultos – e havia um grupo que obedecia – às crianças e os adolescentes. Por conta disso, acabava carregando e me agarrando muito a uma compreensão de que poder ali era repressivo, sendo assim, as crianças e adolescentes não o exerciam, o poder só era exercido sobre elas, com a finalidade de controlá-las e não estando entre elas (Michel, 2011). E o máximo que podia acontecer na instituição eram as transgressões das crianças e adolescentes que podiam transformar aquele ambiente em um espaço permeado por conflitos.

Entretanto, quando cheguei na Casa, e, a cada novo dia que passava na companhia das crianças e das adolescentes fui percebendo que, diferentemente do que eu imaginava, as relações de poder existentes ali na Casa podiam, e eram, flexíveis, mostrando o quanto que o poder é relativo, não localizado em uma figura e sim exercido cotidianamente (Foucault, 1998). Com isso, fui seguindo o que Michel (2011) diz quando relata o percurso metodológico tomado em sua pesquisa de dissertação sobre as interações e relações de poder entre as crianças no horário de recreio na escola, a partir dos seus dias em campo a autora relata que foi abandonando duas ideias: a do poder enquanto apenas sendo algo negativo e a infância como sendo um período marcado pela ausência do poder. Sendo assim, ela foi além de olhar as relações de poder sobre as crianças passando também a “olhar as possibilidades e presenças que a própria criança demonstra por meio das suas ações e dos atravessamentos de poder existentes nas mesmas” (Michel, 2011, p. 44-45).

O ambiente de uma instituição de acolhimento é marcado por diversas hierarquias de poder, onde sempre há alguém que manda em outro alguém e em várias instâncias diferentes. Dentro da instituição a maior figura de poder é a coordenadora, que além de ficar cotidianamente com as crianças e adolescentes, também realiza alguns serviços externos à instituição. Porém, apesar de ali dentro ela ter o maior poder – principalmente ao comparar com os demais funcionários e crianças e adolescentes – ela precisa responder a secretária do município, essa por vez precisa responder aos gestores municipais, esses dois respondem, até certo ponto, à promotoria e ao juiz. Além disso, a coordenadora também precisa responder ao Conselho Tutelar, que na figura dos conselheiros tem por função a fiscalização da instituição. O CT, por sua vez, também precisa responder à promotoria e ao juiz.

Diante de toda essa cadeia onde alguém sempre responde a alguém, se percebe o quão complexo é quando se fala sobre as relações de poder que existem nesse contexto institucional dos serviços de acolhimento. Por conta de toda esta complexidade que extrapola os muros da instituição, nesta dissertação mantenho enquanto enfoque apenas as relações de poder intramuros, ou seja, que acontecem dentro da Casa e no seu cotidiano.

Em cada nova ida minha à instituição, fui percebendo que as relações de poder vão muito além de adultos mandando e crianças obedecendo, isso porque adultos também mandam em adultos, dado as hierarquias trabalhistas existentes. A ordem maior é da coordenadora, que exerce poder sobre os funcionários e as crianças e adolescentes. Já os funcionários mandam nas crianças e adolescentes. Mas, apesar dos funcionários “de baixo”⁶⁶ exercerem poder sobre os acolhidos, esse poder não é feito de forma integral e independente, já que há uma instância superior que não só detém mais poder que eles, como age também enquanto uma instância fiscalizadora dos seus serviços (Prestes, 2010).

Como citei na abertura deste capítulo as relações de poder que aparentemente são fixas, acabaram se mostrando passíveis de transformação. E os principais responsáveis por essas mudanças são aqueles que em tese detêm menos poder: as crianças e adolescentes. Por estarem inteiramente inseridos dentro dessas relações e dinâmicas de hierarquias existentes no cotidiano da Casa, eles têm um conhecimento de como as relações funcionam, sabem que o educador social mandam neles, mas que há alguém que tem mais autoridade que os educadores. Sabem que se caso as demandas deles não forem atendidas pela coordenadora da Casa, há alguém de uma alçada maior que pode atender.

Nas páginas que se seguem serão apresentadas e discutidas as táticas que as crianças e adolescentes criam para não só escaparem dessas relações de poder como também modificá-las, fazendo assim com que um sistema, que à primeira vista pode ser nocivo para eles, os acabe beneficiando. Tudo isso tendo como ponto principal o fato das crianças e adolescentes acolhidos conhecerem o sistema que os rege e as dinâmicas

⁶⁶ Apesar desse termo nunca ter sido utilizado na instituição, utilizo-me dele de forma a fazer uma separação entre os funcionários “lá de cima” – termo usado pelas crianças, adolescentes e funcionários ao se referirem a coordenadora, assistente social e psicóloga – e os funcionários que ficam mais na parte de baixo da Casa, como os educadores sociais, auxiliar de serviços gerais, cozinheiros e vigias, esses funcionários “de baixo” são os que tem contato mais direto com as crianças e adolescentes da instituição.

de poder nele existentes, usando até da presença da pesquisadora em campo e do meu desconhecimento das regras que fazem o jogo, para conseguir acesso a coisas que a Casa não permitia que tivessem.

4.1. É conhecendo que se pode mudar o jogo: as táticas de resistências

Para analisar as formas de agenciamentos que as crianças e adolescentes desenvolvem em seus cotidianos, tomo agência aqui nos termos de Ortner (2006), que pensa essa categoria não como um oposto a estrutura, mas como fazendo parte desta. Para a autora, a possibilidade de resistência – que seria uma das formas que agência se mostra – é algo que nem sempre é percebida na estrutura, mas que faz parte desta, isso porque os atores subordinados nunca são completamente desprovidos de agência (Idem, 2006)

Conforme já mencionado, somos tomados por uma primeira impressão muito forte de que as relações de poder existentes na instituição são muito fixas e imutáveis, e junto a essa primeira impressão vem mais uma: a falta de espaço para que essas posições de poder se modifiquem – e confesso que por um momento eu desacreditava que diante de uma enorme concentração de poder entre os adultos acabaria não havendo espaço para as formas de agenciamento das crianças e adolescentes acolhidas. Mas a partir da convivência com esses sujeitos e perdendo a ideia de que agência só seria algo que implicava uma transformação total do meio, através de grandes revoluções, foi que percebi o quanto que as meninas e os meninos acolhidas/os na instituição desenvolviam as suas formas de agências entre as “margens do poder” (Ortner, 2006).

Perceber o quanto que através das margens as crianças e adolescentes conseguiam modificar uma dinâmica de poder fixa, só foi possível diante de um abandono do imaginário que eu carregava de que para “quebrar” essa expressão de dominância as crianças e adolescentes teriam que assumir posições de resistência em grandes escalas – ou em grandes situações como rebeldias e fugas. E com isso, a cada nova ida a Casa e a cada nova tarde que eu passava na companhia dos/as meus/minhas interlocutores/as eles/as me mostravam o quão complexas se mostravam as ações de resistências, ainda mais quando estas se davam nas entrelinhas, nas pequenas ações, nas margens.

Apesar da Ortner (2006) pensar as formas de agência enquanto partes essenciais da estrutura social através da “vida cultural ‘nas margens do poder’ (Idem, 2006, p. 62-63) para se referir às relações de poder em grande escala, como o racismo e o colonialismo, faço uso desse conceito, confesso que até de forma arriscada, para pensar o micro universo da instituição e as relações de poder que manejam esse microuniverso. Isso porque, se pensarmos no universo restrito da instituição, podemos dizer que a “relação de poder em grande escala”, a qual Ortner (2006) se refere, se concentra na hierarquia dos adultos sobre as crianças e adolescentes.

Por estarem tão inseridas e serem conhecedoras das hierarquias existentes dentro da instituição, as crianças e adolescentes fazem uso das mais diversas formas de agência para remodelar as posições de poder (Ribeiro, 2015). Elas sabem que precisam obedecer ao educador/a social, mas elas também sabem que esse educador social precisa obedecer ao coordenador, e sabe que o coordenador precisa obedecer a secretária e sabe que a secretária precisa obedecer aos gestores municipais. Em diversas conversas que tive com alguns funcionários pude perceber que eles reconhecem que são essas muitas pessoas dando ordens que fazem com que as crianças e adolescentes acabam não os obedecendo, como me disse Bárbara, uma das educadoras sociais que saiu da Casa pouco tempo após o início da pesquisa: *“isso é o que dá muita gente dando ordem. Eu hoje dou uma, amanhã alguém dá outra”*.

Em diversos momentos pude presenciar as crianças e adolescentes se aproveitarem dessa gama de pessoas mandando e dando ordens para saírem de uma posição de subalternidade. Uma situação que mostra bem isso foi quando os garotos e garotas estavam se preparando para ir na pracinha do bairro – inclusive fui convidada por eles para acompanhá-los para esse passeio –, e enquanto estávamos ali esperando todos se aprontarem uma funcionária, ao ver que Lulu não estava se comportando direito, ameaçou de deixar a menina na Casa como uma forma de punição pelo seu mal comportamento, naquele mesmo instante Lulu rebate a fala da educadora, dizendo que ela não podia fazer isso se não levava um “carão” da diretora, *“eu tenho que ir, não pode deixar ninguém sozinha. Ontem a tia foi e deixou gente em casa e ela levou carão lá de cima. Tu lembra?”*. Uma outra situação que demonstra como as crianças utilizam das relações de poder na Casa para o seu benefício foi quando Dedé estava recebendo a visita da mãe e pediu para Thais, a educadora social, permissão para que a sua mãe as acompanhasse na ida a pracinha daquela tarde, Thais foi logo dizendo que não podia e

falou para a menina “*não inventar*”. Mas, pouco tempo depois do recebimento da negativa pela educadora social, Dedé perguntou à assistente social da Casa se a mãe poderia acompanhá-la, e conseguiu assim a autorização.

Ambas as situações chamam muita atenção pois mostram que apesar de teoricamente Dedé e Lulu estarem na maioria das vezes na posição de subalternidade, elas conseguem reverter essa posição através do conhecimento de que apesar da educadora social mandar nelas, ela também precisa responder a um outro adulto. É a partir deste movimento que as crianças e adolescentes conseguem fazer com que as suas vontades sejam atendidas, fazendo assim com que elas não sejam apenas efeito das relações de poder, mas que também produzam essas relações (Michel, 2011).

Como foi dito, um dos motivos das crianças e adolescentes conseguirem remanejar relações de poder que, em tese as desfavorecem, em situações que elas saem como as favorecidas é o conhecimento que elas têm sobre a hierarquia de poder que elas estão inseridas, o que corrobora com que Foucault (1998) aponta sobre o poder não impedir o saber, pelo contrário o produzir. Ou seja, para as crianças e adolescentes, é o exercício do poder sobre elas que produz nelas o conhecimento como este poder funciona, fazendo assim com que elas possam remanejar situações e modificar as posições de quem manda e quem obedece. O fato de Dedé nunca ter perguntado para nenhuma coordenadora da instituição se ela estava perto de voltar para a sua casa, mas fazer essa pergunta para um conselheiro tutelar que foi visitar a instituição mostra também que o conhecimento desses garotos e garotas têm sobre as relações de poder vão além das existentes dentro dos muros da instituição e atingem todo os agentes que estão de uma forma ou outra inseridas na medida protetiva de acolhimento institucional.

Uma situação que mostra muito bem como as crianças e adolescentes conhecem bem toda a hierarquia de poder que elas estão diretamente inseridas foi a visita que a prefeita fez à instituição, ou mais precisamente de uma lista de reivindicações que os/as acolhidas/os estavam preparando para entregar a prefeita no dia da sua visita.

Em uma das minhas visitas à Casa descobri, através de uma funcionária, que a prefeita iria até a instituição na manhã seguinte para fazer uma espécie de inauguração de novos guardas roupas e camas que a instituição havia recebido recentemente. Além da informação da vinda da prefeita, também soube por Andreia, a educadora social que estava de plantão naquele dia, que as crianças e adolescentes da instituição haviam

preparado uma lista de reivindicações relacionadas ao funcionamento e a falta de materiais que a Casa estava sofrendo. Recebi de uma dessas funcionárias o convite de ir até a instituição no dia seguinte *“era bom tu vir; vai ter a prefeita e um secretário.”*

A visita da prefeita na instituição não deveria ser algo tão fora do comum, afinal de contas, ali era um órgão público, gerido de forma integral pela prefeitura, então, faz sentido uma visita como aquela.⁶⁷ Isso sem falar que a visita da prefeita e do secretário só reforça o caráter institucional da Casa. Mas nessa situação o que mais chama atenção é a tal lista que as crianças e adolescentes prepararam. Mesmo não tendo acesso a essa lista – nem sei se era uma lista escrita, ou se apenas seria dito de modo oral pelas crianças e adolescentes na hora da visita – escutei algumas das meninas falando algumas dessas reivindicações. Uma delas foi Mari, que ao se sentar junto conosco ali no sofá enquanto esperava dar a hora de ir ao psicólogo, nos fala que estava querendo falar para a prefeita sobre a falta de lanches na instituição, de acordo com ela *“quando a prefeita chegar amanhã eu vou dizer que aqui na Casa não tem comida, que a gente só come quando os educadores trazem e recebem dinheiro, quer matar a gente de fome é?”*. Pouco tempo depois da fala da Mari, resolvo perguntar a Vivi e Dedé, que estavam ali na sala envoltas na atividade de passar um produto no cabelo de Dedé, sobre a visita da prefeita na manhã seguinte e sobre a tal lista de reclamações, Dedé diz *“eu não vou é falar nada”*, já Vivi fala *“pois eu vou, tenho um monte de coisas”*, mas quando perguntei o que seria essas coisas ela desconversa e acaba não me dizendo quais são essas reclamações.

Por motivos pessoais, acabei não podendo ir até a instituição na manhã seguinte para acompanhar a visita da prefeita. Mas soube pelas adolescentes que elas não tiveram tempo de falar com a gestora municipal, que chegou e depois de poucos minutos foi embora da instituição, só deixando uns brinquedos com as crianças e adolescentes

Não sei se essas reclamações e reivindicações que as crianças e adolescentes fizeram foram antes feitas à coordenação da Casa e não foram atendidas e só aí depois que elas pensaram em levar para a maior autoridade do município, a prefeita, ou se elas tinham feito essa lista para ser diretamente entregue à prefeita. Mas uma coisa era certa: as crianças e adolescentes tinham claramente a intenção de tirar proveito da visita da

⁶⁷ Apesar de fazer sentido, é impossível não ligar este episódio a discussão trazida no capítulo 2 sobre o híbrido entre uma residência e uma instituição.

gestora municipal à instituição, pedindo melhorias para a Casa (que ela, enquanto autoridade, poderia trazer). Essa situação mostra novamente o quanto as crianças e adolescentes se aproveitam do conhecimento que elas têm das dinâmicas de poder que regem o ambiente que elas estão inseridas para se beneficiarem.

A pesquisadora em campo também foi inserida dentro dessas dinâmicas, mas de forma um pouco diferente do que acontece com os demais adultos da instituição. As crianças e adolescentes em diversas situações se aproveitaram da minha falta de conhecimento sobre as regras da Casa, afinal eu estava aprendendo as normas e o funcionamento da Casa com elas, - e é bom lembrar que essas regras e funcionamento estão sempre em mudança por conta da troca de coordenação, de plantões e outros motivos – para conseguir através de mim coisas que na instituição são proibidas ou que elas não tinham acesso.

O caso mais comum das crianças e adolescentes me manipularem era pelo uso do celular. Apesar delas terem o tempo estabelecido no dia para usarem o celular, algumas das crianças e adolescentes acolhidas ali não tinham nenhum aparelho telefônico, tendo que muitas vezes usar o do educador social plantonista para jogar, assistir vídeos na *internet* ou entrar em suas redes sociais. Isso sem falar que, para elas que vivenciavam o isolamento em dobro⁶⁸, o telefone e o acesso à *internet* representavam o único contato com o “mundo de fora”, tanto para verem o que estava acontecendo a partir da visita a perfis de amigos quanto para se mostrarem ao mundo, a partir das atualizações das suas próprias redes sociais. E foi ao ver as crianças e adolescentes utilizando os celulares dos funcionários que achei que era permitido emprestar o celular e por muitas vezes o fiz, porém em uma dessas situações fui alertada por Liza, que ao ver Dedé, Lulu, Vivi e Pietro usarem o meu celular para ver imagens de dragões me disse “*a senhora sabe que eles não podem usar seu celular né, tia?*”, diante do aviso de que aquela prática era proibida, olhei para as crianças esperando que elas falassem alguma coisa, mas elas continuam mexendo no celular sem falar nada e foi só

⁶⁸ As crianças e adolescentes da instituição só voltaram a frequentar as aulas presenciais no início de 2022, que foi quando tanto as escolas municipais quanto as estaduais retornaram com as suas aulas inteiramente presenciais. Durante o período de campo, mesmo que a medida do isolamento social tenha sido flexibilizada para boa parte da população do país, para essas crianças e adolescentes essa ainda era uma realidade, visto que eles só continuavam a sair para as consultas médicas, idas a pracinha do bairro ou passeios esporádicos com a equipe da institucional. Isso só solidifica ainda mais a categoria de “isolamento em dobro”, mostrando que o que já era uma realidade para esses sujeitos antes da pandemia, continua sendo mesmo quando as medidas de contenção da contaminação do vírus são flexibilizadas.

aí que pedi o celular de volta e disse “*vocês ouviram o que Liza disse? Não pode!*” e Vivi rebateu “*Liza não sabe de nada*”.

Por muitas vezes eu também fui alertada pelos funcionários sobre permitir o uso do meu celular pelas crianças e adolescentes, já que mesmo sem entregar em mãos o meu aparelho de telefone para elas, eu permitia que elas escolhessem alguns desenhos e vídeos no *YouTube* para assistirmos ou até mesmo entrava em algum perfil do *Instagram* que elas queriam ver, todas essas ações eram feitas por mim, apesar de elas darem as instruções do que queriam ver.

Mas além do uso do celular, fui usada pelas crianças e adolescentes para conseguirem outras coisas que na instituição havia sido proibida, como foi o caso dos dragões. Certo dia, logo que cheguei na instituição em um dia recebi vários pedidos de alguns dragões de Pietro, e como eu já estava devendo outros desenhos desde a minha última visita – mesmo que naquele dia tenha levado dois novos dragões para ele – dei a ele um caderninho e uma caneta que eu sempre levava à campo e pedi para que ele escrevesse os nomes dos dragões que ele queria que eu levasse. Mais tarde, soube por Tiana, a auxiliar de serviços gerais da Casa, que os dragões haviam sido proibidos na instituição por serem considerados do “demônio”. Algum tempo depois naquele mesmo dia quando questionei Pietro sobre a proibição dos dragões e ele me falou que havia sido proibido apenas imprimir os dragões *lá em cima*, mas que podia imprimir fora da instituição e levar para eles, já que inclusive a sua psicóloga havia prometido uns 20 dragões para ele na próxima consulta. Não posso afirmar se o veto dos dragões era como Pietro disse, mas o fato dele ter omitido a nova proibição quando me pediu novos dragões mostra o quanto que eu fui manobrada por ele para que ele pudesse ter acesso a algo que havia sido proibido.

Não vejo aqui o fato de eu ser manipulada em campo pelas crianças e adolescentes enquanto algo negativo – apesar de muitas vezes isso despertar um receio de minha parte de ser mal vista pela coordenação – pelo contrário, isso só mostra a astúcia desses sujeitos, que mesmo imersos em um sistema onde a sua agência não é incentivada, acabam criando modos de construir esses agenciamentos, fazendo até mesmo uso da presença da antropóloga em campo e a usando enquanto mais uma peça em seu jogo de circulação de poder, mostrando que assim como Foucault (1998) diz

acerca das precauções metodológicas ao se estudar o poder, este é algo que todos os indivíduos podem exercer e sofrer seus efeitos:

“Não tomar o poder como um poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguém, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação, nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (Foucault, 1998, p. 183)

Todas as situações aqui citadas e tantas outras que aconteceram em campo mostram que as relações de poder não são simples e muito menos concretas e fixas, não é apenas o mais forte (o adulto) que exerce poder sobre o mais fraco (a criança e o adolescente), mas é uma relação de poder que circula, onde as ações que as crianças e os adolescentes exercem no seu meio também são permeados e atravessados pelo poder (Michel, 2011).

Apesar dessas manipulações feitas “às margens do poder” (Ortner, 2006), que as crianças e adolescentes fazem a partir do conhecimento que elas têm sobre as dinâmicas de poder que regem a instituição, há uma outra forma que elas utilizam de burlar essas ações de poder sobre elas: as transgressões. Essas são mais incisivas e geram mais conflitos, transformando, em algumas situações, a instituição enquanto um espaço de disputas entre as funcionárias que não aguentam mais a desobediência dos garotos e garotas e as crianças e adolescentes que tentam a todo custo manter a sua autonomia. No tópico seguinte veremos como as transgressões causam uma nova expressão de conflitos que não foi abordada no tópico anterior que são os conflitos entre funcionários e acolhidos/as.

4.2. As transgressões

Uma das mais fortes expressões de transgressões dentro de uma instituição de acolhimento são as fugas, afinal de contas esta é uma clara resposta de que não se quer ficar ali. Em meu período de campo houve quatro episódios de fugas, sendo três protagonizados por Muci e um por Gabriela. No caso de Muci, em duas fugas ela conseguiu ficar um tempo maior fora da Casa, mas teve que retornar porque a sua mãe ainda não estava “apta” para cuidar da filha devido ao seu sofrimento psíquico e em um

episódio ela retornou à Casa no mesmo dia da sua fuga, ficando apenas poucas horas evadida. Já no caso de Gabriele, a sua fuga não se concluiu visto que ela só conseguiu pular o muro e logo quando chegou no meio da rua um funcionário a alcançou.

Mas para além das fugas – e ameaças de fugas⁶⁹ – há outros tipos de transgressões que as crianças e adolescentes cometem que devem ter o seu espaço dentro desta dissertação, ainda mais porque tomo essas transgressões também enquanto formas de agenciamentos desses sujeitos.

A Casa da Acolhida é um universo permeado por regras, algumas delas são as chamadas “*regras de convivência*”, onde era estipulado os modos de viver, contendo regras sobre não poder brigar um com outro, ter que viver em harmonia, fazer todas as refeições juntos na mesma mesa e tantas outras. Mas além dessas regras há também outras que são mais de cunho restritivas e proibitivas, como por exemplo a mais evidente delas: o horário do celular. Essa e tantas outras regras – incluindo algumas das de convivência – mudavam conforme a coordenação da Casa mudava, mas havia algo que permanecia independente de quem estava “*lá em cima*”: a resistência das crianças e adolescentes a algumas dessas normas.

Já escutei diversas vezes e presenciei diversas situações de reclamações dos funcionários acerca da desobediência dos meninos e meninas da Casa, sobre o fato deles não obedecerem de propósito, frases como “*olha como elas são, não obedecem*” e comentários de que nem os seus próprios filhos davam tanto trabalho que nem aquelas crianças, eram costumeiras em meus dias de campo.

Esses episódios de “desobediências” eram constantes, e um deles foi relacionado ao horário do celular. Neste dia, já havia passado o horário que a coordenação permitia que as crianças e os adolescentes usarem o celular, mas Tadeu e Lucas, principalmente Lucas, se negou a deixar de usar o aparelho mesmo após o término do tempo estabelecido:

⁶⁹ Algumas crianças e adolescentes me contam sobre esse desejo de fuga, de como elas não aguentam mais a morar ali e apesar de entender todo a situação eu me coloco no lugar de tentar desmotivar essa intenção de fuga, isso porque eu sei que nesses casos essa não é a melhor saída, principalmente em casos como o de Gabriele que a adolescente não tem quem possa receber ela fora da instituição, correndo o risco assim dela ir parar nas ruas. Essa questão acaba tocando em algo de ordem ética, isso porque o desejo de fuga e a explanação desse desejo apesar de muitas vezes não ser um segredo – já que de vez em quando eu ouvia um comentário de que alguém estava querendo fugir – me despertava questões de será que eu devo contar a coordenação ou a algum funcionário sobre o desejo de fuga desta criança ou adolescente? Será que isto não é uma quebra de confiança que esta criança ou adolescente colocou sobre mim?

Na sala, quando estavam todos – ou a maioria – acabou acontecendo uma situação digna de nota: Tadeu e Lucas estavam usando o celular e Liza comentou com Tiana que os meninos estavam usando celular fora do horário. Tiana e Iris foram então pedir os celulares aos meninos, Tadeu entregou com certa “facilidade”, apesar das reclamações. Mas Lucas foi o mais incisivo na questão de não querer entregar o celular, **o garoto ignorou as duas funcionárias falando que não iria entregar o celular de forma alguma, pois elas não mandavam nele.** Tiana explicou calmamente que ele precisava entregar o celular, pois o horário era das 13hr às 15hr, e já era quase 15hr30. Ameaçou falando que se ele não entregasse o celular, à noite – no terceiro turno do celular – ele não iria poder usar ele, como forma de punição. As expressões corporais das pessoas envolvidas na cena falavam muito sobre como a cena acontecia: Lucas estava sentado no sofá, escondendo o celular nas suas costas enquanto Tiana estava em pé, curvada em sua direção e falando de forma bem calma sobre o que irá acontecer se caso não entregar o celular (além de não poder usar a noite). Tiana fala sobre a mãe do menino, sobre ela estar tentando tirar ele e os irmãos dali e que ele não podia ser desobediente senão ia demorar a sair. Iris também tenta de forma até pacificadora tomar o celular da mão de Lucas, porém sem sucesso, visto que Lucas continua com a sua pose defensiva escondendo o celular nas suas costas. Nessa hora Liza começa a gritar, falando que é pra ele entregar porque são as regras e lá na Casa tem que cumprir as regras, inclusive do celular. A cena inteira não durou mais do que cinco minutos, e depois de muita confusão, gritos e negativas de Lucas em entregar o celular conseguiram fazer com que eles “obedecessem”, isso porque os meninos resolveram entregar o celular. As funcionárias após recolherem os aparelhos falaram que só entregariam novamente no próximo horário do celular.

(Diário de Campo, 17 de setembro de 2021)

A cena narrada é algo que pode parecer simples: um adolescente exercendo sua rebeldia diante das regras, mas, é interessante perceber como que para Lucas a ideia de entregar o celular dele é algo que não apenas não o agrada, mas que fere a liberdade dele. Lucas me falou dias depois que o único bem material que ele tinha era o celular, que foi comprado de segunda mão com o dinheiro que ele ganhou trabalhando calibrando pneus em dois postos de gasolina próximo de onde ele morava. Nessa mesma conversa o adolescente me falou que uma das coisas que menos gosta na Casa é não poder sair, não ter a liberdade que ele tinha. É importante ressaltar aqui que Lucas mesmo tendo 15 anos contribuía para o sustento da sua casa com o seu trabalho de calibrar pneus e de vender frutas na feira. Esta cena relatada acima aconteceu no primeiro dia que conheci Lucas e seus irmãos mais novos, poucos dias depois da sua chegada à Casa, ou seja, além de tudo ele era acostumado com uma certa independência e estava agora em um ambiente novo onde uma restrição que ele não era acostumado estava sendo imposta. Neste mesmo dia Lucas ameaçou fugir da instituição, mas não o fez.

Sem intenção alguma de julgar se as regras que a Casa impõe tem caráter positivo ou negativo, levanto a questão de que a desobediência, nestes casos, expressa mais do que um ato de rebeldia, como me falaram as funcionárias da Casa ao reclamarem de como as crianças e adolescentes são desobedientes. É interessante pensar que o que os funcionários chamam de desobediência talvez seja o último recurso que as crianças e adolescentes tenham para manter a autonomia que uma vida formalmente administrada em uma instituição total (Goffmann, 1974) tira delas.

Pelo que pude perceber em meus dias de campo o celular – o uso deste e os usos das redes sociais – eram constantes alvos de proibições e restrições, e consequentemente de resistência por parte das crianças e adolescentes. Além do horário do celular que muitas vezes não era respeitado, com as adolescentes preferindo ficar o dia inteiro no quarto de portas fechadas para utilizar o aparelho em horários não permitidos sem a coordenação saber ou até mesmo sendo mais incisivos em não entregar e/ou guardar o celular depois do término da “*hora do celular*”, havia também a proibição de publicação de conteúdo por parte principalmente das adolescentes, e esse impedimento era o mais burlado.

Todas as crianças e adolescentes da instituição eram adeptas às chamadas “*dancinhas do TikTok*”, além de saber as músicas em alta, serem fãs de alguns *TikTokers*⁷⁰ famosos, todos eles sabiam as coreografias das músicas, que em sua maioria eram de *funk* ou forró. E por estarem imersas nessa forma de entretenimento as adolescentes gastavam boa parte do seu tempo em gravar vídeos fazendo essas dancinhas e postar no *Instagram*, mas logo foram proibidas de gravar esses vídeos e algumas vezes de até dançar e escutar esses estilos de músicas no dia a dia.

Porém, apesar da proibição, as adolescentes não deixaram de postar os seus vídeos, como muitas vezes eu vi enquanto me atualizava sobre a vida na Casa através das redes sociais delas. Mesma coisa aconteceu com a proibição de postar fotos que aconteceu poucos dias antes do meu último dia de campo. Soube dessa nova proibição junto com alguns funcionários e outras crianças e adolescentes da Casa, afinal ela era bem recente. Quem nos contou sobre a nova proibição foi Lucas, que de acordo com ele quem tinha lhe dito foi Marcela, uma das coordenadoras. Todo mundo que estava sabendo da nova regra pela primeira vez ficou curioso para saber se era mesmo verdade

⁷⁰ *TikTok* é uma rede social muito famosa em todo o mundo, que tem o objetivo de entregar conteúdos rápidos e dinâmicos em forma de vídeo. Os *TikTokers* são os usuários da plataforma.

e puderam confirmar isso quando Marcela desceu e Thaís, a educadora social que estava conosco no momento, perguntou a coordenadora sobre o assunto, que confirmou e ainda complementou que agora as fotos seriam postadas por ela e pelo celular dela, e consequentemente diante da aprovação dela, “*isso não é culpa minha, é culpa de vocês mesmo.*”

Apesar da nova norma poder carregar uma justificativa pertinente, às crianças e os adolescentes não receberam nenhuma explicação sobre a proibição, o que pode ter contribuído para que ela não fosse tão bem aceita por eles, mesmo que o fato de “não postar fotos” fosse pauta antiga, já que tanto eu como diversas crianças e adolescentes escutaram de algum funcionário a recomendação de não postar fotos⁷¹. Porém, apesar da indignação das crianças e das adolescentes diante da nova proibição, elas não deixaram de postar as suas fotos nos perfis do *Instagram*, como eu pude ver naquela mesma semana quando Vivi, Muci e Gabriele postaram fotos delas em um passeio que tinham feito com os funcionários da Casa. O mais interessante dessa transgressão é que ela foi pública, as garotas não transgrediram a regra escondidas, pelo contrário elas *postaram* a contravenção que elas fizeram a esta norma.

Outros atos de transgressão das crianças e adolescentes acabam gerando conflitos entre eles e alguns funcionários. Muitas vezes presenciei situações de conflitos entre estes dois grupos e a maior causa disto eram as desobediências dos meninos e meninas da Casa, que ao desobedecerem às ordens dos educadores sociais recebiam o castigo de ficar no quarto por um tempo, uma forma de diminuir o conflito e punir o desobediente deixando-o isolado dos outros.

Essas transgressões e as manipulações das posições de quem manda e quem é subjugado são duas formas que as crianças e adolescentes utilizam como recurso para conseguir manter uma autonomia e ter poder sobre situações às quais elas não escolheram. Estar acolhido nunca foi uma decisão que partiu delas, por mais que algumas queiram retornar à Casa se o convívio com a família não dá certo, como foi o caso de Tadeu, e mesmo com algumas crianças e adolescentes acharem que a vida na instituição é melhor do que sofrer abusos pela família.

⁷¹ Além disso recordo-me que uma das primeiras regras que eu vi no quadro de avisos no meu primeiro dia de campo era relacionado a proibição de fotos das crianças e adolescentes. Uma outra situação que mostra como a pauta das fotos não era novidades foi quando algumas semanas depois de levar a câmera fotográfica para as crianças e adolescentes, Lulu começou a apagar algumas fotos que tinha na câmera e me falou que só ia excluir as fotos com o rosto deles, porque não pode.

Além de ser palco dessa disputa de poder entre crianças e adolescentes – que tentam manter o mínimo de autonomia – *versus* adultos agentes do Estado, a Casa de Acolhimento vira um palco de disputas também entre a família e a instituição, principalmente no que se refere ao cuidado com a criança e o adolescente. Porém, o mais interessante dessa disputa é que quem representa a família são as crianças, que defendem – ou não – elas de algumas acusações que a instituição faz. Para se compreender melhor acerca dessa disputa e o porquê da inclusão dela nesta dissertação, o tópico seguinte traz a discussão desse tema.

4.3. Uma disputa de poder: a presença da família na instituição

Conforme já mencionado nos capítulos anteriores desta dissertação, apesar da família – representado aqui pelos familiares mais próximos das crianças e adolescentes acolhidas⁷² - não estar presente de forma concreta dentro da instituição, apesar dos contatos esporádicos que tive com alguns familiares quando estes faziam visitas à instituição⁷³, a família se fazia presente de forma simbólica na instituição, principalmente nas falas e memórias das crianças e dos adolescentes, nos seus desejos de sair da Casa e nos motivos apresentados de achar a instituição melhor do que “*viver apanhando em casa*”. Ou seja, apesar da Casa de Acolhimento se apresentar enquanto um lugar de “ausência da família” ela ainda é presente.

A família também se fazia presente de forma simbólica em disputas de poder acerca dos cuidados com as crianças e adolescentes, ou seja, apesar de não estarem presentes na Casa as crianças e adolescentes os defendiam sempre que a defesa era necessária nessa disputa de quem cuida mais: a família ou a instituição. Diante disso, é aí que se encontra o motivo deste tema ser incluído na dissertação, porque essa “defesa” que algumas das crianças e adolescentes da Casa fazem se encaixa nas táticas de resistência que esses sujeitos criam.

⁷² Neste trabalho a categoria família não se limita apenas aos pais das crianças e adolescentes da Casa, ainda mais que os grupos dos irmãos que estão acolhidos também se encaixam enquanto família, principalmente nesse contexto onde o laço de consanguinidade se mantém quando outros laços de familiares sofrem ruptura pelo afastamento da criança do convívio familiar.

⁷³ Por muitas vezes os dias das minhas visitas coincidiam com os dias de visitas de familiares a algumas das crianças e adolescentes, pude presenciar as visitas da irmã e do cunhado de Liza, Vivi, Lulu e Polly, da mãe de Dedé e Pietro e da mãe de Igor, Ian e Lucas. Mas por muitas vezes optei em não ficar muito próxima das crianças e adolescentes com seus familiares, com medo de atrapalhar um momento que além de ser íntimo era também esporádico e especial para as crianças e adolescentes que estavam naquela visita revendo familiares queridos.

Havia uma preocupação por parte da coordenação da Casa em preservar a integridade – principalmente física – das crianças e adolescentes da Casa enquanto eles estivessem institucionalizados ou como William, diretor da instituição, falou para Dedé em uma situação onde a menina defendia a mãe depois de um fim de semana que ela passou junto a família e voltou à instituição com alguns machucados feitos pelo cachorro dela *“eu to aqui para preservar a sua integridade.”*

Esse cuidado institucional, além de ser a principal funcionalidade da instituição, acaba também se encaixando diretamente na hierarquia de poder que a Casa faz parte na chamada “rede de proteção”. Ela, enquanto uma instituição de acolhimento que está aplicando uma medida protetiva, e, que responde à alçada do judiciário, precisa preservar a integridade – e mostrar esta preservação – da criança e adolescente que ali está acolhida. E em muitas situações, pude ver o quanto que essa preocupação em preservar e mostrar que está se preservando, se fazia presente:

Enquanto estava ali naquele terraço – lugar que eu fiquei boa parte da tarde naquele dia – junto com Andreia e Kleber, educadores sociais plantonistas do dia, e Dedé, Pietro, Lucas, um novo assunto surgiu entre nós quando William, diretor da instituição, se juntou a nós. O novo assunto era um machucado que Dedé apresentava, perto da orelha, isso porque a menina não parava de ficar coçando a área. Andreia nos falou que a menina tinha pegado isso na casa da mãe dela, no fim de semana, e a menina defendeu falando que não, que já estava com isso antes de ir para a casa da mãe. William concordou com Andreia e acrescentou “isso aqui tem cara de rabuje, que ela pegou com o cachorro que a mãe tem”. Ele ainda completou que a menina sempre que coça o ferimento acaba só o piora e ainda disse, em tom bem firme “e aí se a gente não deixa ir pra os pais, chora e diz que a gente é ruim” – essa parte ele disse olhando diretamente para mim, que só acenava. Dedé foi logo defendendo a mãe, insistindo que não foi na casa da mãe que ela se machucou, William logo disse “eu to aqui para preservar a sua integridade.” E voltando a olhar para mim ele disse **“os pais acham que a gente é empregado deles, que os filhos estão sendo cuidados por empregados. Esse dia o pai de Tadeu ligou estressado porque o filho estava doente, mas eu disse a ele que quando o menino estava doente na casa dele ele não levou para o médico e quem ficou o dia com ele no hospital foi a cuidadora, quem correu atrás de remédio foi a gente.”** Voltamos então ao tópico do machucado de Dedé, e ele nos fala que a menina também está com algumas mordidas de cachorro, e logo depois traz a menina para perto de mim para que eu veja as tais mordidas e diz “mostra a tia o machucado e as mordidas”, a menina então me mostra o braço e o ferimento na orelha, percebo que ela realmente está com uma mancha vermelha e aparentemente irritada na parte de trás da orelha, ela também está com alguns arranhões que parecem realmente mordidas leves de cachorro. Confesso que me assusto um pouco com a quantidade de mordida que está no braço de Dedé e ela logo vai me contando que foi “Bebê” o cachorrinho dela que fez isso, comento para ela que é preciso educar o “Bebê” para ele não a morder tanto e ela me conta que ele é educado, que o cachorro tem 4 anos e que faz isso porque gosta de brincar. Comento também que sobre o ferimento

na orelha é bom que ela não coce ele, porque quanto mais coçar mais ele vai ficar maior e demora a sarar, ela diz que tenta, mas que coça muito.

William ainda me fala que Dedé sempre que vai para a casa da mãe aparece com algo novo na segunda, deixando bem evidente nas entrelinhas que essas “coisas novas” sempre aparecem quando ela está com a mãe. A última “coisa nova” foi que Dedé apareceu na segunda com o cabelo liso, mesmo com todos da Casa falando que não deveria aplicar selagem no cabelo da garota, por ela ainda ser criança. Mais uma vez Dedé sai em defesa da mãe, falando que não passou selagem e sim que só deu chapinha no cabelo. William diz que não acredita e ainda pergunta “já viu cabelo cacheado como o dela segurar uma chapinha assim como o dela tá?”

(Diário de Campo, 05 de novembro de 2021)

A situação narrada foi uma das memoráveis que eu presenciei no que se refere a essa disputa de poder referente ao cuidado da criança e do adolescente acolhido, isso porque apesar do coordenador deixar muito claro que eles não são “*empregados dos pais*”, ele também levanta a questão de que as garotas e os garotos da Casa recebem na instituição o cuidado que não vem dos pais, afinal foi na casa do pai que Tadeu não foi levado ao médico quando estava doente, foi na casa da mãe que Dedé se machucou.

A literatura já mostra que há uma ocorrência no fato de que as cuidadoras e funcionários de instituições deste tipo sempre carregam uma ideia que a instituição e o cuidado oferecido por eles é mais benéfico do que o que a família oferece e que por muitas vezes o indivíduo vai parar na instituição por conta desse mal cuidado – ou falta de cuidado – por parte da família (Brandão, 2019). Uma etnografia feita por Longhi (2018) mostra que isso ocorre também em instituições para idosos, mostrando que esta ocorrência não se limita apenas em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. A diferença entre essas duas instituições – as de atendimento para idosos e as de acolhimento para crianças e adolescentes – é que esse discurso da família que não cuida é legitimado pela aplicação da medida protetiva de acolhimento, visto que esta – em tese – só é aplicada quando há uma violação de direito dentro do seio familiar que traz risco social e pessoal para a criança e adolescente, ou seja, quando a família “não cuida direito”. Essa ideia, que às vezes se faz presente por parte da instituição, de colocar a Casa enquanto um lugar melhor do que a família, me lembrou a fala da psicóloga da Casa no dia que Tadeu retornou a Casa após uma tentativa de reintegração familiar com o pai “*ali agora era sua casa*”.

Esta legitimação de que a família é “negligente” e que é ali na Casa que eles “*tem de tudo*”, como disse Tiana em meu primeiro de campo ao perguntar o porquê das

crianças e adolescentes não mudarem seu comportamento quando chegam à Casa, acaba fomentando esta disputa em relação aos cuidados com as crianças e adolescentes. De um lado a instituição, que mostrando que responde a uma alçada judiciária, se preocupa em manter a integridade das/os acolhidas/os, promovendo lazer, combatendo a ociosidade – como foi mostrado no capítulo 2 – garantindo alimentação, cuidado, proteção, acesso a escola e outros bens e serviços que a família não possa promover; do outro lado a família, representada aqui pela criança e adolescente que invoca o cuidado que a família tem ou tinha com eles quando eles moravam com a família. Esta ideia de que é na instituição que as crianças e adolescentes têm acesso a “tudo” só corrobora com uma imagem que já é conhecida nas mídias, no senso comum e que, por muitas vezes legitima a intervenção desses agentes nas famílias, que é a da associação da pobreza com a falta (Longhi, 2001).

Todavia é importante ressaltar que apesar da instituição às vezes se colocar enquanto a provedora de “*tudo*” para a criança e adolescente e um lugar onde eles vão ser cuidados, há um consenso entre os funcionários e coordenação de que o melhor é viver com uma família “estruturada”. E isso é perceptível na preocupação que a coordenação tem em conferir se a família está se “ajeitando” para receber a criança e o adolescente, como foi no caso das irmãs Lulu, Vivi e Liza que estavam em processo de serem reintegradas à irmã mais velha, porém isso era algo que não se tinha certeza ainda, já que de acordo com William e Marcela, coordenadores da instituição, apesar da irmã mais velha das garotas ter conseguido uma casa para morar com o auxílio do programa “Aluguel Social” ela estava grávida do terceiro filho, “*sabe né, tu já viu ela, é nova, já tem duas filhas pequenas e agora tá grávida do terceiro, não sei se tem condições de cuidar das meninas*”. Isso mostra que a volta à família só é aprovada quando esta se apresenta enquanto “ideal” a partir de uma construção sociocultural e histórica de determinados comportamentos (Junior de Andrade, 2010), sendo que esta construção corresponde às das ideologias e necessidades de um grupo em específico, fazendo com que os grupos subalternos sejam julgados e analisados a partir da ótica desse grupo dominante, que muitas vezes não são pertinentes à sua organização e seus valores (Longhi, 2001).

Um outro ponto que eu quero tocar em relação ainda a essa situação narrada anteriormente é o do cabelo de Dedé, isso porque comentários acerca do processo de alisamento do cabelo da menina não foi algo exclusivo dessa situação. Pude presenciar

diversas cenas que a menina queria mudar o cabelo, de cacheado para liso, mas a coordenação da Casa não permitia isso, e se permitia era apenas algo temporário, sem o uso de produtos com química no cabelo dela. Inclusive o uso de produtos químicos no cabelo de Dedé rendeu uma outra situação, na qual Karol, uma das diretoras da instituição, mandou a menina tirar o produto do cabelo depois de já aplicado:

Logo quando cheguei na Casa naquele dia, Dedé me perguntou se eu podia passar a selagem no cabelo dela, respondi a ela que não sabia e não queria correr o risco de estragar o cabelo dela. Vivi foi logo dizendo a Dedé que ela ia passar, porque ela sabia, perguntei a ela “tu sabe mesmo?” e ela me respondeu “sei, tia, é fácil”. (...) Quando Vivi já estava finalizando a aplicação da selagem no cabelo de Dedé, ali na sala onde estava junto com a gente a Andreia, educadora social plantonista. Karol entrou na sala e foi logo me cumprimentando, mas ao ver que o cabelo de Dedé estava cheio do produto que Vivi estava aplicando, pergunta à menina quem havia deixado ela colocar o produto, porque ela ainda não tinha autorizado. Dedé então responde que foi a mãe dela que tinha deixado o produto na Casa quando foi lá sábado e isso é confirmado pelas funcionárias que estavam presentes na sala. Karol perguntou com quem a mãe de Dedé havia deixado o produto e Andreia responde que foi com a própria filha, falando que poderia usar o produto. Karol repete que não estava autorizado usar o produto, que inclusive havia tido a mãe de Dedé que ainda iria pesquisar se era bom usar esse produto em uma criança, visto que a maioria desse tipo de produto havia formol na composição e que por conta disso ainda não tinha autorizado o uso dele. Durante todo esse diálogo, Vivi parou de aplicar o produto na parte do cabelo de Dedé, enquanto isto Karol sentada em um outro sofá da sala ficou tentando ligar para Olívia, a psicóloga, para ver se ela havia pesquisado sobre o produto, se era próprio para crianças, porque mesmo sendo “orgânico” (aspas colocada pela Karol) ainda poderia fazer mal, ainda mais que, de acordo com ela, Dedé havia tido um ataque epiléptico no domingo passado. Aline, a outra funcionária que estava com a gente, falou que a mãe da menina havia trazido o produto no sábado, querendo que passassem o produto no sábado mesmo “no dia que a senhora não tava” ressaltou Aline e ela falou que não deixaram isso, porque precisavam da autorização da direção. Diante de toda a situação onde o principal era saber se o produto era nocivo ou não, Vivi e Dedé insistiam no fato de que a menina já havia usado o produto e Karol respondeu que não tem nada a ver, que ainda assim poderia ser prejudicial. Inclusive ela nos disse que iria fazer até um termo de responsabilidade para a mãe assinar falando que ela aprovava o alisamento do cabelo da filha, visto que ela tinha os cabelos cacheados no momento **“para ela não dizer que houve algo, temos que estar respaldado com tudo”** completou Karol. Vivi fala a Karol que não sabia que não podia passar o produto e Karol disse que sabe disso, que a culpa não era dela. Diante da resposta da coordenadora, Dedé então pergunta se ela está acusando a sua mãe e Karol fala que não, que ninguém está acusando ninguém, mas que era para esperar ela dar a autorização. A diretora enquanto esperava alguma resposta de Olívia sobre a selagem, começou olhar a caixa do produto e ler as “letras miúdas” da embalagem. Importante falar que durante todo esse tempo, Dedé continuou com o produto no cabelo esperando um veredito se era ou não para crianças aquela selagem. E durante toda essa situação, o assunto do momento era a selagem, e boa parte do pessoal da Casa veio até a sala. Todos tinham uma opinião a dar “selagem não é produto de criança”, “bem que eu disse”, “logo esse? A pior marca”. E o veredito foi dado: depois que Karol leu na caixa que crianças não poderiam aquele produto, ela deu a ordem a Dedé

“vai tirar isso do cabelo”. A garota não discutiu, foi acompanhada pela educadora social para lavar o cabelo. E o assunto continuou, as opiniões continuavam a ser dadas sobre o produto, até que alguém “esse é o mesmo que a mãe usa, não é pra criança”

(Diário de Campo, 23 de agosto de 2021)

A situação narrada acima acaba corroborando com algo que já foi dito anteriormente, sobre o cuidado institucional oferecido pela instituição estar inserido dentro de uma hierarquia de poder que a Casa está inserida. Fazer a mãe assinar um termo de responsabilidade, mostrando que ela estava ciente da mudança no cabelo da garota, para que a instituição tenha respaldo se caso a mãe de Dedé falar que houve algo, é um exemplo de como todo o cuidado oferecido pela instituição à criança e ao adolescente acolhida/o responde a uma alçada maior.

Pode parecer que os julgamentos contra a família sejam sempre constantes dentro da instituição, mas a verdade é que apesar de se fazer presente nas entrelinhas dos discursos não é algo que muitas vezes é dito de forma evidente, principalmente na frente das crianças e adolescentes. Mas quando elas marcam presença são sempre frases culpando a criação das crianças e adolescentes pelo seu mau comportamento, como Kleber, que exerce a função de educador social, disse em meus primeiros dias de campo *“mas é a criação. É que nem quando adota, o casal pega aí não põe limite diz que não conseguiu educar e manda de volta”*, ou frases falando que os pais não colocam limites nos seus filhos ou que não aguentam os seus filhos, como foram nos casos de Muci e Tadeu fizeram presentes sempre que se fala das crianças e adolescentes, ou mais precisamente das famílias deles.

Nessas disputas de poder acerca do cuidado, pude detectar que dentro da instituição havia uma culpabilização das famílias, como sendo a parte que não cuida e que não impõe limites às crianças e adolescentes. Apesar das situações de disputas família x instituição estarem presentes desde o meu início de campo, só fui poder analisar *a posteriori* o papel das crianças e adolescentes nessa disputa enquanto defensoras de suas famílias. Ainda mais porque o “não cuidado” de suas famílias, principalmente no caso de Dedé que estava em processo de reintegração, representava um risco de ter sua volta para casa suspensa. Importante ressaltar que aqui não tenho pretensão alguma em determinar quem está certo ou errado nessa disputa, mas é interessante analisar o modo como ela se dá, ainda mais que a literatura mostra o quanto

que é frequente este movimento das instituições de enfatizar os seus cuidados, o posicionando enquanto sendo mais benéfico do que o que a família oferece e oferecia à criança e ao adolescente (Junior de Andrade, 2010; Brandão, 2019; Prestes, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa etnográfica, que durou todo o ano de 2021 com visitas semanais à Casa de Acolhimento localizada na Região Metropolitana de João Pessoa, no estado da Paraíba, teve por objetivo investigar as formas de sociabilidade e táticas de agenciamentos que as crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente desenvolvem neste contexto institucional em tempos de pandemia de Covid-19, onde elas vivem o que eu chamo de “isolamento em dobro”. Parto do princípio que o isolamento social – que foi a principal medida de contenção da propagação do vírus SARS-CoV-2 – não foi uma novidade para este grupo, visto que eles já viviam uma espécie de isolamento, dado ao fato de ter suas saídas da instituição limitadas a idas à escola, às consultas médicas e alguns passeios pontuais organizados pela instituição ou por voluntários, e tendo, que em todas essas saídas estarem acompanhados de um adulto funcionário da instituição.

Quando iniciei o projeto de pesquisa que veio a me levar a ser aprovada para o mestrado no PPGA/UFPB imaginava que diversas adversidades iriam ser encontradas em meu caminho para a realização desta pesquisa, afinal de contas havia a dificuldade de se ingressar em um campo como este, repleto de relações de poder e onde as portas às vezes são fechadas para pesquisadores. Mas uma dificuldade que eu nunca imaginaria que iria assolar o andamento desta pesquisa – e do meu mestrado – fosse uma pandemia mundial, de um vírus desconhecido e com alto poder de letalidade.

Fazer pesquisa de campo em tempos pandêmicos vai muito mais além de levar na bolsa um frasco de álcool em gel e ir sempre usando uma máscara no rosto – objetos tão essenciais como o caderno de campo para o antropólogo – é lidar com questões éticas que vão muito além de documentos burocráticos. O risco – de se contaminar e de contaminar os interlocutores – permeia toda a pesquisa e faz com que a relação de cuidado com outro e com si seja essencial e primordial.

Porém apesar de todas as adversidades, a pesquisa etnográfica foi finalizada e a dissertação foi concluída, com as suas limitações provenientes do momento que foi realizada. Essas limitações deixaram lacunas abertas nesta dissertação, que talvez – e assim espero – em um futuro possa conseguir responder pelo menos algumas dessas lacunas. Entre essas limitações estão aquelas que foram consequência do meu tempo

mais curto dentro da instituição, como maiores informações acerca das relações dos funcionários e coordenação com a família das crianças e adolescentes, assim como também alguns dados sobre a vivência de todos da Casa – crianças, adolescentes, equipe técnica e demais funcionários – da pandemia, tanto em termos de autocuidado, como as próprias dificuldades que cada grupo enfrentou neste período.

Apesar de não possuir muitos dados referente ao ano de 2020 e o cotidiano da Casa no primeiro ano de pandemia – o qual foi o de maiores restrições, já que a instituição suspendeu as visitas dos familiares e as crianças e adolescentes viveram o isolamento social mais rígido – consegui através do contato, tanto presencial quanto *online*, já no ano de 2021 compreender um pouco de como a Casa viveu o primeiro ano de pandemia, a partir de alguns relatos e conversas que tive com algumas das crianças, adolescentes e funcionários.

Já com a pesquisa de campo realizada em 2021 consegui compreender mais diretamente como a Casa viveu o segundo ano de pandemia, que foi ao mesmo tempo o mais letal e também marcado pelas flexibilizações e afrouxamentos das medidas de contenção da propagação do vírus. As dificuldades estruturais, as chegadas de novas/os acolhidas/os, o enorme fluxo de rotatividade dos funcionários, o acúmulo de tarefas dos educadores sociais e etc. Tudo isso me mostrou que apesar da aparente normalidade que salta aos olhos assim que pisamos na instituição – com poucos funcionários usando máscara, com nenhuma criança e adolescente usando máscara e com a pandemia sendo um assunto raro entre as conversas – a realidade se descortina quando acompanhamos o cotidiano da instituição, mostrando que apesar do que Liza, uma das adolescentes da Casa, me disse quando quis argumentar sobre o meu uso da máscara “*a covid é só lá fora*” as consequências da pandemia também ingressam na instituição, mesmo que a doença em si não entre⁷⁴.

A categoria “isolamento em dobro”, que abarca não só as crianças e adolescentes acolhidas em instituições de acolhimento institucional, mas que também pode incluir presidiários e jovens cumprindo medidas socioeducativas, ou seja, indivíduos que apesar de estarem inseridos – de certa forma – na cidade, estão isolados dela foi pensada antes mesmo do meu ingresso a campo, quando ainda estava em um

⁷⁴ Durante o ano que estive realizando a pesquisa na instituição, não soube de nenhum funcionário ou criança e adolescente que tenha positivado para a Covid-19, mas soube, através do relato da diretora que conheci em minha primeira visita ainda em 2020, que houve casos na instituição, mas nenhum grave.

processo de reflexão sobre as mudanças que a pandemia estava trazendo para a pesquisa naquele momento. Pensar em um “isolamento em dobro”, o viver uma pandemia quando o isolamento não se é algo novo, nos faz voltar a nossa atenção há uma realidade que, e aqui me refiro exclusivamente às crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente, apresenta uma complexidade que requer uma cautela no momento de reflexão: a medida protetiva contra uma violação de direito que viola um outro direito, a da convivência familiar e comunitária.

Essa violação de direito para proteção diante de um outro direito violado foi tema de discussão de alguns trabalhos feitos em instituição de acolhimento (PRESTES, 2010; SNIZEK, 2008; JUNIOR DE ANDRADE, 2010) que concomitante a essa discussão fazem também uma reflexão sobre as melhores condições de vida de crianças e adolescentes acolhidas, se é com a família de origem ou se é uma instituição de acolhimento. Nesta dissertação, o foco não é de modo algum julgar se a vida na instituição é mais ou menos nociva do que a vida com a família e sim, analisar de forma crítica, as nuances que a Casa traz em seu funcionamento a partir dos relatos das crianças e adolescentes que fazem a instituição, que mostraram que esta nunca é boa ou ruim por si só, a adjetivação dela está intrinsecamente relacionado às experiências anteriores dos sujeitos com as suas famílias. Além disso, há um outro fator que vai auxiliar na definição sobre a instituição ser boa ou ruim na visão das crianças e adolescentes: os plantões. Os plantões bons – ou melhor dizendo, os funcionários que fazem aquele plantão – os mais permissivos, onde eles podem brincar mais e ficarem mais soltos são os melhores e mais elogiados em detrimento dos plantões ruins, que são os mais proibitivos e restritivos que são os que os garotos e garotas da Casa menos gostam.

Conforme mencionado esta pesquisa contém suas limitações, mas apesar delas, o sentimento que me toma é de um dever cumprido, pois consegui manter um dos objetivos que me norteou desde quando esta pesquisa ainda era um desenho de um projeto: o de priorizar as falas e vivências das crianças e adolescentes da Casa de Acolhimento. Elas foram protagonistas dessa pesquisa, me mostraram a Casa que elas conhecem, que elas moram, os motivos que fazem elas gostarem dali e os motivos que fazem elas desgostarem. As quinze crianças e adolescentes que foram partes essenciais desta pesquisa, me mostraram as mais diversas nuances que fazem parte de um contexto de uma unidade de acolhimento e eu espero que durante todas as páginas desta

dissertação essas crianças e adolescentes também tenham conseguido mostrar isso a todos que leram. Os conflitos, as ligações afetivas entre irmãos que se mantêm mesmo quando os outros laços familiares sofrem rupturas com o acolhimento institucional e as afetividades novas, que eles e elas constroem lá dentro, tanto com outras crianças e adolescentes quanto com os adultos com os quais eles convivem diretamente, os funcionários e a equipe técnica.

As táticas de resistência e os modos de agenciamentos dessas crianças e adolescentes se mostraram uma outra nuance do viver na instituição. Esses sujeitos, a partir do conhecimento que eles tinham de como funcionavam as relações de poder existentes dentro da Casa – conhecimento esse que só foi obtido a partir das suas experiências e vivências dentro do serviço de acolhimento (e com aproximações a outros órgãos da chamada Rede de Proteção) – conseguiam manejar as posições de poder (Ribeiro, 2015).

A análise antropológica do cotidiano da instituição mostrou que apesar da Casa ser um lugar da “ausência da família”, visto que a criança e o adolescente está ali por não poder estar com a família – por qualquer que seja o motivo – ela ainda se faz presente na instituição, tanto de forma concreta através dos grupos de irmãos e de algumas visitas que as crianças e os adolescentes recebem de seus parentes quanto de forma simbólica através das falas, relatos, memórias – boas e ruins – e justificativas de preferir ou não morar na instituição.

Há três pontos na pesquisa etnográfica que por falta de tempo – tanto para se aprofundar em campo e para se aprofundar nas reflexões *a posteriori* – e de espaço nesta dissertação, mas que pretendo discutir no futuro, pois são três pontos que entendo enquanto relevante: (i) o cuidado institucional, esse cuidado que não é só uma relação de afeto, há uma relação trabalhista por trás; (ii) relações de gênero na instituição, tanto em relação aos funcionários, quanto as próprias crianças e adolescentes que a partir dessas relações de gênero desenvolviam relações de cuidados com outras/os acolhidas/os, assim como relações de proximidades e distanciamentos, com as “coisas de meninas” e “coisas de menino”; (iii) o recorte racial, esse apesar de se fazer presente na instituição, afinal eu percebi que apesar da Casa ter um atendimento misto em gênero e idade, havia uma coisa que não era tão mista assim: o recorte racial das crianças e adolescentes ali acolhidas, que em sua maioria eram pretas e pardas, não foi

aprofundado nesta dissertação por falta de tempo para a reflexão, visto que essa é uma discussão que deve ser feita com cautela, visto o próprio histórico de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, que sempre teve um público alvo: a infância pobre, e principalmente a infância pobre e preta.

Finalizo ressaltando a relevância de trabalhos sobre a política de proteção às crianças e aos adolescentes que reitera a importância dessas políticas e dos direitos desses sujeitos, ainda mais diante de tantos casos recentes de violações e perda de direitos das crianças e dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

ADCHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira e LONGHI, Marcia. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. IN: SCOTT, Parry e et al (orgs). **Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente**, Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.

AURINO, Ana Lucia Batista e et al (orgs). **Defesa, abandono e acolhimento de crianças e adolescentes: o paradoxo do estado (des) protetor**, João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

BERNARDI, Dayse Cesar Franco. **Levantamento nacional sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de covid-19**: apresentação dos resultados, São Paulo: NECA: Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e Fice Brasil, 2020.

BORDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Editora Fim de Século, Lisboa: 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer o trabalho de campo. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, Jan/jun. 2007, P. 11-27

BRANDÃO, Fernanda Sattva de Espindola. **Chegar, ficar e (talvez) sair**: etnografia de jovens adolescentes institucionalizadas de um abrigo em João Pessoa/PB. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Antropologia, UFPB, João Pessoa.

BRASIL. **Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990**: dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente

BRASILIA. **Orientações técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. 2009

BRASÍLIA. **Informativo sobre a Nota Técnica SNAS nº 11/2020**.

BRASÍLIA. **Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

BRITO, Mirella Alves de. **Entre cobras e lagartixas**: crianças em instituições de acolhimento se construindo sujeitos na maquinaria da proteção integral. 2014. 254 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC, Santa Catarina.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n.1, 1996, pp.13-37.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

CORREIA, Danielma dos Santos. **Enquanto espera**: o acolhimento institucional de crianças e adolescentes na Casa de Passagem III. Cuidado, controle ou proteção? 2013,

127f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRN, Natal

COSSETIN, Marcia. LARA, Ângela Mara de Barros. O percurso histórico das políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente no Brasil: o período de 1920 a 1979. IN: **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, nº 67, p. 115-128, mar, 2016

COUTINHO, Angela Scalabrin. Os novos estudos sociais da infância e a pesquisa com crianças bem pequenas. IN: **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 762-773, set./dez. 2016

CRUZ, Fernanda. **Jovens em Devir**: Invenção de novas possibilidades de vida para além da institucionalização. 2014. 333 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC, Santa Catarina.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional**: Antropologia, n. 27, maio de 1978. P.1-12.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Lisboa: Editorial presença. 9 ed. 2004.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo Político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILLOTTI, Francisco (Orgs.). **A Arte de Governar Crianças**. A história das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FEIXA, Carles. Uma geração viral? Adolescência e confinamento. IN: **TOMO**, nº 38, Jan-Jun, 2021.

FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (org.). **Políticas de proteção à infância**: um olhar antropológico. Porto Alegre – RS, Editora da UFRGS, 2009.

_____; ALLEBRANDT, Débora; AHLERT, Martina. Pensando políticas para uma realidade que não deveria existir: “egressos” do sistema de abrigos. IN: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (org.). **Políticas de proteção à infância**: um olhar antropológico. Porto Alegre – RS, Editora da UFRGS, 2009.

_____. Os direitos da criança –Dialogando com o ECA. IN: FONSECA, Claudia; et al (orgs). **Antropologia, diversidade e direitos humanos**: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. Os direitos dos mais e menos humanos. IN: **Horizontes Antropológicos**, nº 10: 83-122, 1999.

FORNEIRO, L.I. A organização dos espaços na educação infantil. In: ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil**/ tradução Beatriz Affonso Neves. PortoAlegre: Artmed, 1998

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edição Graal. 8 ed, 1998.

_____. Poder-corpo. IN: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 8 ed, 1998.

_____. Soberania e disciplina. IN: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edição Graal. 8 ed, 1998.

FRANCH, Mónica. Amigas, colegas e “falsas amigas”: amizade e sexualidade entre mulheres jovens de grupos populares. IN: **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.4, 2010, pp.28-52.

_____. De tempos em tempos: reflexões sobre a categoria tempo nos estudos sobre juventudes. IN: **Revista TOMO**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 99-128, jan./jun. 2018.

GAMA, Pedro Gabriel Ferraz. **Casa de Acolhida**: sobre a experiência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro.

GAREY, Ananda Gomes e et al. Motivos declarados e motivos observados de acolhimento institucional. IN: **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 91-103, jul./dez. 2019.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas**: o antropólogo como autor. Editora UFRJ, 3ª edição. Rio de Janeiro: 2009

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Editora Perspectiva S.A., 1974.

HADDAD, Lenira. Compreensões de práticas pedagógicas em educação infantil: olhares sobre o ambiente de um centro infantil de idades **integradas na Dinamarca**. **EDUCAÇÃO UNISINOS (ONLINE)**, v. 24, p. 1-16, 2020.

JUNIOR DE ANDRADE, Gilson José Rodrigues. **“Família para quem precisa...”**: estado, instituições, políticas públicas e classes populares na construção de uma moral familiar. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

LONGHI, Marcia Reis. Cuidado, velhice, gênero e deficiência social: algumas perspectivas. IN: **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, Ano 22, 29(2):28-48, 2018.

_____. **Ser homem, pobre e pai**: a construção cotidiana da relação pai-filho nas camadas de baixa renda. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós Graduação em Antropologia, UFPE, 20101.

MALUF, Sônia Weidner. Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. IN: **TOMO**. N. 38 JAN./JUN, 2021

_____. **Antropologia em tempo real**: urgências etnográficas na pandemia. Aula Inaugural no PPGAS/UFAL, por webconferência, em 08/5/2020. Disponível em: <https://brasilplural.paginas.ufsc.br/antropologia-na-pandemia/antropologia-em-tempo-real-urgencias-etnograficas-na-pandemia/> <Acesso em 19/07/2022>

MELLO, Roberta do Nascimento. **Da violação à (tentativa de) proteção**: Análise antropológica da atuação de um Conselho Tutelar nos casos de abuso sexual infantil. TCC (Graduação em Ciências Sociais) UFPB, 2019.

_____. O isolamento em dobro: As crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente e as formas do vivenciar o isolamento social em tempos de pandemia de Covid-19. IN: **Pensata**, v. 10 n. 2 (2021): v.10 n.2, 2022.

_____. Ser a 'tia que faz pesquisa com a gente': relato de experiência sobre ser uma antropóloga adulta fazendo pesquisa com e sobre crianças em um contexto institucional. IN: **Áltera**, v. 2 n. 13 (2021), 2022

MICHEL, Caroline Braga. **Interações infantis e relações de poder**: fios que tecem uma trama. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós Graduação Educação em Ciência: Química da Vida e Saúde, FURG, 2011.

MILLER, Daniel. Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. *Blog do Sociofilo*, 2020. [publicado em 23 de maio de 2020]. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-um-a-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller> <Acesso em 15 de julho de 2022>

MÜLLER, Elaine. A idade do olhar: implicações da condição etária do/a pesquisador/a de juventudes. IN: **30º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24 A 28 DE OUTUBRO DE 2006**.

NASCIMENTO, Maria Livia do. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. IN: **Psicologia & Sociedade**; 24(n.spe.): 39-44, 2012

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M. P. *et al* (orgs.) **Reunião Brasileira de Antropologia**: conferências e práticas antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 45-80.

PARAIBA. Decreto Nº 40.122 de 13 de março de 2021. Declara situação de emergência no Estado da Paraíba pelo novo coronavírus.

PARAÍBA. Decreto nº 40.304 de 12 de junho de 2020. Dispõe sobre a adoção do plano Novo Normal Paraíba, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus) no âmbito da Administração Pública direta e indireta, bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014

PENSO, Maria Aparecida e et al. Paradoxos das políticas de proteção brasileiras: famílias abandonadas, filhos institucionalizados. IN: AURINO, Ana Lucia Batista e et al (orgs). **Defesa, abandono e acolhimento de crianças e adolescentes: o paradoxo do estado (des) protetor**, João Pessoa: Editora da UFPB, 2016

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2007, V. 50, Nº 1.

_____. O que as crianças podem fazer pela antropologia? IN: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 137-157, jul./dez. 2010

PRESTES, Andréia Baia. **Ao Abrigo da família: emoções, cotidiano e relações em instituições de abrigo de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFPR, Curitiba.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Os cabelos de Jennifer: por etnografias da participação de “crianças e adolescentes” em contextos da “proteção à infância”. IN: **Política & trabalho**. Revista de Ciências Sociais, nº 43, Julho/Dezembro de 2015, p. 49-64

_____. A quem pertencem as crianças? Uma leitura do livro de Martine Segalen (Resenha). IN: **Estudos de Sociologia**, v. 19, p. 263-268, 2014.

RIZZINI, Irene. RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.

SCHUCH, Patrice. Antropologia com grupos up, ética e pesquisa. IN: SCHUCH, Patrice et al (org.) **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

SIMMEL, George. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. IN: IN: FILHO, Evaristo de Moraes (org). **George Simmel: sociologia**. São Paulo, editora Ática, 1983.

_____. A natureza sociológica do conflito. IN: IN: FILHO, Evaristo de Moraes (org). **George Simmel: sociologia**. São Paulo, editora Ática, 1983.

_____. O efeito da subordinação sob o princípio da das relações entre superiores e subordinados. IN: FILHO, Evaristo de Moraes (org). **George Simmel: sociologia**. São Paulo, editora Ática, 1983.

SNIZEK, Barbara Kiechaloski. **Chegadas e partidas: um estudo etnográfico sobre relações sociais em casas-lares**. 2008. 196f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFPR, Curitiba.

TOLEDO, Luiz Henrique de. JUNIOR, Roberto de Alencar P. de Souza. Sociabilidade pandêmica? O que uma Antropologia urbana pode dizer a respeito da crise deflagrada pela COVID-19. IN: **Cadernos de Campo (São Paulo, online)**, vol.29, (suplemento), p.53-64, USP 2020.

VALENTE, Jane. **Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento**. São Paulo: Paulus, 2013.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

